



CÂMARA MUNICIPAL DE MESÃO FRIO	
Deliberações	Expediente
Data 31 / 10 / 2019	Of. / P.º
L.º 58 R.º 5 II.º 1.1	Of. / P.º
Data / /	Of. / P.º
L.º R.º II.º	Of. / P.º

GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO 2020

Handwritten signatures and initials in blue ink.

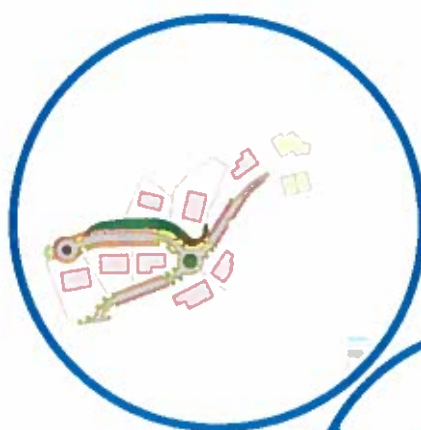
GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO

2020

ÍNDICE	1
PROPOSTA	3
RELATÓRIO COM APRESENTAÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO DA POLÍTICA ORÇAMENTAL PROPOSTA	7
DESENVOLVIMENTO ESTRUTURAL – LINHAS ESTRATÉGICAS PARA O DESENVOLVIMENTO ESTRUTURAL	11
INTERVENÇÕES SETORIAIS	13
FUNÇÕES GERAIS	13
ADMINISTRAÇÃO GERAL	13
MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	13
ESPAÇO DO CIDADÃO	13
TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS FREGUESIAS	14
INSTALAÇÕES MUNICIPAIS	15
SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA	15
PROTEÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS	16
FUNÇÕES SOCIAIS	18
EDUCAÇÃO	18
JUVENTUDE	20
SAÚDE	23
AÇÃO SOCIAL	23
HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLETIVOS	27
URBANISMO E PLANEAMENTO	28
SANEAMENTO	29
ABASTECIMENTO PÚBLICO DE ÁGUA	29
ABASTECIMENTO PÚBLICO DE GÁS	30
RESÍDUOS SÓLIDOS	30
PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	31
SERVIÇOS CULTURAIS E RECREATIVOS	33
CULTURA	34
DESPORTO, RECREIO E LAZER	37
FUNÇÕES ECONÓMICAS	39
AGRICULTURA	39
INDÚSTRIA	39
COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES	40

MESÃO FRIO
FESTAS DE INVERNO

PROPOSTA 2020



Handwritten notes and signatures in blue ink, including the word "app" and other illegible scribbles.

PROPOSTA

O presente documento apresenta, para o ano de 2020, uma estratégia de progresso alicerçada em vetores estruturantes como o desenvolvimento económico, o emprego, a educação, a ação social, o ambiente e a qualidade de vida.

As linhas de desenvolvimento sustentado do concelho de Mesão Frio que apresentamos, expressam de forma clara os compromissos assumidos no contrato que estabelecemos com os cidadãos e dão-nos confiança para prosseguirmos o projeto e a estratégia que definimos para o Município, canalizando todos os recursos e sinergias disponíveis para continuar a fazer de Mesão Frio um concelho moderno, atrativo e competitivo.

Com energia, determinação e total confiança no trabalho dos mesão-frienses e das suas instituições, a atividade municipal deve orientar-se pelos valores da solidariedade, da inovação e da mobilização em torno do grande desígnio de fazer deste concelho um espaço de progresso e de crescente justiça social.

Não obstante a manutenção de inúmeras dificuldades impostas pelo exterior, continuamos a encarar o futuro com determinação e esperança, na certeza de que o contributo de uma boa gestão, solidamente ancorada em processos de governação que traduzem a nossa opção estratégica pelo rigor e pela transparência, será determinante para permitir que o concelho de Mesão Frio prossiga na senda do progresso, do desenvolvimento e do bem-estar geral da sua população.

Sabemos que não estamos imunes às condições adversas que são impostas ao País. No entanto, a gestão de rigor, transparência, trabalho e honestidade que caracteriza e sempre caracterizou a postura e intervenção da Câmara Municipal de Mesão Frio, permite-nos continuar a apostar na melhoria da qualidade de vida de todos os mesão-frienses.

Mesão Frio vive um equilíbrio que queremos manter, se por um lado pretendemos alocar os recursos para as pessoas, para a área social, por outro, queremos dar prioridade a projetos que consideramos indispensáveis para a estratégia de desenvolvimento municipal.

Continuaremos com a aposta na área desportiva, pelo impacto que ela tem na qualidade de vida dos nossos munícipes.

Prevê-se continuar um investimento estratégico na educação e nas medidas de apoio social, no desporto e no apoio ao associativismo local, bem como um conjunto de políticas sistematizadas e coerentes que promovam o emprego e o empreendedorismo, numa aposta em dinamizar as áreas de acolhimento empresarial, a par de uma administração mais próxima das pessoas.

O rigor orçamental obriga-nos a uma criteriosa gestão dos investimentos e das despesas, sem prejuízo da qualidade que, nas mais variadas áreas de atuação, já conquistámos. Por isso, continuamos a apostar

na manutenção da rede viária, na valorização dos nossos recursos naturais e paisagísticos, bem como na reabilitação urbanística do centro histórico da Vila de Mesão Frio.

Uma outra política que terá repercussões positivas no que ao orçamento diz respeito com ecos para o ambiente, é o financiamento no âmbito do quadro comunitário Portugal 2020 para o reforço de uma maior eficiência energética no âmbito da iluminação pública, candidatura aprovada no ano de 2019.

Defendemos as feiras e todo o conjunto de eventos municipais, como polos dinamizadores de uma região, como encontro e partilha da população que vê assim uma estreita ligação à sua terra, às suas raízes e dinâmicas culturais.

Continuaremos a alimentar o sonho e a alma dos mesão-frienses com as nossas ofertas culturais, valorizando a música, as danças e os cantares tradicionais, apostando na aprendizagem e divulgação de novas formas de expressão musical, apoiando os nossos escritores e a produção de novas obras que permitam consolidar o conhecimento da nossa história, das nossas gentes e dos valores que nos caracterizam.

Assim, o Orçamento para o ano de 2020, elaborado de acordo com as regras previsionais definidas no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais – POCAL e demais legislação aplicável e com base numa estratégia de racionalização de despesas e de consolidação orçamental, visa promover o desenvolvimento sustentado e alcançar reflexos positivos quer no que concerne à valorização do património da autarquia quer ao progresso económico e social que se preconiza para o concelho.

No que diz respeito à gestão de recursos humanos, as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2020, contemplam o Mapa de Pessoal para aquele ano económico, o qual contém a indicação do número e a caracterização dos postos de trabalho de que o órgão ou serviço carece para o desenvolvimento das respetivas competências e atividades, promovendo-se uma política contida de novas contratações aliada a um processo gradual de valorização dos recursos humanos disponíveis, visando habilitar o Município a responder melhor às suas obrigações e competências.

Assim,

- Para o ano de 2020, o Município de Mesão Frio apresenta um orçamento 11.670.000,00€. Deste valor, em termos de receita, 7.199.795,00€ são receitas correntes e 4.470.205,00€ receitas de capital, sendo que as receitas correntes representam 62% e as receitas de capital 38% do total da receita.
- Por sua vez, as despesas municipais para o ano económico de 2020 apresentam um orçamento de igual valor, fixando-se as despesas correntes em 6.702.288,00€ e as despesas de capital em 4.967.712,00€, sendo que as despesas correntes representam 57% e as despesas de capital 43% do total da despesa.

- As Grandes Opções do Plano 2020 integram projetos, ações e investimentos a desenvolver pela Autarquia com financiamento assegurado no Orçamento de exercício.
- Nos termos da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual, propõe-se que a Câmara Municipal fique autorizada a cobrar, no ano económico de 2020, os impostos diretos e indiretos, as taxas, coimas e outras receitas previstas no Orçamento, para fazer face às despesas inscritas no mesmo.
- Na angariação das receitas e na realização das despesas deverá observar-se o articulado contendo as medidas para orientar a execução orçamental, em anexo.

Nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do n.º 1 do artigo 45.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, ambas na sua redação atual, proponho que o Executivo aprove e delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal, para efeitos do disposto nas alíneas a), b), c), f), j) e o) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2020, que a seguir se discriminam:

- Orçamento Municipal (Receita e Despesa);
- Grande Opções do Plano (PPI e PAM);
- Relatório da Política Orçamental;
- Articulado com as Normas de Execução Orçamental, incluindo o pedido de Autorização Genérica para dispensa de Autorização Prévia para Compromissos Plurianuais, entre outras;
- Atualização da Tabela de Taxas e Licenças, que faz parte integrante do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais, em função da taxa de inflação publicada pelo INE;
- Mapa de Pessoal para 2020;
- Mapa dos Encargos Anuais – Empréstimos de Médio e Longo Prazo;
- Contratualização do Empréstimo de Curto Prazo, para o exercício económico de 2020.



“Ao olhar para o próximo século, os líderes serão aqueles que capacitam os outros.”

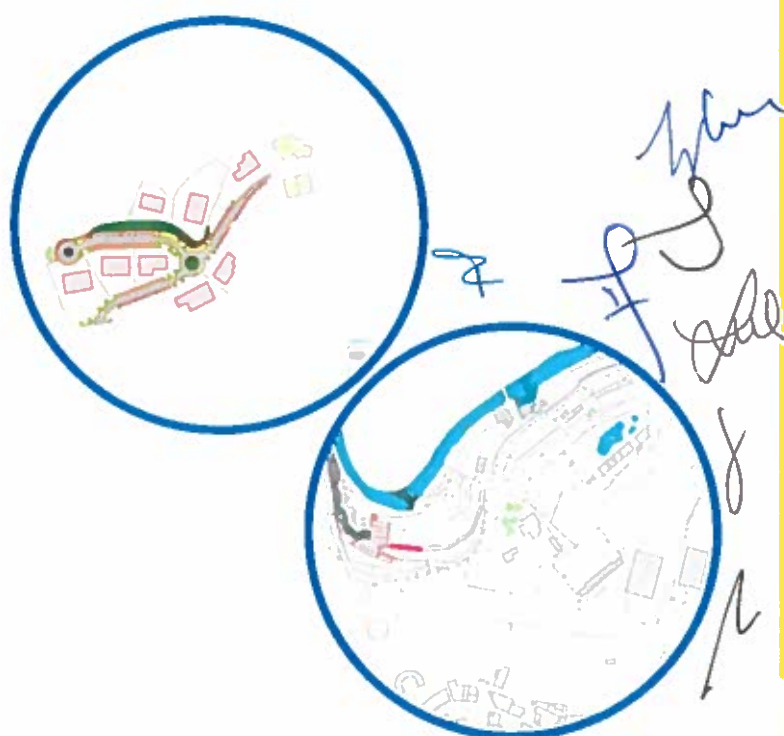
(Bill Gates)

Mesão Frio, 25 de outubro de 2019

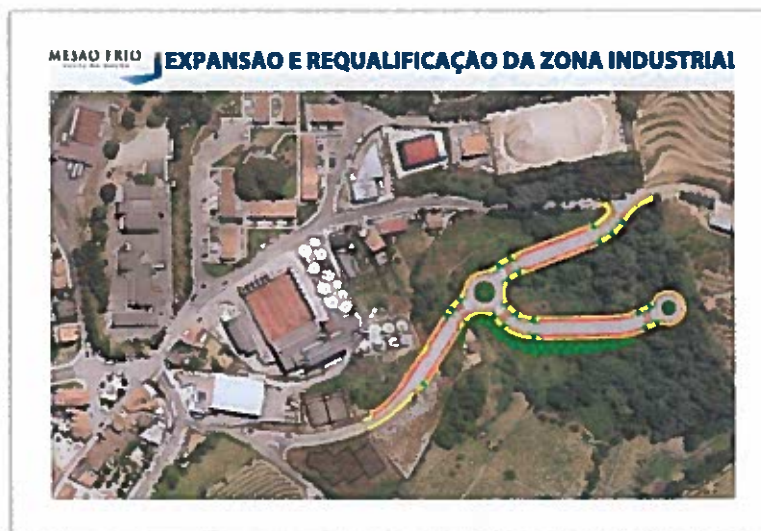
O Presidente da Câmara Municipal,

Alberto Monteiro Pereira, Dr.

RELATÓRIO COM APRESENTAÇÃO
E
FUNDAMENTAÇÃO DA POLITICA ORÇAMENTAL
PROPOSTA



RELATÓRIO COM APRESENTAÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO DA POLÍTICA ORÇAMENTAL PROPOSTA



Handwritten signatures and initials in blue ink.

INTRODUÇÃO

As Grandes Opções do Plano constituem um instrumento fundamental em matéria de definição do rumo a seguir para a construção de uma crescente vantagem sustentada do território concelho, conquistando a atratividade e a competitividade para se afirmar a nível regional, nacional e até internacional.

Neste documento planeia-se o crescimento continuado do concelho de Mesão Frio e reforça-se a aposta no trabalho coletivo, na criatividade, na inovação e no empreendedorismo, em permanente articulação com todos os atores sociais e agentes do desenvolvimento local e regional, dado que o desenvolvimento local resulta da sinergia das potencialidades, das forças, capacidades e meios locais com recursos exógenos, investimentos público e privado.

Uma efetiva, eficiente e eficaz gestão do Município é um desafio permanente e exige a estruturação e disponibilização de informações precisas, atualizadas e oportunas que apoiem as decisões e a realização de um trabalho de planeamento estratégico, alinhado nos legítimos interesses e anseios dos munícipes.

Fenómenos como a globalização e os progressos nos transportes e nas tecnologias, impõem hoje rápidas transformações socioeconómicas nos territórios e colocam-nos perante a necessidade de acompanhar este processo e de encontrar as melhores respostas para o nosso território e para a nossa população.

A inversão da quebra económica suscitada pela conjuntura nacional e internacional reclama critério e rigor na aplicação dos dinheiros públicos e ações concretas no sentido da afirmação dos recursos locais e da valorização das potencialidades do nosso território.

Prosseguirá, assim, a implementação de medidas de promoção da coesão social e do crescimento económico, nomeadamente uma política fiscal amiga das famílias e das empresas, potenciadora de um maior investimento económico, gerador de riqueza e de empregos, estimulando a criação de novos negócios, impulsionando setores como o turismo e incentivando a fixação da população e de novos residentes.

Os munícipes, as empresas e todas as demais organizações, vão contar com desempenhos cada vez mais eficientes dos serviços municipais, na perspetiva da realização de atendimentos personalizados, ágeis e com grande celeridade, numa lógica de crescente proximidade com as pessoas.

A atratividade do território e a dinamização e crescimento do setor empresarial são ainda potenciadas e incrementadas com a ampliação e requalificação de vias de comunicação, de crucial importância em termos de mobilidade, no interior do território concelho e na ligação deste com os municípios vizinhos.

Na convicção de que o combate aos constrangimentos da interioridade, em certas zonas mais periféricas do concelho, também se faz com a melhoria das condições de circulação de pessoas e

mercadorias, prosseguirão os investimentos na modernização e no aumento dos níveis de eficácia, comodidade e segurança da rede viária.

A preservação ambiental e a melhoria da qualidade de vida, são dois vetores indissociáveis e que emergem como prioritários na promoção do desenvolvimento sustentável do concelho.

A educação é o motor da criação de uma sociedade moderna e desenvolvida e vai continuar a afirmar-se, em Mesão Frio, como um setor fundamental no processo de construção de um concelho atrativo e competitivo. Neste sentido, embora esteja concluído o processo de implementação dos equipamentos escolares preconizado na Carta Educativa, mantém-se um relevante investimento na educação, com o objetivo de a elevar para patamares de qualidade ainda mais elevados e para ser possível oferecer a todas as crianças e jovens, do concelho, as mesmas oportunidades e experiências educativas enriquecedoras.

As pessoas são, inequivocamente, o nosso principal foco, razão porque as políticas de intervenção social, espelhadas na sua ampla e transversal dimensão, concentram grande parte do trabalho a encetar e dos investimentos a levar a bom termo. Investimentos, não só nos capítulos da educação, do desporto e do lazer, da saúde e dos serviços básicos, mas também no tocante à ação social patente no fornecimento de refeições, transporte e outros subsídios/apoios escolares, no apoio a famílias carenciadas e numerosas, na habitação ao abrigo do Programa Social de Apoio à Habitação e mercê do discreto mas aturado trabalho que vai continuar a ser realizado pela Loja Social em articulação com as autarquias locais e com as instituições com maior vocação social.

Neste trabalho social, junto da população, voltará a revelar-se determinante o contributo da rede social em matéria de diagnóstico e avaliação das situações, das efetivas necessidades e na definição de um *modus operandi* célere e eficaz.

A cultura é também uma decisiva alavanca para o desenvolvimento local que tem, igualmente, sido catalisada numa lógica de crescente proximidade e interatividade entre os serviços e os respetivos utilizadores, tendo também em linha de conta o impacto positivo da mesma em termos económicos e sociais. Vão, assim, ter continuidade os esforços de maneira a que as pessoas se aproximem das manifestações culturais, se envolvam na dinamização e na fruição de iniciativas e eventos de diversa natureza.

A concretização destes objetivos essenciais para a modernização e crescimento sustentado do concelho vai, uma vez mais, ser possível, fruto da implementação de uma estratégia de mobilização de todos os agentes e meios existentes no território. O trabalho concertado das juntas de freguesia, associações culturais, desportivas e recreativas, IPSS, empresas e restantes forças vivas, voltará a revelar-se de extrema importância no esforço que vai ser preciso desenvolver para avançar com projetos, simultaneamente, ambiciosos e realistas, de grande interesse para a prosperidade de todo o concelho.

Um outro foco da gestão municipal, será o reforço da capacidade de planeamento e o consequente desenvolvimento de todas as diligências necessárias para o máximo aproveitamento dos fundos comunitários. Para se atingir este objetivo é, ainda, determinante a continuidade dos esforços com vista à progressiva e cada vez mais significativa redução da dívida, sendo de extrema importância gerir os recursos com a necessária poupança, sem deixar de programar e realizar os investimentos com visão de futuro e sempre com o propósito de os mesmos acrescentarem valor no tocante à evolução e ao progresso concelhios.

Uma outra vertente do desenvolvimento local vai passar pela valorização de dinâmicas de âmbito intermunicipal, enveredando-se por políticas de cooperação mais alargadas que irão favorecer uma maior mobilização de recursos para a concretização de projetos ambiciosos, abrangentes e propiciadores da elevação do bem-estar das comunidades.

O futuro do concelho de Mesão Frio depende, assim, em grande medida, da forma determinada e incisiva como formos capazes de responder a todos estes desafios e aproveitar as boas oportunidades.

DESENVOLVIMENTO ESTRUTURAL

LINHAS ESTRATÉGICAS PARA O DESENVOLVIMENTO ESTRUTURAL

O planeamento estratégico alicerça-se na aferição do potencial de crescimento do território concelhio, tendo em linha de conta as condições internas e externas, e consubstancia-se na definição de projetos e de ações suscetíveis de impulsionar o desenvolvimento harmonioso e sustentável do mesmo, mobilizando os agentes com capacidade de otimizar as dinâmicas locais, atrair recursos e fatores de desenvolvimento e consolidar a tendência de crescimento sustentado do concelho.

As linhas estratégicas potenciadoras do desenvolvimento estrutural do território, contemplam a aposta na comunicação, promovendo uma imagem positiva de Mesão Frio no exterior e concedendo a devida visibilidade a todas as suas potencialidades naturais e humanas, direcionam as intervenções, nos vários setores, para a catalisação das dinâmicas territoriais de desenvolvimento, focalizam-se na necessidade de estimular o tecido produtivo local e na captação de novos e inovadores projetos de investimento.

Procura-se, ainda, planear a partir de uma visão sistémica do território, no pressuposto de que o mesmo funciona como um sistema cujos elementos se interligam, interrelacionam e interagem. Na sua vertente mais técnica, este documento previsional também identifica, prioriza e programa os recursos a mobilizar para a concretização de projetos que acrescentam valor ao território.

Tendo em vista a consolidação do projeto de modernização e o crescimento equilibrado do concelho, assente na valorização do capital humano e natural e direcionado para a criação de condições favoráveis ao aumento da produção de riqueza e ao surgimento de novas oportunidades de emprego, procurar-se-á concretizar os seguintes objetivos:

- Projetar as potencialidades e fatores de atratividade do território concelhio no exterior;
- Promover a competitividade e a atratividade da economia local, através do alargamento da zona industrial/empresarial da Caminheira/Cabrial;
- Prosseguir com uma política de máximo aproveitamento dos fundos comunitários;
- Mobilizar as autarquias, as associações, instituições e demais organizações concelhias no sentido do desenvolvimento de projetos de relevante interesse municipal;
- Promover o espírito de iniciativa dos cidadãos e assim propiciar um ambiente favorável ao empreendedorismo;
- Apoiar o surgimento de novos projetos empresariais;
- Incrementar a valorização do conhecimento e da inovação tecnológica;
- Promover a coesão social;
- Valorizar o papel da educação na construção de uma sociedade progressista e competitiva;
- Consolidar as políticas promotoras do equilíbrio financeiro e do controlo das despesas;
- Continuar a aposta na descentralização e na modernização administrativa;

- Alavancar a atividade turística;
- Fixar a população local e atrair novos residentes;
- Divulgar e incrementar as potencialidades naturais e culturais do território;
- Favorecer o desenvolvimento integrado e sustentável do território;
- Fomentar o desporto e o lazer enquanto fatores de bem-estar e de qualidade de vida.

A Câmara Municipal tem por missão definir estratégias e linhas de orientação e de ação impulsionadoras do progresso do concelho, concorrendo para a afirmação do mesmo como um território coeso e competitivo e promovendo a qualidade de vida de todos os munícipes, a partir de um permanente diálogo com os múltiplos atores políticos e com os agentes sociais, económicos, culturais e desportivos.

INTERVENÇÕES SETORIAIS

1. – FUNÇÕES GERAIS

1.1. – Administração Geral

1.1.1. – Modernização Administrativa

É fundamental que se intensifique a interação eficiente e transparente entre os serviços do Município, os cidadãos, as empresas e todas as demais organizações locais. Para isso, tudo vai ser feito no sentido da otimização de processos e procedimentos, tendo em vista a elevação dos níveis de eficácia e de celeridade no tratamento dos diversos assuntos e na resolução das situações, na perspectiva da prestação de um verdadeiro serviço de interesse público.

Para a concretização destes objetivos revela-se incontornável a prossecução da aposta na reengenharia e na desmaterialização que conduz, na medida do possível, à simplificação dos procedimentos e à diminuição dos documentos, essencialmente, numa ótica de redução temporal e de facilitação do avanço dos processos, ao mesmo tempo que se potencia a homogeneização da informação que deve ser direcionada para os cidadãos. Os procedimentos vão ainda continuar a ser, progressivamente, encarados numa perspectiva de interação *online*, permitindo-se, assim, abrir múltiplos canais de ligação entre a administração pública local, os municípios e os vários agentes de desenvolvimento local.

O trabalho de proximidade, inevitavelmente, encetado pelos serviços municipais tem que prosseguir na senda da facilitação da vida dos utentes, simplificando procedimentos e minorando as exigências burocráticas, investindo no constante aperfeiçoamento dos canais de comunicação, na redução/eliminação de operações consideráveis, proporcionando economia de meios e de tempo e obtendo ganhos em termos de eficácia e de eficiência.

Esta é a filosofia e principalmente, a forma de atuação que deve presidir a uma administração autárquica, efetivamente, ao lado dos interesses e necessidades das pessoas e à altura dos desafios do pleno desenvolvimento local.

1.1.2. – Espaço do Cidadão

A descentralização dos serviços, ganha um significativo impulso com o funcionamento do Espaço Cidadão em Mesão Frio, mediante a prestação de múltiplos serviços numa lógica de proximidade. Além da economia de meios e de tempo, importa frisar que os cidadãos, as empresas e todas as demais entidades locais beneficiam de um acesso digital assistido e especializado a esses serviços. Este é mais um passo de elevada importância em matéria de agilização e de celeridade no funcionamento da administração pública local e no reforço da articulação dos cidadãos com o Estado e com o Município.

Serviços como o pedido de segunda via de cartão de beneficiário da ADSE, emissão de declaração de IRS, pedidos de alteração de morada, subsídio de doença, abono de família, pré-natal, subsídio de funeral, Cartão Europeu do Seguro de Doença, complemento por dependência, complemento solidário para idosos, pensão de velhice, pensão social de velhice, pensão de viuvez, revalidação e/ou substituição de carta de condução, pedido de certidões de Registo Civil, Predial e Comercial, entre outros, revestem-se da maior importância para a população e para os agentes do desenvolvimento local.

Em complemento ao serviço presencial, nas vertentes, centralizada ou deslocalizada, estão agora também prontos e serão, progressivamente, implementados verdadeiros serviços municipais *online* para acesso direto por parte dos cidadãos e das empresas através de uma plataforma informática para utilização generalizada pelo cidadão a partir de casa ou local de trabalho.

1.1.3. – Transferência de Competências para as Freguesias

As Juntas de Freguesia e particularmente os respetivos presidentes são parceiros fulcrais na dinâmica de desenvolvimento local, pois estão na primeira linha do contato com as populações e na definição de estratégias eficazes e de respostas céleres para os problemas emergentes, tudo fazendo para ir ao encontro dos anseios das pessoas e das necessidades das freguesias.

A descentralização afigura-se prioritária e incontornável para o efetivo e consequente exercício do poder local. A materialização deste princípio consubstanciar-se-á, em boa medida, no cumprimento dos Autos de Transferência que rege a transferência de Recursos Financeiros para as Freguesias, com vista ao exercício das competências transferidas, previstas na alínea b) do n.º 1 do art.º 2 do Decreto - Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, que concretizou a transferência de competências dos municípios para os órgãos das freguesias, ao abrigo do n.º 2 do artigo 38.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto.

Em simultâneo, não deixarão de ser protocolados com as freguesias contratos interadministrativos que permitam o desenvolvimento de projetos e obras essenciais para o progresso local, visando estes a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, nos termos do artigo 29.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, conjugada com a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, alterada pelas Leis n.os 25/2015, de 30 de março, 69/2015, de 16 de julho, 7-A/2016, de 30 de março, e 42/2016, de 28 de dezembro.

De igual modo, grande parte das obras por administração direta a realizar pelos serviços municipais terão como parceiras fundamentais as Juntas de Freguesia, visando a concretização de obras de elevado alcance local de que se salientam a melhoria da rede viária local, a requalificação urbana, a

construção/beneficiação de equipamentos de uso coletivo de carácter social, cultural, desportivo e a reabilitação e valorização do respetivo património.

1.1.4. – Instalações Municipais

A Câmara Municipal continua a contar com equipas especializadas que realizam trabalhos e concretizam projetos com celeridade e eficácia, prestando assim serviços de reconhecida qualidade que ajudam a modernizar o concelho e a melhorar as condições de vida da população. A existência de instalações amplas, modernas e adequadas aos fins a que se destinam, proporciona melhores condições de trabalho e reforça a segurança e a comodidade dos funcionários municipais, ao mesmo tempo que concorre para a elevação da capacidade de respostas às solicitações e às necessidades.



1.2. – Segurança e Ordem Pública

A segurança é um valor fundamental a que todos aspiram, consequentemente, reveste-se da maior relevância para a construção de um concelho atrativo e com elevados índices de bem-estar e de qualidade de vida.

Segurança e ordem pública constituem importantes pilares de um Estado de direito, de quem se espera que mobilize todos os meios e ofereça às entidades competentes os recursos necessários à criação de condições indispensáveis para que os cidadãos vivam em harmonia e sintam que os seus bens e a sua integridade física estão salvaguardados.

Afigura-se, igualmente, necessário continuar a dar passos firmes rumo ao progresso social e ao desenvolvimento económico, proporcionando a todos o acesso ao emprego e aos recursos económicos para viverem com dignidade. Para a construção do bem-estar e da coesão social é, também, importante que os parceiros sociais concelhios continuem a investir na realização de um profícuo trabalho de cooperação e a mobilizar as suas energias no sentido da concretização de estratégias e medidas de inclusão social.

Neste capítulo, a atenção e os meios devem ser, prioritariamente, direcionados para as camadas da população e para as faixas etárias em situação de maior vulnerabilidade, relevando assim as medidas de combate à pobreza e as ações de proteção à infância e à velhice.

1.3. – Proteção Civil e Luta Contra Incêndios

A Proteção Civil reveste-se de incontestável importância e significado em matéria de promoção da segurança e do bem-estar de pessoas e bens e, bem assim, no tocante à defesa, proteção e até valorização do inestimável património natural concelhio.

Nos últimos anos, o papel da Proteção Civil, tanto no domínio da prevenção como no que concerne ao combate aos fogos que, anualmente, dizimam florestas e ameaçam a segurança de proprietários florestais e moradores, muitas vezes, impotentes para fazer face a ocorrências com um rasto de devastação, tem assumido foros de primazia, sendo de realçar o crescimento dos níveis de eficiência e de eficácia, fruto da mobilização de meios e de sinergias e mercê de um trabalho de articulação e de entreaajuda entre as diferentes autoridades.

A aposta na prevenção estrutural florestal concelhia volta, pois, a emergir como uma das grandes prioridades, dando-se continuidade ao precioso trabalho levado a bom termo pela Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Mesão Frio e pela Equipa de Intervenção Permanente, em funções desde fevereiro de 2019, por força da celebração de um Protocolo entre a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, o Município de Mesão Frio e a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Mesão Frio, em que a ANEPC assume 50% dos custos e o Município assume os restantes.

Uma forma simples e eficaz de realização de Faixas de Gestão de Combustível (FGC) é o recurso ao fogo controlado, preconizando-se, assim, que, no planeamento das FGC, se invista na criação de descontinuidades, se dê prioridade à proteção de aglomerados, por forma a minimizar a ocorrência de

incêndios de elevadas dimensões e repercussões dramáticas e se promova a gestão de combustíveis nos terrenos circundantes das áreas de implantação industrial.

O trabalho notável da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Mesão Frio, além do devido reconhecimento, voltará a merecer o estímulo e o apoio para a melhoria dos equipamentos e para o investimento constante na formação dos bombeiros voluntários, potenciando a mais-valia que a Escola de Formação de Bombeiros, representa, tendo no ano de 2019 sido criada a Escola de Infantes e Cadetes que tem o objetivo de formar e alertar os mais novos para o Voluntariado.

No decorrer do ano de 2020 será, ainda, necessário ser efetuada a revisão ao Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, em vigor desde o ano de 2015, pelos serviços técnicos da autarquia.

O Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC) propõe dinamizar as seguintes iniciativas:

- Apostar na sensibilização da população para a necessidade de preservar e proteger a floresta concelhia;
- Incrementar a realização de exercícios/simulacros;
- Participar na definição de Planos Prévios de Intervenção;
- Promover ações tendentes à comemoração do Dia Mundial da Árvore e do Dia Mundial da Proteção Civil;
- Valorizar os recursos humanos criando condições para a intensificação da formação dos elementos do SMPC.



2. - FUNÇÕES SOCIAIS

2.1. – Educação

A educação é o grande alicerce de uma sociedade moderna e desenvolvida e vai continuar a afirmar-se, em Mesão Frio, como um setor estruturante no processo de construção de um concelho atrativo e competitivo.

Neste sentido, continua a ser considerável o investimento na educação, com o objetivo de a manter em patamares de qualidade muito elevados e para ser possível oferecer a todas as crianças e jovens mesão-frienses as mesmas oportunidades e experiências educativas enriquecedoras.

A inclusão social, o combate ao abandono escolar e a elevação da qualificação da população serão incrementados com a implementação de medidas no âmbito da ação social escolar efetivamente propiciadoras da igualdade de oportunidades no acesso ao ensino, tais como:

- Atribuição de bolsas de estudo aos alunos do concelho que frequentam o ensino superior, incentivando e apoiando assim a elevação da qualificação dos jovens mesão-frienses;
- Fornecimento de refeições, potenciando o acesso das crianças que frequentam o Pré-escolar e o 1.º CEB, a uma alimentação saudável e equilibrada;
- Forte investimento nos transportes escolares, assegurando uma eficaz resposta às múltiplas necessidades, assumindo mesmo encargos que estão para além do que compete ao Município;
- Total comparticipação dos passes escolares de todos os alunos do Agrupamento de Escolas Professor António da Natividade de Mesão Frio, com exceção dos alunos que frequentam Cursos Profissionais, dado que o mesmo é comparticipado por fundos comunitários;
- Comparticipação de 50% dos custos com Transporte Escolar aos alunos que, por inexistência de oferta educativa no Agrupamento de Escolas Professor António da Natividade, a partir do 10.º ano de escolaridade, têm que se deslocar para concelhos vizinhos;
- Comparticipação na aquisição dos Livros de Fichas, para os alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico incluídos no 1.º e 2.º escalão de rendimentos, de acordo com a legislação vigente;
- Comparticipação em 25% do preço dos Livros de Fichas, aos descendentes diretos dos Bombeiros que frequentem o 1.º Ciclo do Ensino Básico no Centro Escolar de Mesão Frio, sem escalão, no âmbito do Programa Municipal Bombeiro Valoriza +;
- Desenvolvimento de Atividades de Animação e Apoio à Família na educação Pré-escolar;
- Disponibilização de um Tablet a todos os alunos do 4.º ano, do 1.º Ciclo do Ensino Básico.

O desenvolvimento de projetos de âmbito educativo da iniciativa do Município, em articulação com o Agrupamento de Escolas Professor António da Natividade de Mesão Frio, constitui uma outra mais-valia em termos de formação integral dos alunos e no tocante à sua preparação para o exercício da cidadania,

acrescida certamente com a concretização da transferência de competências na área da Educação, no âmbito do Decreto – Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro.

Neste âmbito, destacam-se as seguintes iniciativas e projetos:

- Programa Regime da Fruta Escolar para as crianças do ensino pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, visando sensibilizar as crianças e respetivas famílias para a importância de uma alimentação saudável;
- Promoção de ações de sensibilização em matéria de educação ambiental e da educação para a saúde;
- Projeto de Planos Integrados e Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar.





2.2. – Juventude

A Juventude é, novamente, contemplada com o desenvolvimento de políticas que tocam diferentes mas complementares setores de intervenção municipal, desde a educação, a cultura, o desporto e o lazer até aos incentivos e apoios ao crescimento económico e à atração de investimentos geradores de emprego, assim como à habitação e à aposta na preparação para a sociedade do conhecimento e na inovação tecnológica.

Os jovens são parte interessada e ativa na atividade cívica e no desenvolvimento de projetos, que fortalecem a coesão social e territorial e convertem as freguesias em palcos privilegiados do fomento do associativismo e da realização de iniciativas que reforçam o sentimento de pertença e proporcionam experiências enriquecedoras ao nível da formação pessoal. Estas ações vão, igualmente, continuar a ser estimuladas pelo Município, na medida em que concorrem para a defesa e valorização da identidade das comunidades e proporcionam vivências marcantes.

Neste âmbito releva, ainda, o estabelecimento de parcerias com associações e instituições locais na concretização de projetos de elevado interesse local, designadamente a requalificação e/ou construção de equipamentos desportivos e de lazer, assim como a continuidade das diligências e medidas fiscais

amigas das famílias e empresas, que criam condições para a captação de investimentos de novos empreendedores.

Reconhecendo, claramente, o carácter prioritário da adoção de políticas de juventude assertivas e suscetíveis de promover as potencialidades dos jovens, reelegem-se como fulcrais as seguintes áreas de intervenção:

- i. Educação;
- ii. Formação e emprego;
- iii. Desporto, lazer, cultura e associativismo;
- iv. Desenvolvimento sustentável e ambiente;
- v. Inclusão social, cidadania, igualdade de oportunidades e não discriminação.

Esta definição de prioridades decorre do carácter transversal das seguintes linhas de ação, particularmente dirigidas para a melhoria das condições de vida dos jovens e para a elevação da atratividade do território concelhio, também e sobretudo para esta faixa etária:

- Investir na criação de condições para que todas as crianças e jovens tenham acesso a um ensino de excelência;
- Dinamizar iniciativas e desbloquear apoios que facilitem o acesso generalizado a serviços e bens culturais;
- Continuar a apostar na facilitação do acesso dos jovens ao conhecimento e às Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC);
- Capacitar os jovens para uma bem-sucedida entrada e adaptação ao mundo do trabalho;
- Promover o acesso à habitação;
- Apoiar a concretização de projetos criativos;
- Proporcionar mais e melhores equipamentos desportivos e promover, em colaboração com as instituições e associações locais, a prática desportiva de formação, competição, recreação e lazer propiciadoras de mais e melhor qualidade de vida.

A educação volta a constituir um relevante investimento em coerência com as convicções e com as orientações estratégicas, seguidas nos últimos anos, segundo as quais a universalização das oportunidades educativas e formativas, constitui condição *sine qua non* para o desenvolvimento social das gerações presentes e futuras.

Concomitantemente, a capacitação para o desempenho profissional e para o acesso e/ou criação de emprego representa um desafio que voltará a contar com o total incentivo e empenho da Câmara Municipal. As incomensuráveis potencialidades dos jovens mesão-frienses e a crença na capacidade de estudo e de trabalho, tal como no espírito empreendedor, dos mesmos, justificam a prossecução de uma efetiva e persistente aposta em políticas incrementadoras da atratividade e da competitividade da economia concelhia.

Entre as políticas e medidas concretas de apoio à dinamização económica e à promoção do emprego destacam-se as seguintes:

- Propiciar a realização de estágios curriculares em parceria com instituições dos ensinos secundário, profissional e universitário;
- Atribuir bolsas de estudo aos estudantes concelhios que frequentam o ensino superior;
- Potenciar o empreendedorismo juvenil e a inserção no mundo do trabalho, em cooperação com as empresas e instituições concelhias, estimulando e apoiando iniciativas e projetos de investimento;
- Promover e/ou apoiar a realização de encontros de jovens para reflexão e debate de ideias e de projetos;
- Promover a educação para a preservação, proteção e valorização dos patrimónios natural, cultural e ambiental;
- Dinamizar atividades que potenciem a consolidação de valores estruturantes numa sociedade aberta e democrática, como a solidariedade e o espírito cívico;
- Apoiar as associações juvenis no desenvolvimento das suas atividades culturais, desportivas e recreativas.



Handwritten signatures and initials in blue ink.

2.3. – Saúde

A saúde é um bem de valor inestimável e constitui um dos principais indicadores de bem-estar e prosperidade, razão pela qual, embora se reconheça que as políticas de saúde e as correspondentes linhas de financiamento e de ação são definidas pelo poder central, a Câmara Municipal vai continuar muito atenta e interveniente, em tudo aquilo que se prende com a prestação de serviços de saúde à população, pugnando para que todos os utentes beneficiem do Serviço Nacional de Saúde e tenham médico de família.

Vai prosseguir a aposta contínua e persistente na melhoria dos equipamentos e dos serviços de saúde prestados a todos os mesão-frienses, como é exemplo o Consultório Dentista, bem como o assumir das competências transferidas em matéria de saúde, no âmbito do Decreto – Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro.

O Município continuará a apoiar os utentes do Centro de Saúde de Mesão Frio, oriundos das freguesias de Cidadelhe, Oliveira e Vila Marim, com a disponibilização de transporte gratuito para as consultas médicas e tratamentos de enfermagem.

No ano de 2020 iremos dar continuidade à parceria com o Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar para a XVI edição da Medicina na Periferia.

Uma palavra, ainda, para a missão dos Bombeiros Voluntários de Mesão Frio no âmbito da proteção de pessoas e bens e no tocante à concretização de ações de emergência, socorro e transporte de doentes.



2.4. - Ação Social

A coesão social emerge, atualmente, como uma das vertentes estruturantes do progresso e da afirmação de Mesão Frio como um concelho solidário e empenhado na máxima dignificação das condições de vida de todas as pessoas. No âmbito da criação de emprego, a economia social ocupa um espaço de relevo e com o aprofundamento da articulação com todos os parceiros sociais e consequente aposta em novos projetos, perspetiva-se o crescimento progressivo deste setor, mesmo sendo certo que o concelho de Mesão Frio apresenta uma significativa cobertura de equipamentos de apoio às camadas

da população socialmente mais vulneráveis, fruto do excecional trabalho realizado pela Santa Casa da Misericórdia de Mesão Frio e por todas as entidades com intervenção nesta fulcral e sensível área.

A Ação Social do Município de Mesão Frio, concentra-se no combate e principalmente na prevenção de situações de pobreza e exclusão social fazendo tudo o que está ao seu alcance para atenuar as desigualdades e disfunções sociais, alicerçando o seu trabalho de proximidade no diálogo e na cooperação institucional visando atingir os seguintes objetivos:

- Apostar na coesão social, incrementando a articulação, o diálogo e a cooperação institucional entre serviços e cidadãos;
- Promover uma inclusão social ativa, implementando medidas potenciadoras do crescimento do trabalho de voluntariado, desafiando as entidades e cidadãos para a necessidade de se investir cada vez mais numa vertente solidária;
- Releva a vertente de investigação-ação, investindo em estudos sobre situações de maior emergência social, nomeadamente a pobreza e a exclusão social, numa perspetiva da realização de um rigoroso e criterioso diagnóstico e sobretudo da definição de medidas de prevenção e do equacionamento de respostas adequadas e consequentes;
- Elevar os níveis de eficácia da intervenção social, diligenciando no sentido do reforço da capacidade de organização e de intervenção dos Serviços de Ação Social do Município.

A concretização destes objetivos irá consubstanciar-se na implementação das seguintes medidas:

- Contínuo apoio às instituições com forte intervenção social e realização de parcerias com o Instituto de Emprego e Formação Profissional de Vila Real, no sentido da capacitação de pessoas em situação de desemprego, para novos desafios e oportunidades profissionais;
- Apoiar os investimentos em matéria de construção e/ou requalificação de equipamentos sociais de apoio à infância e à velhice;
- Cooperar afincadamente com as instituições concelhias e com a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Mesão Frio, com vista à implementação de medidas de inclusão social e de dignificação de todas as pessoas;
- Dar continuidade ao papel da Loja Social de Mesão Frio, no âmbito do apoio, com bens essenciais às famílias mais desfavorecidas;
- Promover o Projeto “VIVER mais, VIVER melhor”;
- Organizar o Passeio Sénior, proporcionando um momento de lazer e de grande alegria;
- Dinamizar o Dia Mundial do Idoso, com a realização de várias atividades alusivas ao Dia em comemoração (ações de sensibilização, jogos tradicionais, etc.);
- Organizar o Almoço Natalício, para os Idosos mesão-frienses, para muitos a única forma de sentir e viver o Natal;
- Continuar a promover o Programa Social de Apoio à Habitação;
- Gestão e Acompanhamento do Programa Municipal Bombeiro Valoriza +;

- Parceria com o NLI (Núcleo Local de Inserção), atendimento individual aos beneficiários de RSI e participação nas reuniões mensais com todos os parceiros, para discussão dos processos e assinatura de acordos.



CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco de Mesão Frio

A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco de Mesão Frio (CPCJ) é uma entidade oficial não judiciária, com autonomia funcional e que tem como objetivo a promoção dos direitos e a proteção das crianças e jovens, prevenindo ou pondo termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação e educação, ou desenvolvimento integral.

A sua ação, na modalidade alargada, está focalizada na prevenção de situações de risco, alicerçada no conhecimento que tem na realidade local, diagnosticando as necessidades e as problemáticas específicas nas áreas da Infância e da Juventude e articulando com todas as estruturas locais para a sua solução. Compete-lhe, pois, implementar medidas de promoção dos direitos e de prevenção das situações de perigo para a criança e para o jovem, nomeadamente:

- Informar e sensibilizar a comunidade sobre os direitos da criança e do jovem;
- Promover ações, informar, colaborar e cooperar com as entidades competentes;
- Dinamizar e dar parecer sobre programas destinados às crianças e aos jovens em perigo;
- Analisar a informação semestral relativa aos processos iniciados e ao andamento dos processos pendentes na comissão, na modalidade restrita.

Na modalidade restrita, nos casos em que é considerada a existência de perigo para a criança ou jovem, é instruído o processo, efetuado o respetivo diagnóstico de avaliação, e aplicada a medida de promoção e proteção, podendo haver, ainda, lugar para o permanente acompanhamento e revisão da mesma.

No âmbito da sua atividade, a CPCJ implementará as seguintes ações:

- Promoção do mês da Prevenção dos Maus Tratos na Infância;
- Comemoração do Dia Europeu da Proteção das Crianças contra a Exploração e Abuso Sexual;
- Comemoração do Dia Internacional da Comemoração da Convenção dos Direitos da Crianças;

- Desenvolvimento de outras atividades de particular interesse, em parceria com as entidades locais e distritais.



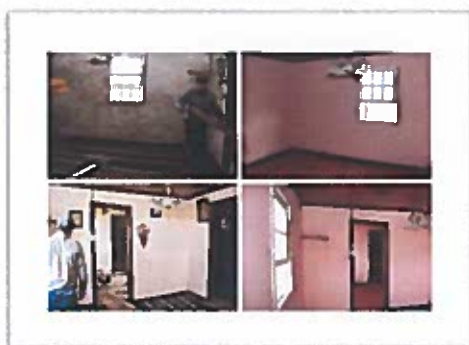
2.5. – HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLETIVOS

2.5.1. Habitação e Serviços Coletivos

Na firme convicção de que todas as pessoas têm direito a uma habitação condigna, afigura-se prioritário dar um efetivo e consequente contributo para que este direito constitucionalmente consagrado no n.º 1 do artigo 65.º, da Constituição da República Portuguesa e de reconhecida responsabilidade dos poderes públicos, com competência nesta matéria, seja integralmente assegurado.

Relevam-se, assim, as iniciativas/ações, a concretizar para ajudar as famílias mais carenciadas no acesso a uma habitação com condições e o conforto a que têm pleno direito:

- Apoio à habitação, atribuição na modalidade de apoio único, até ao montante total de 3.000,00€, no âmbito do Programa Social de Apoio à Habitação;
- Aprovação da candidatura ao apoio financeiro para elaboração da estratégia local de habitação, cofinanciada pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana – IHRU, no âmbito do Programa 1.º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação;
- Porta Jovem 65, divulgação de apoio na candidatura ao programa “Porta Jovem 65”.



2.5.2. Urbanismo e Planeamento

As orientações políticas e estratégias de intervenção no território têm que se nortear pelos pressupostos e objetivos do desenvolvimento, partindo da atual conjuntura e tendo sempre em perspectiva a alavancagem da competitividade e da atratividade do concelho.

O desenvolvimento, harmonioso, do território faz-se debelando ou atenuando assimetrias e potenciando o surgimento de oportunidades de crescimento económico, investindo, também, em infraestruturas e serviços propiciadores da melhoria das condições de vida das pessoas.

As propostas de ações e estratégias infra apresentadas, que visam dar continuidade ao processo de desenvolvimento em curso, pretendem oferecer à população melhor qualidade de vida, pois partem, naturalmente, do conhecimento dos problemas e carências, da inventariação dos recursos e da disponibilização e/ou acesso a meios de financiamento.

O planeamento urbanístico prosseguirá, pois, na senda da requalificação de espaços públicos, na revitalização de áreas urbanas e na criação de novas centralidades. Terão também continuidade os trabalhos de manutenção e embelezamento das praças, jardins e zonas de lazer.

O Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU) é uma forte aposta na efetiva melhoria das condições oferecidas à população local e aos visitantes, proporcionando espaços e equipamentos com superior funcionalidade e com ganhos em matéria de comodidade, induzindo assim a melhores condições de fruição. A reabilitação do património edificado e uma oferta cultural mais diversificada reforçam a atratividade e catalisam a economia local.

Com o contínuo propósito de fomentar a atratividade dos espaços públicos cívicos e de convivência social, prosseguirão os investimentos públicos na manutenção e embelezamento das praças, jardins e áreas de lazer, de onde destacamos a candidatura ao “Plano de Ação de Regeneração Urbana de Mesão Frio” que contempla para o ano de 2020:

- Reabilitação de Edifício da Torre de Santa Cristina;
- Reabilitação da Avenida Nova e envolvente;
- Reabilitação da Rua do Mercado e envolvente;
- Reabilitação da Avenida Dr. Domingos Monteiro e envolvente;
- Criação da Agenda Cultural de Dinamização e Estratégia para a promoção de Mesão Frio.

O planeamento que subjaz à política de ordenamento territorial visa proporcionar:

- A proteção/valorização do ambiente;
- A reabilitação e a revitalização do edificado existente e dos elementos de património cultural classificados;
- A rentabilização das infraestruturas;

- A legalização de operações urbanísticas de génese ilegal e a desburocratização dos respetivos processos de regularização (Regulamento Municipal de Edificações Preexistentes e Legalizações);
- A simplificação de procedimentos urbanísticos no quadro da legislação em vigor aplicável.

2.5.3. – Saneamento

A construção e entrada em funcionamento de toda a estrutura de saneamento de águas residuais em “alta”, permitiu abrir todo um potencial de estímulo para a execução de ligações da rede em “baixa” aos respetivos interlocutores.

Nesse âmbito preconizamos uma afirmativa melhoria nas redes de saneamento e abastecimento público de água mediante um pacote de investimentos que possibilitou a realização de obras estratégicas que completam os sistemas atuais ou reforçam as coberturas já existentes, o que ajudará em muito a eficiência e a eficácia da manutenção a levar a efeito pela empresa Intermunicipal - Águas do Interior Norte, SA.

Para se concretizar este ambicioso propósito será determinante a continuidade da aposta nas candidaturas a fundos comunitários no quadro do Portugal 2020, por aquela empresa, nomeadamente para:

- Melhorar e alargar a rede em baixa para recolha de águas residuais domésticas;
- Investir na manutenção das redes existentes;
- Investir nas redes de recolha de águas pluviais, obviando eventuais situações de ligação irregular à rede de saneamento;
- Sensibilizar para a regularização de ligações às redes públicas e a eliminação de fontes poluidoras de recursos hídricos.

2.5.4. - Abastecimento público de água

A água potável é um bem cada vez mais escasso, mas a sua disponibilização a todos os munícipes nas melhores condições de utilização é um objetivo incontornável.

Apesar da taxa de cobertura da rede de abastecimento público de água se encontrar num patamar elevado, todos os esforços serão encetados em ordem à sua plena universalização e tendo em vista também a elevação da qualidade do serviço e da água distribuída. Neste âmbito, aponta-se como

determinante a consolidação do Programa de Controlo da Qualidade da Água, a par do controlo operacional dos Sistemas Locais de Abastecimento.

A continuação desta linha de atuação será assegurada pela empresa Intermunicipal e consubstanciar-se-á na:

- Atenuação das perdas de água na rede municipal;
- Ampliação das redes de água em baixa;
- Substituição de tubagens;
- Aplicação de processos de tratamento de pequenos sistemas locais de abastecimento de água;
- Requalificação/substituição das redes de distribuição.

2.5.5. - Abastecimento Público de Gás

O projeto da rede de distribuição de gás natural de Mesão Frio apresenta uma extensão de 4,4 quilómetros com 175 ramais, uma unidade Autónoma de 90 metros cúbicos de gás natural liquefeito e um consumo médio anual de 9 GWh, o que equivale a 30 cisternas de gás natural líquido por ano. O gás natural, além de ser mais económico, com tarifa regulada, é menos inflamável e apresenta menor risco de acidentes, nomeadamente de explosões.

A autarquia fez todos os esforços para que este processo que se arrastou ao longo de 12 anos fosse uma realidade, traduzindo-se numa questão de justiça e de coesão territorial, podendo atrair para o concelho novos investidores. Mesão Frio ficará posicionado para o futuro e para uma transição energética mais limpa, mais verde e mais renovável.



2.5.6. – Resíduos Sólidos

A prestação de serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos eficazes, com uma cobertura otimizada, representa um importante valor acrescentado, no tocante à implementação de políticas de efetiva promoção da higiene pública e de criação de condições de bem-estar, tanto nos núcleos urbanos como

nos aglomerados rurais. Torna-se, assim, necessário acompanhar as necessidades e anseios evidenciados pela população, dos vários lugares, de cada uma das 5 freguesias e responder com prontidão numa perspetiva de que todos os mesão-frienses, visitantes e turistas sintam que se encontram num município asseado e acolhedor. A diversificação e a melhoria dos circuitos e do serviço prestado, recorrendo a meios tecnológicos e humanos, com excelente capacidade de resposta continuam a ser, por isso, uma das prioridades.

Neste sentido, deverão ser executadas as seguintes ações:

- Campanhas de sensibilização e educação ambiental, tendentes à universalização dos procedimentos de separação, deposição e recolha seletiva de resíduos recicláveis, por parte da população;
- Realização de planos de educação ambiental nas escolas e na comunidade;
- Instalação e/ou substituição de contentores de superfície e enterrados para a recolha de resíduos urbanos domésticos indiferenciados;
- Intensificação do serviço de recolha de “monstros”;
- Intensificação na recolha de óleos alimentares domésticos;
- Intensificar a recolha e reciclagem de pilhas elétricas usadas.

2.5.6. Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza

O ambiente deve ser entendido como património comum a todos os cidadãos, como tal, tem que ser preservado, valorizado e transmitido às gerações futuras, de modo a também poderem aspirar a uma boa qualidade de vida. O desenvolvimento sustentável, é a única forma de promovermos o bem-estar da nossa gente e de não comprometermos o futuro do território concelhio. Por isso, este é um capítulo em que se convocam todos os mesão-frienses a assumirem a sua quota parte de responsabilidade.

Para tal, ao município caberá na medida de promoção da qualidade ambiental:

- Comemorar o Dia Mundial da Árvore;
- Apoiar o precioso trabalho dos Bombeiros Voluntários de Mesão Frio na prevenção e no combate aos incêndios florestais;
- Dar continuidade ao combate à vespa velutina;
- Investir na melhoria da eficiência energética da iluminação pública, com a instalação de 1640 lâmpadas LED, nas freguesias de Oliveira, Vila Marim e Mesão Frio (Santo André), no valor de 309.991,80€ e com uma comparticipação de 94,97% de fundos comunitários, facto que contribuirá para um menor impacto ambiental e uma maior sustentabilidade energética;
- Participar, ativamente, em iniciativas tendentes a uma estratégia supramunicipal de preservação e valorização dos cursos de água.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'W' and a signature that appears to be 'P. S. S.'.

2.6. SERVIÇOS CULTURAIS E RECREATIVOS

A cultura é consensualmente considerada uma das mais sublimes formas de promover e de elevar uma comunidade. As manifestações culturais aportam a identidade de um território e fazem jus a um legado de valor incomensurável. Não pode, pois, merecer contestação a justeza da continuidade da estratégia de divulgação, promoção, reinvenção e revitalização de tradições, usos e costumes ancestrais. Muito menos se pode deixar de conceder total apoio a atividades, iniciativas e eventos que, ao mesmo tempo que valorizam a matriz cultural do concelho, o projetam no exterior, mobilizando, os vários agentes culturais, artísticos e literários, as coletividades locais e os artesãos para um trabalho criativo de excelência, promovendo também a sustentabilidade económica de diversas atividades.

Todo este trabalho deve continuar, sem prejuízo da sua permanente avaliação com vista à sua constante adequação aos objetivos traçados para cada evento, bem como à verificação dos seus reais impactos na economia local, na comunidade e na projeção do concelho, a nível regional, nacional e, até, internacional.





2.6.1. – Cultura

Para a concretização de uma consistente política de desenvolvimento cultural, serão desenvolvidas as iniciativas que se seguem:

- Criar o Centro Interpretativo do Barco Rabelo, na antiga Escola Primária da Rede;
- Promover, divulgar e apoiar na dinamização do Museu do Triciclo;
- Promover, divulgar e apoiar na dinamização do Centro Interpretativo do Castro de Cidadelhe;
- Divulgar a Casa Museu Dr. Domingos Monteiro;
- Investir na manutenção e divulgação da Ponte Romana em Cidadelhe;
- Atualizar os conteúdos culturais da página Web do Município;
- Organizar e dinamizar eventos de reconhecido interesse socioeconómico e cultural – Feira do Petisco, Vinho e Produtos Regionais e a tradicional Feira Anual de Santo André;
- Apoiar a conservação, valorização e divulgação do património concelhio.

A concretização da programação cultural, consubstancia-se na realização de eventos que beneficiam de uma ampla participação de diversas forças vivas concelhias, projetam Mesão Frio no exterior, atraem visitantes e turistas, incrementam a economia concelhia e dinamizam o turismo.

Ao longo do ano de 2020 serão dinamizadas, ainda, as seguintes iniciativas:

- Percursos patrimoniais temáticos, como o percurso pedestre;
- Medicina na Periferia (apoio do Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar);
- Noite de Fados;
- Sessões de Teatro no âmbito, do Protocolo com a Filandorra Teatro do Nordeste Cooperativa de Produção, Formação e Animação Teatral, CRL e a Cenário e Enredos – Associação (URZE TEATRO);
- Mesão Rock Fest;
- Feira do Livro;
- Feira do Petisco, Vinhos e Produtos Regionais, no sentido de atrair mais visitantes e de estimular a atividade comercial local;
- Noite Branca;

- Festas concelhias, com a dinamização de eventos que têm vindo a conquistar um lugar de destaque enquanto cartaz de visita do concelho, concentrando em si um conjunto de atividades que simbolizam o melhor da tradição e da cultura popular e religiosa;
- Feira Anual de Santo André, onde se encontra incluída a Feira Medieval, que tem tido uma grande participação ativa das Juntas de Freguesia e da população em geral;
- Espetáculos variados;
- Ações de sensibilização de várias temáticas.

O destaque dado aos grandes eventos, continuará a pautar a atuação municipal, tendo em vista a promoção de valores culturais e sociais, visando a projeção do território, o fomento da sua atratividade e a dinamização de importantes atividades económicas, ligadas à agricultura, à dinamização do mercado de produtos locais, à atividade e alojamento turísticos e à restauração.



A Biblioteca Municipal, continuará a desenvolver uma intensa atividade de dinamização cultural, articulando com o agrupamento de escolas e com todas as entidades e instituições concelhias, com intervenção na área da educação e da cultura.

Pretende-se continuar a incentivar a leitura e a escrita e concorrer para que os mesão-frienses valorizem o papel do conhecimento, na sua formação pessoal, social e profissional, como objetivos fundamentais do trabalho a encetar por este equipamento, consubstanciando-se, estes, nas seguintes iniciativas:

- Estímulo e apoio a novas edições de natureza científica, histórica e cultural – artística e literária;
- Edição de publicações informativas e culturais;
- “Hora do Conto” e encontros com escritores;
- Projeto “Mala de Histórias”, que consistirá na leitura de contos populares aos idosos e crianças;
- Promoção da leitura e acesso à população através do “Projeto Viver a Ler +”;
- Promoção de exposições;
- “Sarau de Poesia” - Dia Mundial de Poesia;
- Apresentação de livros;
- Aquisição de fundos bibliográficos e de outros recursos para enriquecimento do acervo documental;
- Banco Local de Livros Escolares;
- “Cinema Infantil”, dirigida para grupos de crianças do ensino pré-escolar e do 1.º e 2.º Ciclos;
- Oficina de Dança - “Bibliodance”;
- Oficina de Dança - “Biblioritmos”;
- Oficina de Música - “Bibliomusic”;
- Dinamização de ateliês temáticos: desenho, pintura, máscaras, música, ilustração, reciclagem, livros e leituras.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'L' at the top, followed by several stylized signatures and initials.



2.6.2. – Desporto, Recreio e Lazer

Os padrões de vida das sociedades desenvolvidas, são indissociáveis da prática de desporto e de uma significativa valorização dos momentos de lazer.

A prática desportiva é hoje transversal a todas as camadas da população que reconhecem, mais do que nunca, o seu insubstituível contributo para o bem-estar pessoal e social e, consequentemente, para a elevação dos índices de saúde.

Os poderes públicos não só não podem dissociar-se desta insofismável realidade, como têm que assumir relevante influência e responsabilidade na criação de condições para o acesso de todos os cidadãos à atividade física desportiva, tanto na sua vertente competitiva como na sua dimensão lúdica e de lazer.

Releva, ainda, a imperiosa necessidade de se enveredar por políticas de efetivo apoio à atividade de associações e clubes que valorizam sobremaneira a formação desportiva, mobilizando crianças e jovens em torno de projetos que levam longe o nome do concelho e das freguesias.

Também neste setor se reconhece ser fundamental a mobilização de sinergias em torno de parcerias coesas, com as autarquias locais e com as associações concelhias, que realizam um trabalho excecional na alavancagem do desporto e no enraizamento de hábitos de vida saudáveis no quotidiano dos mesão-frienses.

A projeção do concelho no exterior, como uma marca de sucesso e a visibilidade que é dada ao território e às potencialidades concelhias justificam, igualmente, a continuidade do apoio a todos os clubes, assim como a todas as coletividades, empenhadas na dinamização de diferentes modalidades desportivas, um pouco por todo o concelho, constituindo, ainda, fator de união das populações locais em redor de objetivos comuns.

Neste capítulo, propõe-se a concretização das seguintes medidas/iniciativas:

- Construção do Estádio Municipal de Mesão Frio – 1.ª Fase;
- Apoio às associações e clubes desportivos, com a finalidade de poderem concretizar os seus planos anuais de atividades;

2020

-
- The collage consists of 11 individual photographs arranged in a grid-like fashion. The photos depict various school activities and events from the 2007-2008 year. The images include: a large group of students in red and black uniforms posing in front of a building; a group of students in blue and white uniforms posing on a field; a group of students in blue and white uniforms posing indoors; a group of students in blue and white uniforms posing outdoors; a group of students in blue and white uniforms posing outdoors; a group of students in blue and white uniforms posing outdoors; a group of students in blue and white uniforms posing outdoors; a group of students in blue and white uniforms posing outdoors; a group of students in blue and white uniforms posing outdoors; a group of students in blue and white uniforms posing outdoors; and a group of students in blue and white uniforms posing outdoors.

Handwritten notes in blue ink:

- W
- 8
- 4
- W
- W
- W

3. FUNÇÕES ECONÓMICAS

A vida das pessoas em sociedade e a sua organização com vista à satisfação das necessidades materiais, tem apresentado características diversas ao longo dos tempos e em função das particularidades dos territórios, sendo possível encontrar um denominador comum: a procura de níveis cada vez mais elevados de produtividade e de satisfação das necessidades e anseios de cada um.

Tem-se, atualmente, como incontestável a absoluta necessidade de um território de se tornar apelativo e competitivo para prover a sua própria sustentabilidade e para se afirmar no vasto contexto de uma economia global.

3.1. – Agricultura

Os desafios que o mundo rural tem pela frente não se afiguram fáceis e passam sobretudo pela capacidade que os poderes públicos, as entidades com ligação às atividades da terra e os produtores rurais tiverem para concertar estratégias e ações suscetíveis da criação de âncoras que permitam produzir mais riqueza e abrir oportunidades aliciantes para os mais jovens.

Para a concretização deste objetivo é necessário reforçar e animar a produção local, organizando a produção e os canais de escoamento de produtos e, igualmente, criar condições para que as novas gerações desejem e possam conhecer as particularidades dos territórios e pensar os desafios dos mesmos, assim como equacionar as soluções mais eficazes para os problemas emergentes.

É fundamental que, no mundo rural, exista capacidade de sobrevivência, todos tenham oportunidade de aceder a uma existência digna, a uma vida moderna, que as pessoas se sintam bem na sua terra e no contacto com esta.

A agricultura é uma atividade económica com um peso determinante na dinâmica da economia local e a modernização da mesma é imprescindível para que aspire a níveis superiores de competitividade, continue sustentável e com animadoras perspetivas de futuro.

3.2. – Indústria

A indústria é um importante motor da economia, assumindo um lugar de destaque na produção de riqueza e na criação de emprego. Sem uma política, verdadeiramente, favorável ao incremento da produção industrial não é fácil conseguir-se crescimento económico e sem este a prosperidade e o bem-estar não sorriem aos territórios. O setor da indústria hoteleira, associado ao turismo, assume também um papel de relevo, representando um fator de atratividade de visitantes que geram, igualmente, receitas em outros setores, estimulando o comércio e os serviços locais.

Volta, assim, a propor-se a implementação de medidas passíveis de estimular o investimento e a produção no setor industrial. Entre estas medidas, destaca-se o alargamento da Zona Industrial/Empresarial da Caminheira/Cabrial que se, estima estar concluída no ano de 2020.



3.3. - Comunicações e Transportes

As infraestruturas de comunicações e os transportes representam, atualmente, uma área estratégica de elevada importância nas dinâmicas da economia, caracterizada por uma progressiva evolução tecnológica.

As mais significativas transformações estruturantes do território municipal resultam, em boa medida, da construção de novas infraestruturas neste setor, influenciando sobremaneira a evolução em termos de ordenamento territorial e de desenvolvimento das acessibilidades.

Importa, pois, encetar redobrados esforços para que este setor conheça reiterados investimentos, designadamente:

- Continuação das diligências, no sentido de demonstrar a necessidade do IC26;
- Manutenção e requalificação de estradas e caminhos municipais;
- Repavimentação de vias de comunicação no interior das freguesias;
- Investimento na colocação de sinalização vertical e horizontal.

Dever-se-á, ainda, pugnar pela conceção do Plano Municipal de Segurança Rodoviária de Mesão Frio, que terá um papel essencial no tocante à prevenção e combate da sinistralidade rodoviária, traçando

diretrizes sobre as prioridades a valorizar na requalificação de infraestruturas e no ordenamento do trânsito do concelho.

Neste âmbito, deverá ser dada particular atenção à colocação de sinalização de trânsito (vertical e horizontal) nas proximidades das escolas, além de uma maior preocupação com a criação de infraestruturas destinadas a criar melhores condições de segurança para os peões.

3.4. Comércio e Turismo

3.4.1. Mercados e Feiras

O comércio tradicional assume um papel de relevo na economia do município e é também um importante canal de escoamento para a produção agrícola, artesanal e até industrial local.

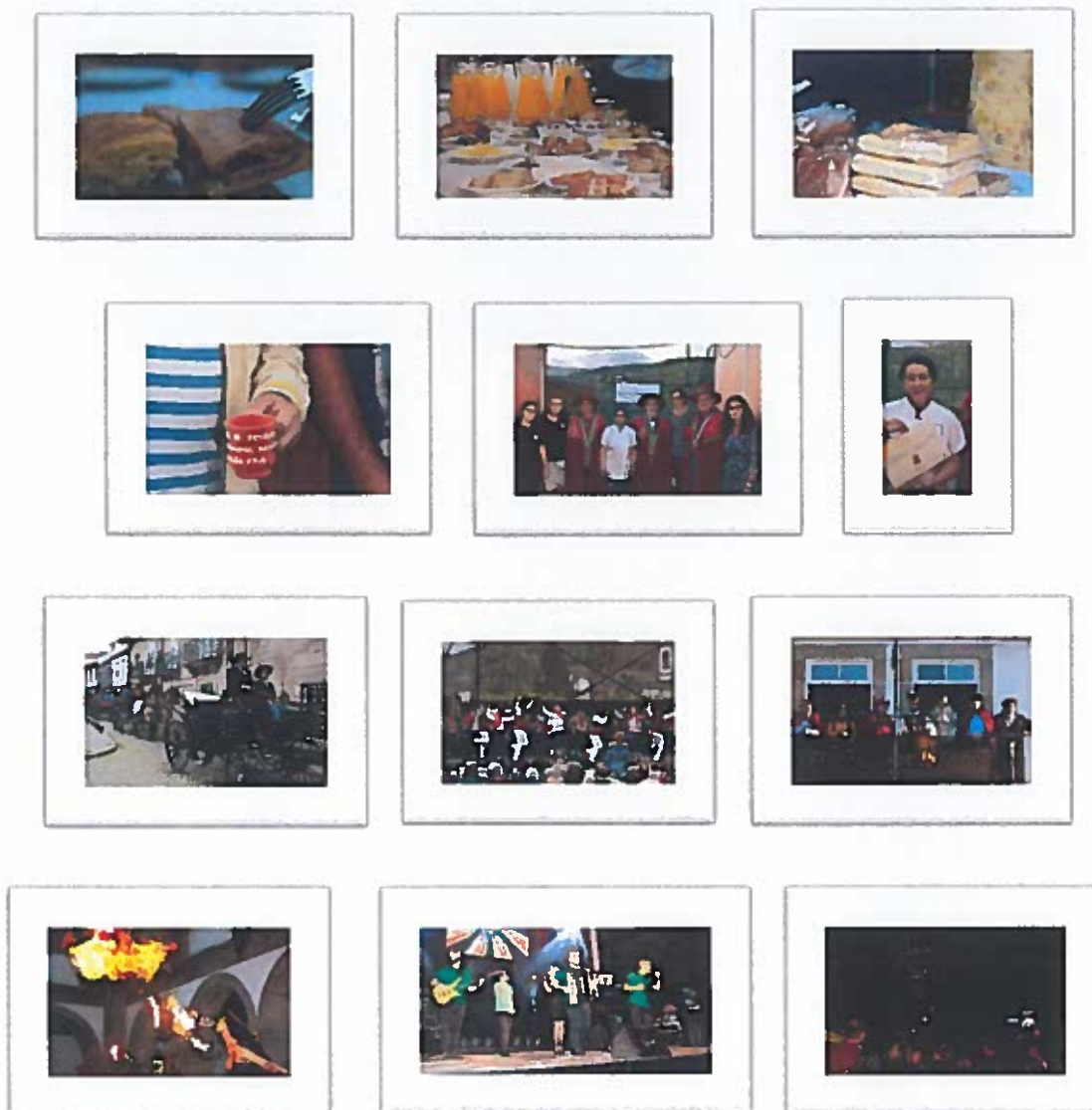
Além de estimular, transversalmente, a economia do concelho, atrai as pessoas ao centro urbano e ao mercado e feiras, ajuda a desenvolver os serviços e o sector hoteleiro e consegue, ainda, promover a atividade turística. As intervenções de regeneração e modernização urbana e a promoção de iniciativas, como eventos culturais, recreativos e feiras temáticas, entre outros, ajudam a catalisar o comércio e a garantir a sua sustentabilidade económica.

Entre as ações de vitalização do comércio local, destacam-se as que se seguem:

- A Feira do Petisco, Vinhos e Produtos Regionais, que procura conciliar as dimensão cultural e económica, atraindo um público diversificado que, de ano para ano, tem vindo a aumentar consideravelmente;
- A Feira Anual de Santo André, uma importante âncora na preservação e promoção da atividade artesanal.

A criação de um mercado de produtos locais constitui, também, um passo determinante tendente à criação de melhores condições para a colocação no mercado dos produtos endógenos e um esforço considerável no apoio aos pequenos produtores locais.





3.4.2. – Turismo

O turismo é, indesmentivelmente, um setor estratégico para o desenvolvimento socioeconómico e cultural do concelho de Mesão Frio, dadas as enormes potencialidades naturais e culturais do território e em virtude da grande dinâmica de iniciativas, atividades e eventos que vão prosseguir no sentido da projeção do mesmo no exterior.

O estímulo à atividade turística, tem em conta o facto de este setor desempenhar um papel crucial na preservação do património cultural e natural, promovendo o desenvolvimento sustentável e um espírito de maior colaboração em torno da preservação e valorização de recursos naturais e de património edificado e imaterial. Constitui, igualmente, um catalisador ao nível da promoção da inclusão social e de criação de melhores condições de vida, gerando receitas locais e proporcionando emprego.

Os indicadores atestam hoje que o turismo cultural, especialmente aquele que se estrutura no património, tangível e intangível, é responsável por uma significativa quota-parte das receitas globais do setor, circunstância que nos leva a trabalhar ainda mais convictamente para uma melhor preservação, divulgação e promoção do amplo manancial de tradições, usos e costumes que fazem a matriz cultural do concelho, assim como do rico e diversificado património edificado que os turistas podem visitar.

O carácter prioritário deste sector, em Mesão Frio, consubstancia-se no incremento da capacidade de alojamento e da oferta, em termos de hotelaria e de restauração, tudo se fazendo para captar novos investimentos.

Projetos e iniciativas a encetar no âmbito da atividade turística:

- Ação de sensibilização e educação para o turismo;
- Informação e apoio aos investidores/empresários na área do turismo, na elaboração de pareceres técnicos, acompanhamento de projetos e divulgação de informação sobre legislação e apoios financeiros disponíveis;
- Emissão de placas de identificação dos empreendimentos de Turismo em Espaço Rural e Alojamento Local e a correspondente comunicação de alvarás ao Turismo de Portugal.

E ainda, tendo em vista a qualificação do território serão implementadas as seguintes medidas:

- Lutar pela concretização do projeto da Ecovia junto ao Rio Teixeira;
- Preservação, melhoria e dinamização dos percursos pedestres, melhorando a sinalização e identificação dos mesmos e reforçando os serviços de limpeza e manutenção;
- Estabelecimento de um parque de caravanismo nas imediações do complexo da Zona de Lazer de Mesão Frio;
- Requalificação dos espaços e dos equipamentos, em vários pontos do concelho, recuperando e sinalizando os espaços de lazer, de merendas e miradouros (Vila Marim).



Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large signature and some initials.



3.5. – Outras funções económicas

É do conhecimento geral que vivemos na sociedade da informação e do conhecimento, pautada pela crescente influência das Tecnologias da Informação e do Conhecimento (TIC), o que se traduz na necessidade de ampliar a aposta nesta área para manter Mesão Frio no caminho da modernidade.



3.5.1. - Inovação e conhecimento

As estratégias para gerar novas dinâmicas da atividade económica e para promover o crescimento económico, têm necessariamente que conceder primazia à inovação, à criatividade e ao empreendedorismo como alavancas do progresso. É, assim, primordial criar o ambiente propício à inovação e à criatividade, suscetível de as transformar em valor.

Impõe-se apostar na gestão, conceção, planeamento e desenvolvimento de iniciativas, atividades e projetos inovadores no âmbito da denominada sociedade da informação e do conhecimento, que contribuam para o objetivo da modernidade, da inovação nas suas vertentes tecnológica, pública e social, para o desenvolvimento económico e social local, bem como para a promoção da imagem do Município de Mesão Frio.

4. - OUTRAS FUNÇÕES

4.1. Recursos Humanos

O município de Mesão Frio é uma organização com uma dinâmica de funcionamento, com alguma complexidade e exigência para poder funcionar com elevado nível de eficiência e para responder com eficácia e celeridade às solicitações de todos os munícipes e das várias instituições, entidades e empresas concelhias. O relacionamento entre o município e os munícipes, alicerçado numa base de diálogo e transparência, visa a agilização de processos e procedimentos e tem em vista, também, por esta via, a elevação da atratividade do território, revestindo-se da maior utilidade e importância.

Medidas e atividades a executar:

- Promover uma política sustentada, em termos de segurança, higiene e saúde no trabalho, com vista à diminuição dos acidentes, que englobe as seguintes dimensões: diagnóstico, plano de intervenção (formação, elaboração de conteúdos e ações no terreno) e avaliação dos resultados;
- Promover a qualidade dos serviços através da aposta na formação profissional;
- Ajudar os serviços a atingir os seus objetivos, fruto de um acompanhamento sistemático e com maior atenção relativamente à melhoria da eficácia dos processos e dos procedimentos;
- Elaborar recomendações relativas a falhas ou deficiências detetadas na atividade dos serviços;

4.2. Estratégia de consolidação orçamental

Este é mais um orçamento de rigor e contenção, realista, mas tal não significa que não apresente também a necessária dose de ambição e de arrojo no sentido da priorização de projetos estruturantes, para a prossecução do caminho do progresso e do bem-estar.

Surge, pois, na linha da continuidade, respondendo a todas as áreas de intervenção, no quadro das atribuições que são conferidas às autarquias, com critério e equilíbrio, rumo ao progresso e em prol da melhoria das condições de vida dos mesão-frienses. Mantém-se a orientação estratégica centrada na consolidação orçamental, continuando a colocar as finanças municipais numa trajetória sustentável. A estabilidade financeira é condição *sine qua non* para se voltar a otimizar o aproveitamento dos fundos comunitários e para se realizar um investimento planeado na modernização e desenvolvimento do território, estimular o incremento do setor empresarial e revitalizar as principais atividades económicas locais.

4.3. Portugal 2020 – Fundos Comunitários

O máximo aproveitamento dos fundos comunitários é um objetivo primordial e condição fundamental para a concretização de projetos de desenvolvimento estrutural, suscetíveis de catapultar o território concelhio para níveis ainda mais elevados de desenvolvimento económico e de progresso social, na linha do que é também preconizado na Estratégia Europa 2020.

Existe, ainda, a necessidade de mobilizar recursos para o crescimento harmonioso dos territórios e para a concretização de projetos de desenvolvimento sustentável e inclusivo, tendo assim em vista o efetivo incremento da coesão social e territorial.

O empreendedorismo indissociável de vetores como a iniciativa, a criatividade, a inovação e a capacidade para arriscar, é uma vertente apologizada nesta fase de apoios comunitários, centrados no propósito de desencadear maior crescimento económico e de fazer face ao flagelo do desemprego.

A capacidade empreendedora tem que ser uma característica assumida tanto pelas autarquias, na procura de co-financiamentos que viabilizem projetos arrojados e inovadores, que tragam incontestável valor para os municípios e para as populações, como pelos privados, empenhados em fazer diferença com investimentos sólidos, geradores de riqueza e de postos de trabalho, importantes âncoras para o reforço da atratividade e da competitividade do território.

Os fundos comunitários devem também ser canalizados para a continuidade do investimento na educação e na formação técnica e profissional, permitindo estar em condições de fornecer às empresas capital humano de elevado valor e para se potenciar a apetência para o empreendedorismo.

Assim, constroem-se e solidificam-se as bases para a recuperação da trajetória de crescimento continuado e de emprego sustentável, afastando-se o espectro da pobreza e da exclusão social e edificando-se um concelho próspero, coeso e solidário.

A atenção aos apoios destinados às iniciativas empresariais e ao desenvolvimento de projetos de âmbito social em colaboração com as diferentes entidades dos respetivos setores merecerão, também, uma atenção redobrada no sentido de alavancar projetos que contribuam para um mais efetivo desenvolvimento económico e social do concelho.

Realce, também, para o esforço de captar apoios que viabilizem o desenvolvimento de projetos de âmbito cultural, quer no que respeita à sua dimensão imaterial, quer no investimento em novos equipamentos culturais, desportivos e recreativos, bem como projetos de reabilitação urbana e de valorização patrimonial e ambiental.

Teremos, no decorrer do ano de 2020, o início de investimentos, que consideramos serem de relevante importância para o Município, dos quais se destacam:

- Cadastro de infraestruturas;
- Reabilitação energética dos Paços do Concelho;
- Reabilitação energética da Biblioteca Municipal;
- Construção do Interface em Mesão Frio;
- Remodelação dos abrigos de passageiros de transportes coletivos rodoviários municipais – 1.ª fase;
- Modernização Administrativa, com a divulgação da aplicação móvel de informação para a participação dos cidadãos que, substancia num novo canal de comunicação para estar mais próxima do cidadão, melhorar fluxos comunicacionais e a gestão dos munícipes, destinada a aproximar o cidadão ao Município numa ótica de administração participativa;
- Centro Interpretativo do Barco Rabelo;
- Plano de Ação de Regeneração Urbana de Mesão Frio;
- Ampliação da Zona Industrial – Empresarial da Caminheira/Cabrial de Mesão Frio.

Conclusão

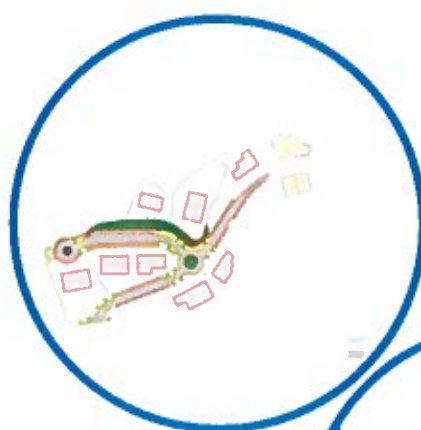
Uma gestão consistente e frutífera do município exige uma visão global da realidade, como também um conhecimento aprofundado das especificidades, nas várias vertentes do desenvolvimento local, de cada uma das freguesias e das efetivas necessidades e anseios da população, das instituições e de todos os agentes, com intervenção nas diferentes atividades desenvolvidas no território concelhio.

Sem prejuízo de uma gestão rigorosa e equilibrada dos recursos disponíveis, conforme resulta do planeamento das intervenções estratégicas, apresentadas neste documento, é imperioso que o município continue a enveredar por uma postura pró-ativa e empreendedora, revelando capacidade de trabalho, ambição e arrojo para enfrentar os desafios com determinação e para otimizar o aproveitamento das oportunidades que se lhe deparam.

O trabalho de proximidade é um dos valores distintivos da administração pública autárquica, partindo do conhecimento detalhado da realidade local e assente no desenvolvimento, no terreno, de parcerias com as freguesias e com as instituições, revestidas pela força de princípios como a solidariedade, a cooperação e a canalização de esforços e construção de sinergias indispensáveis para a resolução dos problemas, em tempo útil e para a criação de verdadeiras âncoras do progresso e da prosperidade locais.

Só assim se pode falar, com propriedade, na realização de um trabalho, exclusivamente, ao serviço das comunidades, da defesa e promoção do bem-estar e da qualidade de vida dos mesão-frienses.

ARTICULADO - NORMAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2020



Handwritten notes and signatures in blue ink, including the word "W" and several illegible signatures.

ARTICULADO

Refere o artigo 46.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual, que o Orçamento Municipal deve incluir o Articulado que contenha as medidas para orientar a execução orçamental, tendo como base a criação das Normas de Execução do Orçamento para 2020.

NORMAS DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO PARA O ANO 2020

CAPÍTULO I

ÂMBITO E PRINCÍPIOS GÉNICOS

ARTIGO 1.º

DEFINIÇÃO E OBJECTO

1. O presente regulamento estabelece regras e procedimentos complementares necessários ao cumprimento das disposições constantes do Decreto – Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do Decreto – Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, com as respetivas alterações, constituindo estes diplomas no seu conjunto, o quadro normativo aplicável à execução do orçamento do Município no ano de 2020, atentos os objetivos de rigor e contenção orçamental.
2. É objeto deste documento a criação de condições para a integração da atividade financeira desenvolvida pelos serviços municipais, numa contabilidade pública moderna conjugando a contabilidade orçamental com a contabilidade patrimonial.
3. No decorrer do ano de 2020 serão integradas e ajustadas as regras e condições previstas no Decreto – Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que aprovou o SNC-AP.

ARTIGO 2.º

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

1. O Executivo, baseado em critérios de economia, eficácia e eficiência, tomará as medidas necessárias à gestão rigorosa das despesas públicas locais, reorientando as dotações disponíveis de forma a permitir uma melhor satisfação das necessidades coletivas com o menor custo financeiro.
2. Na execução dos documentos previsionais deverá ser tido sempre em conta os princípios da utilização racional das dotações aprovadas e da gestão eficiente da tesouraria, de acordo com os princípios de utilização racional das dotações aprovadas, a assunção dos custos e das despesas deve ser justificada quanto à necessidade, utilidade e oportunidade.
3. Deverá ser assegurado e adaptado durante o ano de 2020 a Norma de Controlo Interno (NCI) do Município de Mesão Frio, aprovada em 18 de maio de 2017, com vista ao reforço do controlo financeiro, com o objetivo de garantir o rigor na execução orçamental, por forma a dar cumprimento à Lei de Compromissos e Pagamentos em Atraso – LCPA e o SNC-AP.

4. Os serviços municipais são responsáveis pela gestão do conjunto dos meios financeiros, afetos às respetivas áreas de atividade, tomando as medidas necessárias à sua otimização e rigorosa utilização, em obediência às diretrizes de contenção de despesas e de gestão orçamental definidas pelo executivo municipal, bem como as diligências para o efetivo registo dos compromissos a assumir em obediência à Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA).

5. A adequação dos fluxos de caixa das receitas às despesas realizadas, de modo a que seja preservado o equilíbrio financeiro, obriga ao estabelecimento das seguintes regras:

- a) Registo, no início do ano económico, de todos os compromissos assumidos no ano de 2019 que tenham fatura ou documento equivalente associados e não pagos (dívida transitada);
- b) Registo dos compromissos decorrentes de reescalonamento dos compromissos de anos futuros e dos contratualizados para 2020;
- c) Cumprimento do cabimento para as despesas com financiamento externo, i.é., só poderão ser autorizadas despesas com compensação em receitas desde que estas tenham sido devidamente aprovadas e homologadas pelas entidades financiadoras e no valor exato das despesas elegíveis.

ARTIGO 3.º

MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO

A Câmara Municipal baseada em critérios de economia, eficácia e eficiência, tomará as medidas necessárias à gestão rigorosa da despesa pública local, reorientando, através do mecanismo das modificações orçamentais, as dotações disponíveis de forma a permitir, no estrito cumprimento do disposto no n.º 8.3.1 do POCAL, maior satisfação das necessidades coletivas com o menor custo financeiro.

ARTIGO 4.º

REGISTO CONTABILÍSTICO

1. Os serviços municipais são responsáveis pela correta identificação da receita a liquidar e a cobrar pela Divisão Administrativa e Financeira. Sobre os serviços municipais recai ainda a responsabilidade da realização da despesa, devidamente aprovada e validada pelo Presidente da Câmara Municipal, e ainda pela entrega atempada, junto dos serviços financeiros, dos correspondentes documentos justificativos.

2. O registo da Receita, da Despesa e dos respetivos movimentos contabilísticos serão efetuados em documentos próprios, pelos serviços competentes.

3. Os documentos, registos, circuitos e respetivos tratamentos, serão os constantes da Norma de Controlo Interno (NCI) do Município de Mesão Frio, aprovada em 18 de maio de 2017, tendo em conta os princípios basilares do Decreto - Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e o Decreto - Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, todas na sua atual redação.

4. As faturas ou documentos equivalentes devem ser enviadas pelos fornecedores diretamente para a Divisão Administrativa e Financeira, até ao vigésimo dia do mês seguinte, sob pena de recusa

e/ou devolução de tais documentos. As faturas indevidamente recebidas nos outros serviços municipais terão de ser reencaminhadas para a DAF (Serviço de Contabilidade) no prazo máximo de um dia.

5. Os documentos relativos a despesas urgentes e inadiáveis, devidamente fundamentados, do mesmo tipo ou natureza, cujo valor, isoladamente ou conjuntamente, não exceda o montante de 10.000,00€ por mês, devem ser enviados à DAF (Serviço de Contabilidade) logo que possível, de modo a permitir efetuar o seu compromisso até 5.º dia útil posterior à realização da despesa, de acordo com o n.º 1 artigo 9.º do Decreto - Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto - Lei n.º 99/2015, de 02 de junho.

6. Os documentos relativos a despesas em que estejam em causa situações de excecional interesse público ou a preservação da vida humana, devem ser enviados à DAF (Serviço de Contabilidade) em cinco dias, de modo que se possa efetuar o seu compromisso no prazo de 10 dias após a realização da despesa, de acordo com o n.º 2 do artigo 9.º do Decreto - Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto - Lei n.º 99/2015, de 02 de junho.

ARTIGO 5.º

GESTÃO DOS BENS MÓVEIS E IMÓVEIS DA AUTARQUIA

1. A Gestão do Património Municipal executar-se-á nos termos do Regulamento do Cadastro e Inventário dos Bens da Autarquia.
2. Nos termos da alínea g) e h) do n.º 1 do artigo 33.º e n.º 1 do artigo 34.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, fica o Presidente da Câmara Municipal autorizado a alienar os bens imoveis de que a Autarquia não esteja a usufruir e nem obtenha quaisquer benefícios com o seu aproveitamento.
3. As aquisições de imobilizado efetuam-se de acordo com as Grandes Opções do Plano e com base nas orientações do Órgão Executivo.

ARTIGO 6.º

GESTÃO DE STOCK'S

1. Os serviços responsáveis pelo armazenamento dos bens, devem acautelar as quantidades mínimas necessárias para a prossecução das atividades básicas da Autarquia.
2. O armazenamento de bens será um recurso de gestão a usar apenas no estritamente necessário à execução das atividades desenvolvidas pelos serviços.
3. A regra será a de aquisição de bens por fornecimento contínuo, sem armazenamento ou com um período de armazenamento no máximo de 30 dias, salvo situações devidamente justificadas.
4. Todos os bens saídos do armazém, deverão ser objeto de registo.

ARTIGO 7.º

CONTABILIDADE ANALITICA/CUSTOS

1. A execução orçamental do ano de 2020, deverá estar refletida por centro de responsabilidades de forma a:

- a) Permitir o apuramento de custos diretos e indiretos da mesma;
- b) Analisar a execução orçamental na ótica económica e determinar os custos subjacentes à fixação das taxas, tarifas e preços de bens e serviços.

ARTIGO 8.º

ACORDOS DE COLABORAÇÃO COM ENTIDADES EXTERNAS

- 1. A subscrição, por parte do Município, de candidaturas aos fundos comunitários e outros fundos ministrados pela Administração Central, cuja execução física se dê por intervenção de terceiros (entidades externas à autarquia) deverá ser procedida de elaboração do respetivo Acordo de Colaboração.
- 2. A transferência de verbas para terceiros, correspondentes à contrapartida nacional a cargo do Município, nas candidaturas referidas no ponto 1, obedecerá às mesmas regras impostas à utilização de fundos comunitários.

ARTIGO 9.º

CANDIDATURAS A FUNDOS COMUNITARIOS E OUTRAS COMPARTICIPAÇÕES

- 1. A Divisão de Administração e Conservação do Território – DACT, através dos seus serviços técnicos é responsável:
 - a) Pela apresentação atempada de todas as candidaturas a programas de apoio ao desenvolvimento de atividades relevantes, nomeadamente as que se reportam aos fundos comunitários, através dos vários programas a disponibilizar pelo Portugal 2020 e outros programas de acesso a fundos comunitários que venham a ser aprovados;
 - b) Pela apresentação dos pedidos de pagamento e enquadramento das despesas na candidatura aprovada, em conformidade com as obrigações dos beneficiários nos termos dos regulamentos aplicáveis à operação, sob a supervisão dos serviços financeiros da DAF;
 - c) Assegurar o cumprimento dos procedimentos legais em matéria de contratação pública;
 - d) Assegurar todos os relatórios da execução física e financeira de cada candidatura/projeto, sob a supervisão dos serviços financeiros da DAF.

CAPÍTULO II

RECEITA ORÇAMENTAL

SECÇÃO I

PRINCIPIOS

ARTIGO 10.º

PRINCÍPIOS GERAIS PARA A ARRECADAÇÃO DE RECEITAS

- 1. Nenhuma receita poderá ser liquidada e arrecadada se não tiver sido objeto de inscrição na rubrica orçamental própria, podendo, no entanto, ser cobrada além dos valores inscritos no Orçamento.

2. As receitas liquidadas e não cobradas até 31 de dezembro devem ser contabilizadas pelas correspondentes rubricas do orçamento do ano em que a cobrança se efetuar.
3. A liquidação e cobrança de taxas e outras receitas municipais serão efetuadas de acordo com o disposto nos regulamentos municipais em vigor, bem como no Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais (Regulamento Municipal n.º 5/2014) e respetiva tabela de taxas e licenças, que integra o Anexo I do citado regulamento.
4. O cálculo da Receita, constante no Orçamento da Receita de 2020, contempla o acréscimo da taxa de inflação publicada pelo Instituto Nacional de Estatística (por aplicação do índice de preço ao consumidor, sem habitação) à média aritmética calculada com base nos 12 meses anteriores.
5. A atualização anual da Tabela de Taxas (Anexo I), será aprovada na sessão anual de aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento, da Assembleia Municipal, e produzirá os seus efeitos no dia 01 de Janeiro de 2020, nos termos do n.º 5 do artigo 5.º do Regulamento Municipal n.º 5/2014.

ARTIGO 11.º

DOCUMENTOS DE RECEITA

1. É da exclusiva competência da Divisão Administrativa e Financeira a gestão e controlo de todos os documentos necessários ao registo e cobrança das receitas municipais.
2. A conceção ou criação de documentos de receita a utilizar pelos serviços, deverá ser objeto de parecer prévio da Divisão Administrativa e Financeira.
3. A emissão dos documentos de suporte ao registo da receita são da responsabilidade da Divisão Administrativa e Financeira, que efetuará a respetiva distribuição pelos diferentes serviços.

SECÇÃO II

ENTREGA DE RECEITAS COBRADAS

ARTIGO 12.º

COBRANÇAS PELOS SERVIÇOS MUNICIPAIS

1. As receitas cobradas pelos diversos serviços municipais darão entrada na Tesouraria, no próprio dia da cobrança até à hora estabelecida para o encerramento das operações, mediante guias de receita a emitir pelo serviço a que as mesmas digam respeito ou pelo responsável do serviço que as cobrar.
2. Poderá a receita ser liquidada e arrecadada, nas diversas unidades orgânicas, sempre que daí resulte vantagem para o utente, bem como eficácia e celeridade para os serviços.
3. As receitas cobradas nos termos do número anterior deverão, depois de conferidas, ser entregues na tesouraria municipal, no próprio dia do recebimento e em caso de impedimento a receita cobrada deverá ser entregue na Tesouraria até às 10H do primeiro dia útil seguinte.
4. A entrega da receita na Tesouraria deverá ser acompanhada pelo guia resumo à qual terão de ser anexados, para conferência, os talões, as faturas ou recibos que lhe deram origem.

ARTIGO 13.º

VALORES RECEBIDOS PELO CORREIO

1. O serviço que receciona um valor pelo correio, cheque ou vale postal, deverá elaborar uma lista de valores recebidos, mencionando o banco, devedor, número do cheque, data e valor. Estes elementos devem ser entregues, no próprio dia, na Tesouraria do Município, com a cópia ou outros elementos identificativos devendo posteriormente ser remetidos ao serviço emissor para emissão da respetiva fatura e ou documento equivalente.
2. Quando não for possível identificar o serviço emissor, a lista e respetivos valores são remetidos à Tesouraria para identificação.
3. A lista de valores com a identificação da fatura-recibo que os originou, após verificação da validade dos documentos, deverá ser arquivada pela Tesouraria.

ARTIGO 14.º

VALORES RECEBIDOS ATRAVÉS DOS TERMINAIS DE PAGAMENTO AUTOMÁTICO

1. O terminal de pagamento automático existente nos serviços municipais é encerrado diariamente permitindo a transmissão da informação e crédito na conta da Autarquia.
2. A Tesouraria relaciona as faturas-recibo com os fechos diários do respetivo TPA validando a entrada de valores nas Instituições de crédito respetivas.

ARTIGO 15.º

VALORES CREDITADOS EM CONTA BANCARIA

1. Qualquer montante creditado em contas bancárias do Município de Mesão Frio com a exceção das contas próprias das cauções, que não tenha sido possível reconhecer até ao final do ano económico é liquidado e cobrado como receita municipal.
2. A dívida de clientes correspondente à receita cobrada nos termos do número anterior é regularizada, desde que os munícipes/utentes apresentem o respetivo comprovativo de depósito bancário.

ARTIGO 16.º

RESTITUIÇÕES DE IMPORTÂNCIAS RECEBIDAS

A restituição de qualquer importância recebida compete ao Presidente da Câmara Municipal, sob informação dos serviços responsáveis que deverão obrigatoriamente fundamentar as razões que a justificam.

ARTIGO 17.º

ENTREGA DE VALORES TITULADOS (CAUÇÕES/GARANTIAS)

1. As importâncias a depositar a título de caução ou garantia de quaisquer responsabilidades ou obrigações, dão entrada diariamente na Tesouraria até à hora do encerramento ao público e pela forma estabelecida para o registo contabilístico das receitas do Município.

2. Os serviços que rececionem as cauções sobre qualquer forma, nomeadamente no que respeita a empreitadas de obras públicas, aquisições de bens e serviços, processos de licenciamento e processos de execução fiscal, entre outros deverão remeter cópia de imediato à Divisão Administrativa e Financeira, para proceder ao competente registo.
3. Cabe à DAF registar contabilisticamente a receção, o reforço e a diminuição assim como as devoluções das cauções e das garantias.
4. As garantias prestadas e demais documentação ficarão apenas ao contrato escrito relativo ao procedimento que lhe deu origem.
5. Para efeitos de libertação de cauções os serviços responsáveis pela gestão devem enviar à DAF informação, nos termos do contrato e da legislação em vigor, onde constem as condições para libertar as cauções existentes com a identificação da referência de cada uma e dos processos que as originaram.
6. Na eventualidade da instituição bancária solicitar o original do documento da garantia bancária prestada para efeitos de libertação da caução, os serviços deverão pugnar por manter uma cópia autenticada no processo administrativo e financeiro.
7. Na Divisão Administrativa e Financeira serão criadas conta-correntes, a fim de poder ser exercida a necessária fiscalização do movimento dos respetivos depósitos e sua restituição, quando para tal estiverem cumpridas e documentadas as correspondentes situações.

CAPITULO III**DESPESA ORÇAMENTAL****SECÇÃO I****PRINCIPIOS E REGRAS****ARTIGO 18.º****PRINCIPIOS GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA DESPESA**

1. Na execução do orçamento da despesa devem ser respeitados os princípios e regras definidos no Decreto - Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e ainda as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, constantes do Decreto - Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, sendo que a manter-se os níveis de endividamento municipal e os pressupostos aprovados na Lei do Orçamento do Estado para 2019, no que respeita ao cálculo dos fundos disponíveis, a Câmara Municipal, sob proposta do Presidente da Câmara poderá excluir-se do cálculo do apuramento dos fundos disponíveis, constantes nos diplomas acima referenciados.
2. Nenhum compromisso pode ser assumido sem que tenham sido cumpridas cumulativamente as seguintes condições:
 - a) Verificada a conformidade legal e a regularidade financeira da despesa;
 - b) Registado previamente à realização da despesa no sistema informático de apoio à execução orçamental;

- c) Emitido um número de compromisso válido e sequencial que é refletido na nota de encomenda;
3. Nenhum compromisso pode ser assumido sem que se assegure a existência de fundos disponíveis.
4. As despesas só podem ser cabimentadas, comprometidas, autorizadas e pagas, se estiverem devidamente justificadas e tiverem cobertura orçamental, ou seja, no caso dos investimentos, se estiverem inscritas no Orçamento e no PPI, com dotação igual ou superior ao valor do cabimento e compromisso e no caso das restantes despesas, se o saldo orçamental na rubrica respetiva for igual ou superior ao valor do encargo a assumir.
5. As ordens de pagamento da despesa caducam a 31 de Dezembro, devendo o pagamento dos encargos regularmente assumidos e não pagos até 31 de Dezembro ser processados por conta das verbas adequadas do orçamento do ano seguinte.
6. Cada serviço que tenha a seu cargo a execução de obras deverá ter uma conta-corrente da obra, para que, em qualquer momento, se possa conhecer o seu custo.

ARTIGO 19.º

TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS DE DESPESA

1. Em 2020, os serviços responsáveis pela tramitação dos processos de despesas de aquisição de bens e serviços deverão utilizar o meio de transmissão eletrónica (correio eletrónico), para a formalização do procedimento.
2. Os serviços responsáveis pela tramitação dos processos de despesa respeitantes à modalidade de empreitadas e concessões, para valores inferiores a 150.000,00€ deverão utilizar o meio de transmissão eletrónica (correio eletrónico), para a formalização do procedimento.
3. Os serviços responsáveis pela tramitação dos processos de despesa respeitantes à modalidade de empreitadas e concessões, para valores superiores a 150.000,00€, deverão obrigatoriamente utilizar a plataforma eletrónica disponível para o efeito.
4. Cumpre à DAF realizar e coordenar toda a tramitação administrativa dos processos aquisitivos, em articulação com os serviços requisitantes no que respeita a aquisição de bens e serviços, sendo que a realização, coordenação e tramitação administrativa dos processos na modalidade de empreitadas e concessões cabe à DACT.
5. Por forma a garantir a disponibilização dos contratos nas datas pretendidas cada unidade orgânica deve apresentar o respetivo pedido de compra com antecedência mínima de:
- a) Oito dias para as aquisições de valores inferiores a 5.000,00€;
 - b) Quinze dias para as aquisições de valores superiores a 5.000,00€, fazendo-se acompanhar do respetivo Convite e Caderno de Encargos elaborados pelos serviços requisitantes;
 - c) Vinte e cinco dias para as aquisições de valores superiores a 75.000,00€, fazendo-se acompanhar do respetivo Convite e Caderno de Encargos elaborados pelos serviços requisitantes.

6. O júri dos procedimentos de aquisições de bens e serviços deve integrar sempre pelo menos dois elementos da DAF.
7. O júri dos procedimentos da modalidade de empreitadas e concessões deve integrar sempre pelo menos um elemento da DAF.
8. Para efeitos de aplicação do n.º 5 do art.º 113.º do CCP todos os serviços municipais devem comunicar à DAF, sector de Aprovisionamento, aquando da abertura do procedimento, a identificação de todas as entidades (denominação e número de identificação fiscal e ou número de identificação de pessoa coletiva) que tenham fornecido bens moveis ou imoveis ou prestado serviço ao Município, a título gratuito, no ano económico em curso ou nos dois anos económicos anteriores, exceto se o tiverem efetuado ao abrigo do estatuto do Mecenato.

ARTIGO 20.º

CELEBRAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DOS CONTRATOS

1. A celebração de contrato escrito é obrigatória, salvo nas seguintes situações:
 - a) Quando se trate de contrato de locação ou de aquisição de bens móveis ou de aquisição de serviços, cujo preço contratual não exceda 10.000,00€;
 - b) Quando se trate de locar ou de adquirir bens móveis ou serviços ao abrigo de um contrato público de aprovisionamento;
 - c) Quando se trate de locar ou adquirir bens móveis ou serviços nos termos constantes das alíneas i) ii) e iii) do n.º 1 do artigo 95.º do CCP;
 - d) Quando se trate de contrato de empreitada de obras públicas de complexidade técnica reduzida e cujo preço contratual não exceda 15.000,00€.
2. A redução do contrato a escrito, nos termos do n.º 2 do artigo 95.º do CCP, pode ser dispensada pelo órgão competente para a decisão de contratar, quando:
 - a) A segurança pública interna ou externa o justifique;
 - b) Seja adotado um concurso público urgente ou por motivos de urgência imperiosa resultante de acontecimentos imprevisíveis pela entidade adjudicante, seja necessário dar imediata execução do contrato.
3. Os contratos administrativos, no âmbito dos diplomas supra referidos, deverão ser formalizados e celebrados na Divisão Administrativa e Financeira, competindo ao Presidente da Câmara Municipal, nos termos da Lei, designar o trabalhador que serve de oficial público para os lavrar.
4. Os contratos a celebrar no âmbito da contratação pública, deverão ser precedidos da elaboração da competente minuta, que deverá ser notificada ao cocontratante.
5. Todos os contratos exarados no âmbito do Código dos Contratos Públicos, deverão ser numerados, registados e arquivados em livro próprio.
6. De todos os contratos celebrados de aquisição de bens e serviços, no âmbito do Código dos Contratos Públicos, deverão ser extraídas fotocópias e remetidas à Divisão Administrativa e Financeira

para inserção no correspondente processo de despesa e submetidos na página eletrónica www.base.gov.pt.

7. De todos os contratos celebrados na modalidade de empreitada e concessões, no âmbito do Código dos Contratos Públicos, deverão ser extraídas fotocópias e remetidas à Divisão de Administração e Conservação do Território, para inserção no correspondente processo de despesa e submetidos na página eletrónica www.base.gov.pt.

ARTIGO 21.º

GESTÃO DE CONTRATOS

1. Compete a cada um dos serviços requisitantes a gestão dos contratos em vigor.
2. Para cumprimento do disposto no número anterior, o gestor do procedimento deve manter evidências de acompanhamento material e financeiro dos contratos.
3. As questões relacionadas com a execução dos contratos, assim como as eventuais modificações, incumprimentos, apuramento de responsabilidades ou aplicação de penalizações, devem ser analisadas pelo gestor do procedimento com vista à adequada tramitação e decisão superior.

ARTIGO 22.º

CONFERÊNCIA E REGISTO DE DESPESA

1. A conferência, verificação e registo inerentes à realização de despesas efetuadas pelos serviços municipais, deverá obedecer ao conjunto de normas e disposições legais aplicáveis de um modo geral (Decreto - Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, Decreto - Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro alterado e republicado pelo Decreto - Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, Decreto - Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e demais dispositivos legais e regulamentares), bem como as Instruções e Resoluções do Tribunal de Contas.
2. A conferência, verificação e registo referidos no número anterior serão efetuados consoante a especificidade e a fase da realização da despesa, por parte dos serviços requisitantes qualitativa e quantitativamente através da aplicação informática disponível para o efeito.

ARTIGO 23.º

PROCESSAMENTO DE REMUNERAÇÕES

1. O serviço de Recursos Humanos assegura o processamento das folhas de remuneração dos colaboradores da Autarquia, devendo os respetivos processos de despesa dar entrada na Divisão Administrativa e Financeira - Setor de Contabilidade, até ao dia 12 de cada mês, por forma a permitir o tratamento adequado.
2. O Sector dos Recursos Humanos assegura ainda o processamento das folhas de despesa dos Contratos de Emprego Inserção, Contratos Emprego Inserção +, Estágios Profissionais, Contratos de Tarefa e Avença, entre outros, devendo estas serem disponibilizadas na Divisão Administrativa e Financeira - Sector de Contabilidade, até ao dia 28 de cada mês, por forma a permitir o tratamento adequado.

ARTIGO 24.º

MAPA DE PESSOAL

1. O mapa de pessoal contém a indicação do número de postos de trabalho de que o Município carece para o desenvolvimento das respetivas atividades, tendo em conta o disposto nos artigos 28.º a 31.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual.
2. O mapa de pessoal detém características dinâmicas, podendo ser mantido ou alterado, consoante as necessidades dos órgãos ou serviços, dentro dos parâmetros definidos legalmente.
3. Os encargos com a rubrica "Pessoal" correspondem na exata medida, ao número de trabalhadores existentes à data e ainda, daqueles que se prevê recrutar, cfr Mapa de Pessoal, em anexo à proposta do orçamento para o ano económico de 2020 (Anexo II).
4. A proposta do Mapa de Pessoal a vigorar para o ano de 2020 será objeto de aprovação, na sessão anual da aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento, da Assembleia Municipal, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 4 do artigo 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, ambas na sua redação atual.


ARTIGO 25.º

PUBLICIDADE

O mapa de pessoal aprovado e/ou alterado é tornado público por afixação em local próprio e visível dos serviços e inserido na página eletrónica do Município, em www.cm-mesaofrio.pt.

ARTIGO 26.º

FUNDOS DE MANEIO

1. Em caso de reconhecida necessidade poderá ser autorizada pela Câmara Municipal, a constituição de fundos de maneiio, por conta da respetiva dotação orçamental, visando o pagamento de pequenas despesas urgentes e inadiáveis.
2. Os pagamentos efetuados pelo fundo de maneiio são objeto de compromisso pelo seu valor integral aquando da sua constituição e reconstituição, a qual deverá ter carácter mensal e registo da despesa em rubrica de classificação económica adequada.
3. O fundo de maneiio será saldado até ao dia 26 de dezembro de 2020, não podendo conter, em caso algum, despesas não documentadas.
4. Os titulares dos fundos respondem pessoalmente pelo incumprimento das regras aplicáveis à utilização dos mesmos.
5. Os demais procedimentos, responsabilidades específicas e documentação de suporte, constam do Regulamento Interno do Funcionamento e Gestão do Fundo de Maneio e Fundo Fixo de Caixa. 

SECÇÃO II

AUTORIZAÇÃO DA DESPESA

ARTIGO 27.º

COMPETÊNCIAS

1. Nos termos do disposto na alínea a) do artigo 18.º do Decreto – Lei n.º 197/99, de 08 de junho é competência do Presidente da Câmara a autorização de despesa com a locação e aquisição de bens e serviços até ao montante de 149.639,37€.
2. Os limites de competências fixados no número 1, para autorização de realização de despesa mantem-se para as despesas provenientes de alterações, revisões de preços e contratos adicionais às empreitadas e às aquisições de bens e serviços.
3. Quando for excedido o limite percentual referido no número anterior, a competência para a autorização do acréscimo da despesa cabe à entidade a quem competir a autorização do montante total da despesa, incluindo os acréscimos.
4. Em casos omissos ao regulado no presente artigo, os serviços municipais deverão proceder em conformidade, com as regras e demais procedimentos estabelecidos sobre esta matéria, decorrentes da legislação em vigor.

ARTIGO 28.º

APOIO A ENTIDADES TERCEIRAS

Os apoios a entidades terceiras, excluindo freguesias, que se traduzam na redução do preço de prestações de serviço e/ou na cedência de recursos humanos ou patrimoniais carecem de proposta fundamentada do respetivo pelouro ou unidade orgânica competente e de informação financeira prévia que a submeterá à decisão do Presidente da Câmara e submissão, para aprovação, à Câmara municipal, nos termos da alínea u) do n.º 1 do artigo 33 do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

ARTIGO 29.º

APOIO ÀS FREGUESIAS

1. Durante o Exercício de 2020, para efeitos do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, autorizam-se as seguintes formas de apoio às freguesias em reforço da sua capacidade para prossecução das respetivas competências materiais estabelecidas no artigo 16.º do mesmo diploma:
 - a) Em numerário até ao limite constante das Grandes Opções do Plano e Orçamento;
 - b) Em espécie, até ao montante anual de 500,00€ por freguesia.
2. A concessão do apoio referido no número anterior carece de pedido fundamentado da freguesia e de informação financeira prévia da DAF, que submeterá à decisão do Presidente da Câmara.

ARTIGO 30.º

ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS

1. Para efeitos do previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e artigo 12.º do Decreto – Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, ambas na sua redação atual, fica autorizada, pela Assembleia Municipal, a assunção de compromissos plurianuais que resulte de projetos ou atividades constantes das Grandes Opções do Plano e Orçamento, em conformidade com a projeção plurianual aí prevista.
2. Ficam autorizadas as despesas plurianuais decorrentes de contratos que não constem do número anterior e que em cada três anos seguidos não ultrapassem 99.759,58€.
3. Ficam autorizadas as despesas que resultem de reprogramações financeiras decorrentes de acordos de pagamentos e alterações ao cronograma físico de investimentos.
4. Ficam ainda autorizadas, nos termos do n.º 4 do artigo 16.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, os encargos plurianuais resultantes de Plano de Liquidação de Pagamentos em Atraso ou subseqüentes modificações.
5. Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma listagem com os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida.
6. O regime previsto na presente autorização aplica-se a todas as assunções de compromissos, desde que respeitadas as condições constantes dos números anteriores, já assumidas, a assumir ou que produzam efeitos a partir de 1 de janeiro de 2020.

ARTIGO 31.º

AUTORIZAÇÕES ASSUMIDAS

1. Consideram-se autorizadas, na data do seu vencimento e desde que os compromissos assumidos estejam em conformidade com as regras e procedimentos previstos na LCPA e no Decreto – Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e após validação do Presidente da Câmara Municipal, as seguintes despesas:
 - a) Vencimentos e salários;
 - b) Subsídio familiar – crianças e jovens;
 - c) Gratificações, pensões de aposentação e outras;
 - d) Encargos de empréstimos;
 - e) Contribuições e impostos, reembolsos e quotas ao Estado ou organismos seus dependentes;
 - f) Água, energia elétrica, gás;
 - g) Comunicações telefónicas e postais;
 - h) Prémios de seguros;
 - i) Quaisquer outros encargos que resultem de contratos legalmente celebrados.
2. Consideram-se igualmente autorizados os pagamentos às diversas entidades por Operações de Tesouraria, nos termos do número anterior.

SECÇÃO III

PROCEDIMENTOS E REGRAS ESPECIAIS PARA A REALIZAÇÃO DA DESPESA

ARTIGO 32.º

EQUIPAMENTO E SOLUÇÕES INFORMÁTICAS

1. As necessidades de *hardware* e *software* devem ser encaminhadas, de forma clara e fundamentada, pelo responsável pela área Informática para a DAF (Serviço de Aprovisionamento) a quem cabe avaliar as solicitações apresentadas e proceder à respetiva informação e enquadramento legal e financeiro para posterior decisão do Presidente da Câmara Municipal.

ARTIGO 33.º

VERTENTE SEGURADORA

1. Cabe à Divisão Administrativa e Financeira – Serviço de RH, com apoio dos serviços jurídicos, desenvolver todos os procedimentos relativos à contratação de seguros do Município.
2. Os serviços municipais devem encaminhar à DAF as necessidades de cobertura de risco com antecedência mínima de 30 dias em relação à data de início de vigência da apólice pretendida.
3. Os elementos relativos à participação de sinistros devem ser comunicados pelos Serviços de Recursos Humanos, no prazo de 24 horas à seguradora, por forma a permitir a sua resolução.
4. Sempre que das informações constantes num processo de sinistros se conclua pela negligência ou qualquer outro facto associado à não intervenção atempada dos serviços, (por exemplo, deficiente estado de conservação, reparação ou sinalização da via pública), deverão os responsáveis máximos desses serviços instaurar processo formal de averiguações, a fim de corrigir disfuncionalidades, apurar responsabilidades e eventualmente, ressarcir o cofre municipal dos prejuízos causados.

ARTIGO 34.º

DESPESAS DE DESLOCAÇÃO

1. A utilização de viatura própria ou transporte aéreo e as deslocações ao estrangeiro carecem sempre de autorização prévia e expressa do Presidente da Câmara Municipal.
2. As despesas decorrentes de deslocações em serviço no país carecem de autorização prévia do Presidente da Câmara.
3. Aquando da elaboração do pedido de deslocações que contemplem estadia, tem de ser identificado o local preciso de destino para facilitar ao Sector do Aprovisionamento a escolha da localização de alojamento que se revele mais vantajosa para o Município.

ARTIGO 35.º

REPOSIÇÕES AO MUNICÍPIO

1. As reposições ao Município de dinheiros indevidamente pagos devem obedecer aos seguintes procedimentos:
 - a) Por meio de guia e/ou documento equivalente;
 - b) Devem realizar-se no prazo máximo de 30 dias a contar da receção da respetiva comunicação.

2. Em casos especiais ou excecionais e desde que não ultrapasse o ano económico seguinte ao do seu deferimento, a reposição de valores indevidamente pagos em prestações mensais e o número de mensalidades, podem ser autorizada pelo Presidente da Câmara Municipal.

ARTIGO 36.º

DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO

1. As despesas relativas a encargos de representação e aquisição de bens para oferta carecem da autorização expressa do Presidente da Câmara Municipal.
2. A aquisição de bens para oferta deverá estar expressamente definida aquando da abertura do procedimento, por forma a permitir o tratamento contabilístico adequado.

ARTIGO 37.º

OPERAÇÕES DE TESOURARIA

As Operações de Tesouraria são organizadas pela Divisão Administrativa e Financeira – Setor de Contabilidade.

SECÇÃO IV

CELEBRAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS E PROTOCOLOS

ARTIGO 38.º

PROTOCOLOS

1. Os protocolos ou acordos de colaboração que configurem responsabilidades financeiras para a Autarquia deverão obter o prévio parecer da DAF, para efeitos de reconhecimento da respetiva despesa e ou receita.
2. Competirá à DAF proceder aos registos contabilísticos adequados à execução dos Protocolos referidos no ponto anterior.

ARTIGO 39.º

CONTRATOS DE TAREFA E AVENÇA

1. A celebração de contratos de prestação de serviços nas modalidades de contratos de tarefa e de avença apenas podem ter lugar desde que preenchidos os requisitos previstos nos artigos 10.º e 32.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual e demais legislação complementar aplicável.
2. À DAF, aquando da celebração dos contratos de Tarefa e Avença, cabe a obrigação de verificar, previamente, o cumprimento dos requisitos previstos no artigo 10.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual e demais requisitos previstos na lei que aprova o Orçamento de Estado, dando de tal, posterior conhecimento ao Presidente da Câmara, por forma a que este pondere sobre a sua formalização.
3. Para efeitos do disposto no número anterior, são inscritos na classificação económica 010107 – Pessoal em Regime de Tarefa ou Avença, todos os contratos celebrados em nome individual. Os

restantes contratos que, em nome individual, tem caráter esporádico, não tem qualquer expectativa de continuidade, nem de repetição são inscritos no grupo 02 – Aquisição de bens e serviços.

4. A violação dos requisitos previstos no artigo 10.º e 32.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, determina a nulidade dos contratos de tarefa ou avença celebrados, assim como faz incorrer o autor do ato em responsabilidade civil, financeira e disciplinar.

CAPITULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO 40.º

TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS FREGUESIAS, COM VISTA AO EXERCÍCIO DAS COMPETÊNCIAS TRANSFERIDAS, PREVISTAS NA ALÍNEA B) DO N.º 1 DO ARTIGO 2.º DO DECRETO - LEI N.º 57/2019, DE 30 DE ABRIL

1. Nos termos do n.º 2 do artigo 38.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto conjugado com o artigo 5.º do Decreto – Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, foram encetados e concluídos em 06 de setembro os Autos de Transferências das competências previstas na alínea b) do n.º 1 do artigo 2.º do citado decreto – lei (Limpeza de vias, espaços públicos sarjetas e sumidouros), cuja produção de efeitos ocorreu a 01 de outubro de 2019.
2. A transferência de recursos financeiros associados ao exercício daquelas competências pelas Freguesias, ocorre por comunicação à DGAL, pela autarquia, até 30 de junho de cada ano, com vista a que aqueles valores financeiros sejam inscritos no Orçamento do estado do ano seguinte.
3. A comunicação daqueles dados cabe à DAF (Serviços de Contabilidade) que deverá promover a inserção dos dados necessários na plataforma disponibilizada pela DGAL para o efeito (SIHAL), até à data limite estabelecida.

ARTIGO 41.º

ACORDOS DE EXECUÇÃO

Nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, alterada pelas Leis n.os 25/2015, de 30 de março, 69/2015, de 16 de julho, 7-A/2016, de 30 de março, e 42/2016, de 28 de dezembro em conjugação com a Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto a Câmara Municipal poderá celebrar Acordos Execução para a delegação de competências, nas Juntas de Freguesia.

ARTIGO 42.º

OBRAS DE MANUTENÇÃO NOS EDIFÍCIOS E HABITAÇÕES MUNICIPAIS

1. As intervenções de qualquer natureza nas habitações e edifícios municipais, ocupados por serviços e/ou outras, serão realizadas pelos serviços da DACT, devendo os pedidos de intervenção serem reencaminhados para os mesmos.
2. Após análise às solicitações apresentadas, deverão os serviços da DACT informar de forma clara e fundamentada, demonstrando a necessidade da mesma, para posterior decisão do Presidente da Câmara Municipal.

ARTIGO 43.º

CONSULTA DE PROCESSOS

A Divisão Administrativa e Financeira (Serviço de Contabilidade) poderá consultar ou requisitar, para exame e verificação, toda a documentação relacionada com a arrecadação da receita e a realização da despesa, devolvendo-a depois de consultada.

ARTIGO 44.º

EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO

1. Para ocorrer a dificuldades de tesouraria fica o executivo autorizado a contrair empréstimos a curto prazo, até ao final do exercício económico e até ao montante de 300.000,00€, nos termos do artigo 50.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual.
2. Nos termos da deliberação camarária de 17 de outubro de 2019, a Assembleia Municipal deverá autorizar a contratualização do Empréstimo de Curto Prazo para o ano de 2020, à entidade bancária que apresentou a proposta mais vantajosa para o Município, de acordo com a análise das propostas rececionadas efetuada pelo júri do procedimento, o qual se inclui e faz parte integrante do presente documento denominado de Anexo III.

ARTIGO 45.º

ISENÇÕES E REDUÇÕES

Durante o exercício económico do ano de 2020, para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual, a Câmara Municipal, fixará, casuisticamente e sob proposta devidamente fundamentada, a concessão de isenções ou reduções em respeito pelo princípio da legalidade tributária previsto no n.º 9 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual, conjugado com o n.º 9 do artigo 26.º e artigo 27.º do Regulamento Municipal n.º 5/2014.

ARTIGO 46.º

FISCALIZAÇÃO PRÉVIA

1. Devem ser remetidos ao Tribunal de Contas, para efeitos de fiscalização prévia, os documentos que representem, titulem ou deem execução aos atos e contratos celebrados pelo Município, nos termos do artigo 46.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na sua redação atual.
2. De acordo com o disposto no artigo 48.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, para o ano de 2020 ficam isentos de fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas os atos e contratos, considerados isolados ou conjuntamente com outros que aparentem estar relacionados entre si, até ao limite que venha a ser fixado na Lei do Orçamento de Estado para 2020.
3. A declaração de suficiência orçamental e de cativação das respetivas verbas a que se refere o n.º 4 do artigo 5.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na sua redação atual, deve identificar o seu autor, nominal e funcionalmente e ser aprovada pelos órgão competente.

4. Nenhum ato, contrato ou instrumento poderá começar a produzir efeitos financeiros, em data anterior à do Visto do Tribunal de Contas, exceto se verificado o circunstancialismo constante do artigo 45.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto.
5. Visado um contrato de obra pública e havendo necessidade de trabalhos a mais, deverá ser formalizado o respetivo documento nos termos do artigo 375.º do CCP e remetido ao Tribunal de Contas, no prazo de quinze dias, a contar do início da sua execução, nos termos consignados no n.º 2 do artigo 47.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na sua redação atual.
6. Decorrido o prazo de 30 dias da remessa ao Tribunal de Contas dos processos para visto prévio, ficarão os mesmos tacitamente visados se não tiverem sido devolvidos nesse período de tempo, podendo iniciar-se a execução dos atos e contratos se, decorridos 5 dias úteis sobre o termo daquele prazo, não tiverem recebido qualquer comunicação.
7. Os processos submetidos à apreciação do Tribunal de Contas obedecerão às instruções a que se refere a Lei n.º 98/97, de 26 de agosto e as respetivas Resoluções, aprovadas para o efeito.

ARTIGO 47.º

DÚVIDAS SOBRE A EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

As dúvidas que se suscitarem na execução do Orçamento e na aplicação ou interpretação destas normas serão resolvidas por despacho do Presidente da Câmara, sob parecer da DAF.

ARTIGO 48.º

LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO CONJUGADA COM O DECRETO – LEI N.º 127/2012, DE 21 DE JUNHO

Em 2020, as alusões a normas, procedimentos e autorizações previstas nos artigos anteriores, decorrentes da aplicação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso serão implicáveis caso o Município esteja excluído do âmbito da aplicação do referido diploma.

MAPA DAS ENTIDADES PARTICIPADAS PELO MUNICÍPIO

Nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 46.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual, apresentamos o Mapa das Entidades Participadas pelo Município de Mesão Frio, designadas ora pelo tipo de Entidades Societárias e Entidades Não Societárias, fazendo estas parte da relação constante no Grupo Autárquico, a enviar à DGAL.

Exemplificando:

Entidade Participada	
Denominação	N.I.P.C
Águas do Norte, SA	5313606084
Comunidade Intermunicipal do Douro	508779200
Associação Nacional dos Municípios Portugueses	501627413
Associação de Municípios do Vale do Douro Norte	502459417
Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico	502131047
Turismo Porto e Norte de Portugal, E.R	508905435
Associação do Douro Histórico	502577916

De acordo com a alínea a) e b), do n.º 2, do art.º 46.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, deverão fazer parte do Orçamento Municipal, como anexos os Orçamentos dos órgãos e serviços do Município, com autonomia financeira, bem como, orçamentos de outras entidades participadas em relação às quais se verifique o controlo ou presunção do controlo pelo Município, de acordo com o art.º 75.º, da supracitada Lei.



Do Orçamento Municipal apresentado para o ano de 2020, não fazem parte integrante os documentos anteriormente referidos, dado que a Câmara Municipal de Mesão Frio não se enquadra na disposição legal citada, pois apenas dispõe de participações sem que se verifique o controlo ou presunção do controlo por parte do Município.

TERMO DE ENCERRAMENTO


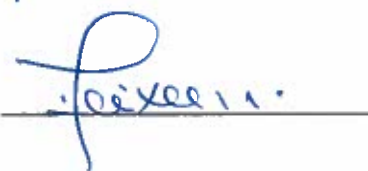
As Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2020, importam tanto na receita como na despesa, num total de onze milhões e seiscentos e setenta mil euros (11.670.000,00€) e foi aprovado por _____, pelo executivo, em conformidade com o disposto na alínea ccc), do n.º 1 do artigo 33.º Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e Decreto - Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela legislação posterior, na reunião extraordinária realizada no dia 31 de outubro de 2019, para serem presentes à Assembleia Municipal.

O Órgão Executivo

(Assinaturas)


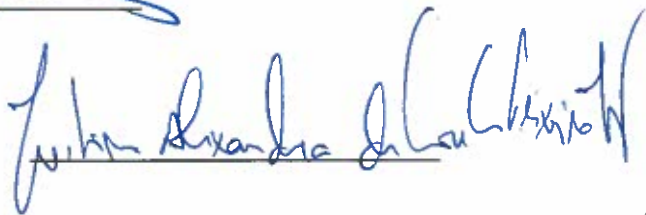

CRISTINA ISABEL DE ALMEIDA GUDES NUNES

As Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2020 que antecedem, foram presentes e submetidos sob proposta, em sessão ordinária da Assembleia Municipal, que se realizou em ____/____/____, tendo todas as folhas e anexos sido rubricados pelos elementos da mesa, que abaixo assinam.

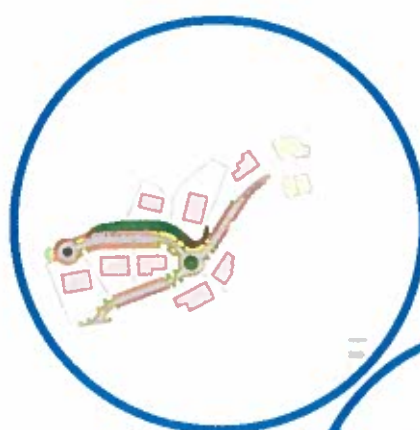
O Órgão Deliberativo

(Assinaturas)


Luís Miguel Silva Pereira



The image contains two hand-drawn diagrams within blue circular frames. The top diagram shows a fish with a green back, orange belly, and yellow fins, surrounded by several pink rectangular shapes. The bottom diagram shows a pond with a blue body of water, a red building on the left bank, and various grey rectangular shapes representing buildings or structures on the right bank. To the right of the diagrams, there are handwritten blue and black scribbles.

ORÇAMENTO DA RECEITA 2020



Handwritten signatures and initials in blue ink, including the word "Fidelidade" and other illegible marks.

ENTIDADE MUNICIPIO DE MESÃO FRIO	ORÇAMENTO DA RECEITA	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2020
-------------------------------------	----------------------	----------------------------------

PÁGINA : 1

CÓDIGOS	DESIGNAÇÃO	MONTANTE
	RECEITAS CORRENTES	7.199.795,00
01	IMPOSTOS DIRECTOS	367.800,00
01.02	OUTROS	367.800,00
01.02.02	IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS	205.550,00
01.02.03	IMPOSTO UNICO DE CIRCULAÇÃO	73.950,00
01.02.04	IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE AS TRANSMISSÕES ONEROSAS DE IMÓVEIS	85.300,00
01.02.99	IMPOSTOS DIRECTOS DIVERSOS	3.000,00
02	IMPOSTOS INDIRECTOS	45.100,00
02.02	OUTROS	45.100,00
02.02.06	IMPOSTOS INDIRECTOS ESPECÍFICOS DAS AUTARQUIAS LOCAIS	45.100,00
02.02.06.01	MERCADOS E FEIRAS	13.250,00
02.02.06.02	LOTEAMENTOS E OBRAS	3.000,00
02.02.06.03	OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA	3.000,00
02.02.06.05	PUBLICIDADE	3.000,00
02.02.06.06	SANEAMENTO	3.000,00
02.02.06.07	UTILIZAÇÃO DA REDE VIÁRIA MUNICIPAL	3.000,00
02.02.06.99	OUTROS	16.850,00
02.02.06.99.01	TMDP-TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM	1.850,00
02.02.06.99.02	TDFTH-TAXA DE DEPOSITO DE FICHA TÉCNICA DE HABITAÇÃO	3.000,00
02.02.06.99.03	TAXA DE PROTEÇÃO CIVIL	3.000,00
02.02.06.99.04	TAXA TURÍSTICA	3.000,00
02.02.06.99.05	TAXA DE GESTÃO DE RESÍDUOS - TGR	3.000,00
02.02.06.99.99	OUTROS IMPOSTOS INDIRECTOS	3.000,00
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	142.900,00
04.01	TAXAS	135.050,00
04.01.23	TAXAS ESPECÍFICAS DAS AUTARQUIAS LOCAIS	135.050,00
04.01.23.01	MERCADOS E FEIRAS	13.250,00
04.01.23.02	LOTEAMENTOS E OBRAS	15.600,00
04.01.23.03	OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA	2.800,00
04.01.23.05	CAÇA, USO E PORTE DE ARMA	3.000,00
04.01.23.06	SANEAMENTO	70.100,00
04.01.23.99	OUTROS	30.300,00
04.01.23.99.01	TDFTH-TAXA DE DEPOSITO DA FICHA TÉCNICA DE HABITAÇÃO	3.000,00
04.01.23.99.02	TAXA PELA EMISSÃO DO CERTIFICADO DE REGISTO	3.000,00
04.01.23.99.03	TAXA DE PROTEÇÃO CIVIL	3.000,00
04.01.23.99.04	TAXA TURÍSTICA	3.000,00
04.01.23.99.05	TAXA DE GESTÃO DE RESÍDUOS - TGR	1.600,00
04.01.23.99.99	OUTRAS	16.700,00
04.02	MULTAS E OUTRAS PENALIDADES:	7.850,00
04.02.01	JUROS DE MORA	3.600,00
04.02.02	JUROS COMPENSATÓRIOS	1.350,00
04.02.04	COIMAS E PENALIDADES POR CONTRA-ORDENAÇÕES	1.050,00
04.02.99	MULTAS E PEANLIDADES DIVERSAS	1.850,00
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	613.900,00
05.02	JUROS - SOCIEDADES FINANCEIRAS	20.000,00
05.02.01	BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	10.000,00
05.02.02	COMPANHIAS DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES	10.000,00
05.03	JUROS- ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS	25.000,00
05.03.01	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL- ESTADO	25.000,00
05.09	PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS DE ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS	8.900,00
05.09.99	OUTRAS	8.900,00
05.10	RENDAS	560.000,00
05.10.01	TERRENOS	160.000,00
05.10.99	OUTROS	400.000,00
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.432.345,00
06.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	4.062.445,00
06.03.01	ESTADO	3.838.445,00
06.03.01.01	FUNDO DE EQUILIBRIO FINANCEIRO	2.709.689,00
06.03.01.02	FUNDO SOCIAL MUNICIPAL	141.761,00

ENTIDADE MUNICIPIO DE MESÃO FRIO	ORÇAMENTO DA RECEITA	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2020
-------------------------------------	----------------------	----------------------------------

PÁGINA : 2

CÓDIGOS	DESIGNAÇÃO	MONTANTE
06.03.01.03	PARTICIPAÇÃO FIXA NO IRS	70.995,00
06.03.01.06	TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS - LEI 50/2018	656.000,00
06.03.01.99	OUTRAS	260.000,00
06.03.06	ESTADO- PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS	224.000,00
06.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	3.500,00
06.05.01	CONTINENTE	3.500,00
06.05.01.01	MUNICÍPIOS	1.500,00
06.05.01.02	FREGUESIAS	1.000,00
06.05.01.99	OUTROS	1.000,00
06.06	SEGURANÇA SOCIAL	189.000,00
06.06.04	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	189.000,00
06.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	42.700,00
06.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	42.700,00
06.08	FAMÍLIAS	134.700,00
06.08.01	FAMÍLIAS	134.700,00
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	653.750,00
07.01	VENDA DE BENS	296.750,00
07.01.05	BENS INUTILIZADOS	1.400,00
07.01.07	PRODUTOS ALIMENTARES E BEBIDAS	17.850,00
07.01.08	MERCADORIAS	1.000,00
07.01.08.99	OUTROS	1.000,00
07.01.10	DESPERDÍCIOS, RESÍDUOS E REFUGOS	2.000,00
07.01.10.01	SUCATA	1.000,00
07.01.10.99	OUTROS	1.000,00
07.01.11	PRODUTOS ACABADOS E INTERMÉDIOS	273.000,00
07.01.11.01	INERTES	1.000,00
07.01.11.02	OUTROS-ÁGUA	269.000,00
07.01.11.03	ELECTRICIDADE	1.000,00
07.01.11.04	HABITAÇÃO SOCIAL	1.000,00
07.01.11.99	OUTROS	1.000,00
07.01.99	OUTROS	1.500,00
07.02	SERVIÇOS	317.550,00
07.02.01	ALUGUER DE ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS	1.000,00
07.02.08	SERVIÇOS SOCIAIS, RECREATIVOS, CULTURAIS E DESPORTO	24.600,00
07.02.08.01	SERVIÇOS SOCIAIS	1.000,00
07.02.08.02	SERVIÇOS RECREATIVOS	21.600,00
07.02.08.02.99	OUTROS	21.600,00
07.02.08.03	SERVIÇOS CULTURAIS	1.000,00
07.02.08.03.99	OUTROS	1.000,00
07.02.08.04	SERVIÇOS DESPORTIVOS	1.000,00
07.02.09	SERVIÇOS ESPECÍFICOS DAS AUTARQUIAS	279.750,00
07.02.09.01	SANEAMENTO	4.200,00
07.02.09.02	RESÍDUOS SÓLIDOS	144.000,00
07.02.09.03	TRANSPORTES COLECTIVOS DE PESSOAS E MERCADORIAS	6.700,00
07.02.09.03.02	TRANSPORTES ESCOLARES	5.600,00
07.02.09.03.03	TRANSPORTES DE PESSOAS E MERCADORIAS	100,00
07.02.09.03.99	OUTROS	1.000,00
07.02.09.04	TRABALHOS POR CONTA DE PARTICULARES	50,00
07.02.09.05	CEMITÉRIOS	122.000,00
07.02.09.06	MERCADOS E FEIRAS	1.000,00
07.02.09.07	PARQUES DE ESTACIONAMENTO	1.000,00
07.02.09.99	OUTROS	800,00
07.02.99	OUTROS	12.200,00
07.03	RENDAS	39.450,00
07.03.01	HABITAÇÕES	11.200,00
07.03.02	EDIFÍCIOS	27.250,00
07.03.99	OUTRAS	1.000,00
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	944.000,00
08.01	OUTRAS	824.000,00

ENTIDADE MUNICÍPIO DE MESÃO FRIO	ORÇAMENTO DA RECEITA	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2020
-------------------------------------	----------------------	----------------------------------

PÁGINA : 3

CÓDIGOS	DESIGNAÇÃO	MONTANTE
08.01.99	OUTRAS	824.000,00
08.01.99.01	INDEMNIZAÇÕES POR DETERIORAÇÃO, ROUBO E EXTRAVIO DE BENS PATRIMONIAIS	261.000,00
08.01.99.02	INDEMNIZAÇÕES DE ESTRAGOS PROVOCADOS POR OUTRÉM EM VIATURAS/ EQUIPAMENTOS	221.000,00
08.01.99.03	IVA REEMBOLSADO	47.000,00
08.01.99.99	DIVERSAS	295.000,00
08.02	SUBSÍDIOS	120.000,00
08.02.09	SEGURANÇA SOCIAL	120.000,00
	RECEITAS DE CAPITAL	4.470.205,00
09	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	18.100,00
09.01	TERRENOS	400,00
09.01.06	ADMISTRAÇÃO PÚBLICA- ADMNISTRAÇÃO LOCAL- CONTINENTE	400,00
09.02	HABITAÇÕES	1.000,00
09.02.06	ADMISTRAÇÃO PÚBLICA- ADMNISTRAÇÃO LOCAL- CONTINENTE	1.000,00
09.03	EDIFÍCIOS	16.000,00
09.03.06	ADMISTRAÇÃO PÚBLICA- ADMNISTRAÇÃO LOCAL- CONTINENTE	16.000,00
09.04	OUTROS BENS DE INVESTIMENTO	700,00
09.04.10	FAMÍLIAS	700,00
09.04.10.03	OUTROS	700,00
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.539.281,00
10.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	1.000,00
10.01.02	PRIVADAS	1.000,00
10.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	3.251.281,00
10.03.01	ESTADO	565.281,00
10.03.01.01	FUNDO EQUILIBRIO FINANCEIRO	301.077,00
10.03.01.04	COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA	1.000,00
10.03.01.05	TANSFERÊNCIA DE CAPITAL- ARTIGO 35.º, N.º 3 E 4 DA LEI 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO	230.204,00
10.03.01.06	TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS - LEI 50/2018	32.000,00
10.03.01.99	OUTROS	1.000,00
10.03.07	ESTADO- PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS	2.686.000,00
10.03.07.05	FEDER-FSE	2.630.000,00
10.03.07.09	OUTRAS	56.000,00
10.06	SEGURANÇA SOCIAL	287.000,00
10.06.05	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	287.000,00
11	ACTIVOS FINANCEIROS	200.000,00
11.01	DEPÓSITOS, CERTIFICADOS DE DEPÓSITOS E POUPANÇA	200.000,00
11.01.04	ADMISTRAÇÃO PÚBLICA- ADMNISTRAÇÃO CENTRAL- FUNDOS E SERVIÇOS AUTÓNOMOS	200.000,00
12	PASSIVOS FINANCEIROS	4.824,00
12.05	EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO	5,00
12.05.02	SOCIEDADES FINANCEIRAS	5,00
12.06	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS	4.819,00
12.06.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRA	4.814,00
12.06.01.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS - PÚBLICAS	4.814,00
12.06.02	SOCIEDADES FINANCEIRAS	5,00
13	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	708.000,00
13.01	OUTRAS	708.000,00
13.01.01	INDEMNIZAÇÕES	282.000,00
13.01.02	ACTIVOS INCORPÓREOS	210.000,00
13.01.99	OUTRAS	216.000,00
TOTAL DAS RECEITAS		11.670.000,00

Em ____ de ____ de ____

[Assinatura]

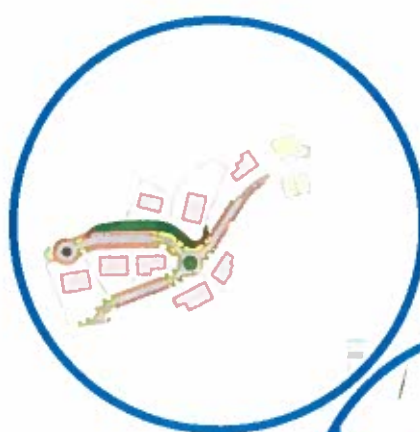
Em ____ de ____ de ____

[Assinatura]

CRISTINA ISABEL DE ALMEIDA GUEDES RAMOS

[Assinatura]
Ferreira

ORÇAMENTO DA DESPESA 2020



Ver

2
12

Adm.

ENTIDADE MUNICIPIO DE MESÃO FRIO	ORÇAMENTO DA DESPESA (POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÓMICA)	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2020
-------------------------------------	--	----------------------------------

PÁGINA : 1

CLASSIFICAÇÕES			MONTANTE	
ORGÂNICA	CÓDIGOS ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	ORGÂNICA	ECONÓMICA
01		ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	11.670.000,00	
01.01		ASSEMBLEIA MUNICIPAL	18.400,00	
		DESPESAS CORRENTES		18.400,00
	01	DESPESAS COM O PESSOAL		14.450,00
	01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		14.450,00
	01.02.02	HORAS EXTRAORDINÁRIAS		250,00
	01.02.04	AJUDAS DE CUSTO		200,00
	01.02.13	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÊMIOS		14.000,00
	01.02.13.03	SENHAS DE PRESENÇA		14.000,00
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		3.950,00
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		550,00
	02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO		300,00
	02.01.21	OUTROS BENS		250,00
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		3.400,00
	02.02.10	TRANSPORTES		250,00
	02.02.11	REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS		1.000,00
	02.02.12	SEGUROS		150,00
	02.02.13	DESLOCAÇÃO E ESTADAS		1.000,00
	02.02.16	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES		500,00
	02.02.25	OUTROS SERVIÇOS		500,00
01.02		CÂMARA MUNICIPAL	11.015.038,00	
		DESPESAS CORRENTES		6.563.388,00
	01	DESPESAS COM O PESSOAL		3.447.573,00
	01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		2.398.675,00
	01.01.01	TITULARES DE ÓRGÃOS DE SOBERANIA E MEMBROS DE ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS		63.000,00
	01.01.04	PESSOAL DOS QUADROS- REGIME DO CONTRATO INDIVIDUAL DO TRABALHO		1.717.005,00
	01.01.04.01	PESSOAL EM FUNÇÕES		1.655.000,00
	01.01.04.02	ALTERAÇÕES OBRIGATÓRIAS DE POSICIONAMENTO REMUNERATÓRIO		5,00
	01.01.04.04	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO		62.000,00
	01.01.06	PESSOAL CONTRATADO A TERMO		5,00
	01.01.06.04	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO		5,00
	01.01.07	PESSOAL EM REGIME DE TAREFA OU AVENÇA		58.100,00
	01.01.08	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO		5.000,00
	01.01.09	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		5,00
	01.01.11	REPRESENTAÇÃO		19.400,00
	01.01.11.01	MEMBROS DOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS		17.000,00
	01.01.11.02	PESSOAL EM REGIME DE CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO		2.400,00
	01.01.13	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO		207.355,00
	01.01.13.01	PESSOAL EM REGIME DE CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO		205.000,00
	01.01.13.03	MEMBROS DOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS		2.350,00
	01.01.13.04	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		5,00
	01.01.14	SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E NATAL		295.805,00
	01.01.14.01	PESSOAL EM REGIME DE CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO		285.000,00
	01.01.14.03	MEMBROS DOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS		10.800,00
	01.01.14.04	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		5,00
	01.01.15	REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE / PATERNIDADE		33.000,00
	01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		42.005,00
	01.02.02	HORAS EXTRAORDINÁRIAS		15.000,00
	01.02.04	AJUDAS DE CUSTO		5.000,00

[Handwritten signature and initials]

CLASSIFICAÇÕES			MONTANTE	
ORGÂNICA	CÓDIGOS ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	ORGÂNICA	ECONÓMICA
	01.02.05	ABONO PARA FALHAS		8.000,00
	01.02.12	INDMNIZAÇÕES POR CESSAÇÃO DE FUNÇÕES		5,00
	01.02.13	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS		14.000,00
	01.02.13.03	SENHAS DE PRESENÇA		14.000,00
	01.03	SEGURANÇA SOCIAL		1.006.893,00
	01.03.01	ENCARGOS COM A SAÚDE		72.000,00
	01.03.03	SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS		7.000,00
	01.03.04	OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES		1.300,00
	01.03.05	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL		866.593,00
	01.03.05.01	ASSISTÊNCIA NA DOENÇA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS(ADSE)		131.000,00
	01.03.05.02	SEGURANÇA SOCIAL DO PESSOAL EM REGIME DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS(RCTFP)		727.093,00
	01.03.05.02.01	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES		364.100,00
	01.03.05.02.02	SEGURANÇA SOCIAL- REGIME GERAL		362.993,00
	01.03.05.03	OUTROS		8.500,00
	01.03.06	ACIDENTES EM SERVIÇOS E DOENÇAS PROFISSIONAIS		5.000,00
	01.03.09	SEGUROS		55.000,00
	01.03.09.01	SEGUROS DE ACIDENTES E DOENÇAS PROFISSIONAIS		55.000,00
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		2.673.795,00
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		887.084,00
	02.01.01	MATÉRIAS-PRIMAS E SUBSIDIÁRIAS		22.500,00
	02.01.02	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES		134.700,00
	02.01.02.01	GASOLINA		5.500,00
	02.01.02.02	GASÓLEO		62.800,00
	02.01.02.99	OUTROS		66.400,00
	02.01.03	MUNIÇÕES, EXPLOSIVOS E ARTIFÍCIOS		4.500,00
	02.01.04	LIMPEZA E HIGIENE		28.000,00
	02.01.05	ALIMENTAÇÃO- REFEIÇÕES CONFECCIONADAS		31.700,00
	02.01.06	ALIMENTAÇÃO- GÉNEROS PARA CONFECCIONAR		110.240,00
	02.01.07	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS		11.200,00
	02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO		33.740,00
	02.01.10	PRODUTOS VENDIDOS NAS FARMÁCIAS		1.000,00
	02.01.11	MATERIAL DE CONSUMO CLÍNICO		1.000,00
	02.01.12	MATERIAL DE TRANSPORTE- PEÇAS		38.000,00
	02.01.14	OUTRO MATERIAL- PEÇAS		4.000,00
	02.01.15	PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS		10.500,00
	02.01.16	MERCADORIAS PARA VENDA		290.000,00
	02.01.16.01	ÁGUA		290.000,00
	02.01.17	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS		7.000,00
	02.01.18	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA		1.000,00
	02.01.19	ARTIGOS HONORÍFICOS E DE DECORAÇÃO		3.000,00
	02.01.20	MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO		27.600,00
	02.01.21	OUTROS BENS		127.404,00
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		1.786.711,00
	02.02.01	ENCARGOS DE INSTALAÇÕES		480.000,00
	02.02.02	LIMPEZA E HIGIENE		12.000,00
	02.02.03	CONSERVAÇÃO DE BENS		3.000,00
	02.02.05	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE INFORMÁTICA		5,00
	02.02.06	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE TRANSPORTE		11.000,00
	02.02.08	LOCAÇÃO DE OUTROS BENS		5,00
	02.02.09	COMUNICAÇÕES		39.740,00
	02.02.10	TRANSPORTES		27.700,00
	02.02.11	REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS		2.500,00
	02.02.12	SEGUROS		40.800,00
	02.02.13	DESLOCAÇÃO E ESTADAS		9.140,00
	02.02.14	ESTUDOS, PARCERES, PROJECTOS E CONSULTADORIA		160.700,00
	02.02.15	FORMAÇÃO		7.500,00
	02.02.16	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES		3.000,00
	02.02.17	PUBLICIDADE		13.500,00
	02.02.19	ASSISTÊNCIA TÉCNICA		227.500,00
	02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS		376.820,00
	02.02.24	ENCARGOS DE COBRANÇA DE RECEITAS		10.000,00

CLASSIFICAÇÕES			MONTANTE	
ORGÂNICA	CÓDIGOS ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	ORGÂNICA	ECONÓMICA
	02.02.25	OUTROS SERVIÇOS		361.801,00
	03	JUROS E OUTROS ENCARGOS		1.500,00
	03.06	OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS		1.500,00
	03.06.01	OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS		1.500,00
	04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		358.820,00
	04.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL		171.215,00
	04.05.01	CONTINENTE		171.215,00
	04.05.01.02	FREGUESIAS		3.000,00
	04.05.01.04	ASSOCIAÇÃO DE MUNICIPIOS		44.805,00
	04.05.01.08	OUTROS		123.410,00
	04.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		152.105,00
	04.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		152.105,00
	04.08	FAMÍLIAS		35.500,00
	04.08.02	OUTRAS		35.500,00
	04.08.02.02	OUTRAS		35.500,00
	06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		81.700,00
	06.02	DIVERSAS		81.700,00
	06.02.01	IMPOSTOS E TAXAS		73.200,00
	06.02.01.01	IMPOSTOS E TAXAS PAGOS PELA AUTARQUIA		68.200,00
	06.02.01.01.01	TAXA DE GESTÃO DE RESÍDUOS - TGR		60.000,00
	06.02.01.01.99	OUTRAS		8.200,00
	06.02.01.02	RESTITUIÇÕES DE IMPOSTOS OU TAXAS COBRADAS		5.000,00
	06.02.03	OUTRAS		8.500,00
	06.02.03.01	OUTRAS RESTITUIÇÕES		1.500,00
	06.02.03.02	IVA PAGO		5.000,00
	06.02.03.05	OUTRAS		2.000,00
		DESPESAS DE CAPITAL		4.451.650,00
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		4.371.840,00
	07.01	INVESTIMENTOS		3.161.395,00
	07.01.01	TERRENOS		5,00
	07.01.02	HABITAÇÕES		31.705,00
	07.01.02.03	REPARAÇÃO E BENEFICIAÇÃO		31.705,00
	07.01.03	EDIFÍCIOS		898.505,00
	07.01.03.01	INSTALAÇÕES DE SERVIÇOS		342.005,00
	07.01.03.02	INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS		494.000,00
	07.01.03.05	ESCOLAS		15.000,00
	07.01.03.07	OUTROS		47.500,00
	07.01.04	CONSTRUÇÕES DIVERSAS		1.654.560,00
	07.01.04.01	VIADUTOS, ARRUAMENTOS E OBRAS COMPLEMENTARES		80.005,00
	07.01.04.04	ILUMINAÇÃO PÚBLICA		15,00
	07.01.04.06	INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS		5.000,00
	07.01.04.12	CEMITÉRIOS		3.005,00
	07.01.04.13	OUTROS		1.566.535,00
	07.01.06	MATERIAL DE TRANSPORTES		105.000,00
	07.01.06.02	OUTROS - AQUISIÇÃO/REPARAÇÃO DO MATERIAL DE TRANSPORTE		105.000,00
	07.01.07	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA		33.700,00
	07.01.08	SOFTWARE INFORMÁTICO		20.805,00
	07.01.09	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO		24.300,00
	07.01.10	EQUIPAMENTO BÁSICO		146.000,00
	07.01.10.02	OUTROS		146.000,00
	07.01.11	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS		3.000,00
	07.01.12	ARTIGOS E OBJECTOS DE VALOR		17.605,00
	07.01.15	OUTROS INVESTIMENTOS		226.210,00
	07.03	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO		1.210.445,00
	07.03.02	EDIFÍCIOS		4.000,00
	07.03.02.02	INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS		4.000,00
	07.03.03	OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS		1.206.445,00
	07.03.03.02	SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS		16.030,00
	07.03.03.04	ILIMINAÇÃO PÚBLICA		330.010,00
	07.03.03.05	PARQUES E JARDINS		12.000,00
	07.03.03.07	CAPTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA		13.000,00
	07.03.03.08	VIAÇÃO RURAL		805.405,00

Handwritten signatures and initials:

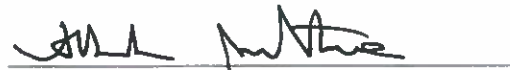
[Signature] *[Signature]* *[Signature]* *[Signature]* *[Signature]*

CLASSIFICAÇÕES			MONTANTE	
CÓDIGOS		DESIGNAÇÃO	ORGÂNICA	ECONÓMICA
ORGÂNICA	ECONÓMICA			
01.03	07.03.03.09	SINALIZAÇÃO E TRÂNSITO		28.000,00
	07.03.03.13	OUTROS		2.000,00
	08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		78.310,00
	08.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL		78.310,00
	08.05.01	CONTINENTE		78.310,00
	08.05.01.01	MUNICIPIOS		7.800,00
	08.05.01.02	FREGUESIAS		63.000,00
	08.05.01.04	ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS		1.000,00
	08.05.01.08	OUTROS		6.510,00
	11	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL		1.500,00
	11.02	DIVERSAS		1.500,00
	11.02.99	OUTRAS		1.500,00
		OPERAÇÕES FINANCEIRAS	636.562,00	
		DESPESAS CORRENTES		120.500,00
	03	JUROS E OUTROS ENCARGOS		120.500,00
	03.01	JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA		51.500,00
	03.01.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS- BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS		51.500,00
	03.01.03.01	EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO		4.000,00
	03.01.03.02	EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO		47.500,00
	03.01.03.02.01	CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS		2.000,00
	03.01.03.02.02	BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.		2.000,00
	03.01.03.02.03	BANCO PORTUGUÊS DE INVESTIMENTOS- BPI		500,00
	03.01.03.02.05	MILLENNIUM-BCP		2.000,00
	03.01.03.02.06	CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO,CRL		41.000,00
	03.05	OUTROS JUROS		69.000,00
	03.05.02	OUTROS		69.000,00
	03.05.02.02	JUROS DE MORA		50.000,00
	03.05.02.99	OUTROS		19.000,00
		DESPESAS DE CAPITAL		516.062,00
	09	ACTIVOS FINANCEIROS		24.962,00
	09.07	ACÇÕES E OUTRAS PARTICIPAÇÕES		16.800,00
	09.07.08	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LOCAL- CONTINENTE		16.800,00
	09.07.08.09	OUTROS ACTIVOS		16.800,00
	09.08	UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO		8.162,00
	09.08.06	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL- SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS		8.162,00
	10	PASSIVOS FINANCEIROS		491.100,00
	10.06	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS		491.100,00
	10.06.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS- BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS		491.100,00
	10.06.03.01	CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS		224.000,00
	10.06.03.02	BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.		2.100,00
	10.06.03.03	BANCO PORTUGUÊS DE INVESTIMENTOS - BPI		38.000,00
	10.06.03.05	MILLENNIUM BCP		31.000,00
	10.06.03.06	CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO,CRL		196.000,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS				11.670.000,00

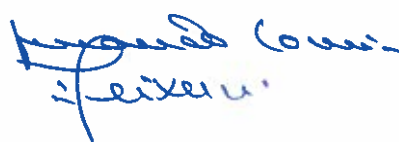
Em ____ de ____ de ____



Em ____ de ____ de ____



CRISTINA ISABEL DE ALMEIDA GUARDIA RAY





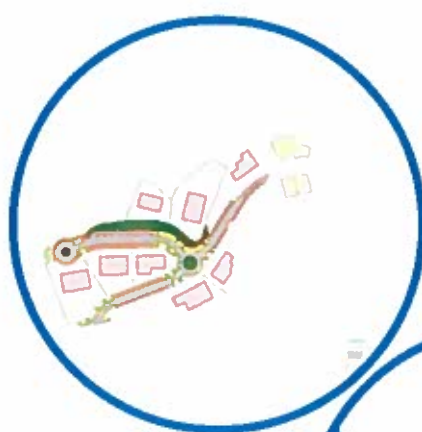
I
 [Signature]
 [Signature]
 [Signature]
 [Signature]

OBJETIVO	DESCRIÇÃO	REALIZADO		ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			DESPESAS (PREVISÃO)			ANOS SEQUENTES			TOTAL PREVISITO
		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2019	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2021	2022	2023	OUTROS			
1.	Punções gerais	1.089.275,56		2.516.873,00	2.516.873,00		1.936.255,00	208.871,00	57.500,00	350.350,00	6.159.124,56		
1.1.	Serviços Gerais de Administração Pública	1.021.142,62		2.373.243,00	2.373.243,00		1.784.655,00	206.371,00	57.500,00	350.350,00	5.793.261,62		
1.1.1.	Administração Geral	1.021.142,62		2.373.243,00	2.373.243,00		1.784.655,00	206.371,00	57.500,00	350.350,00	5.793.261,62		
1.2.	Segurança e ordem pública	68.132,94		143.630,00	143.630,00		151.600,00	2.500,00		365.862,94	365.862,94		
1.2.1.	Proteção civil e luta contra incêndios	68.132,94		143.630,00	143.630,00		151.600,00	2.500,00					
2.	Punções Sociais	540.335,71		2.831.180,00	2.831.180,00		1.544.300,00	101.850,00	11.000,00	223.000,00	5.251.665,71		
2.1.	Educação	117.959,15		376.300,00	376.300,00		254.000,00				748.259,15		
2.1.1.	E ensino não superior	117.959,15		376.300,00	376.300,00		254.000,00				748.259,15		
2.1.1.2.	E ensino básico	101.039,15		352.300,00	352.300,00		230.000,00				683.339,15		
2.1.1.3.	E ensino secundário	920,00		3.000,00	3.000,00		3.000,00				6.920,00		
2.1.1.4.	E ensino superior	16.000,00		21.000,00	21.000,00		21.000,00				58.000,00		
2.2.	Saúde			48.400,00	48.400,00		37.200,00				85.600,00		
2.2.1.	Serviços individuais de saúde			48.400,00	48.400,00		37.200,00				85.600,00		
2.3.	Segurança e acção sociais	23.400,07		133.705,00	133.705,00		231.500,00				388.605,07		
2.3.2.	Ação Social	23.400,07		133.705,00	133.705,00		231.500,00				388.605,07		
2.4.	Serviços Colectivos e habitação	292.884,70		1.250.360,00	1.250.360,00		637.450,00	101.850,00	11.000,00	223.000,00	2.516.544,70		
2.4.2.	Ordenamento do território	9.122,60		148.000,00	148.000,00		20.000,00				177.122,60		
2.4.3.	Saneamento	16.063,51		308.330,00	308.330,00		73.300,00	19.800,00	11.000,00	223.000,00	651.493,51		
2.4.3.1.	Rede de Esgotos	16.063,51		308.330,00	308.330,00		73.300,00	19.800,00	11.000,00	223.000,00	651.493,51		
2.4.4.	Abastecimento de água	163.530,81		397.515,00	397.515,00		228.900,00	15.800,00			805.745,81		
2.4.5.	Resíduos sólidos			10.005,00	10.005,00		10.000,00				20.005,00		
2.4.6.	Protecção do meio ambiente e conservação da natureza	104.167,78		386.510,00	386.510,00		305.250,00	66.250,00			862.177,78		
2.4.6.1.	Espacos Verdes(Sistema de Rega e outros)	225,28		27.000,00	27.000,00		12.000,00				39.225,28		
2.4.6.2.	Higiene Pública	192,86		2.000,00	2.000,00		2.000,00				4.192,86		
2.4.6.3.	Conservação da Natureza	103.018,74		313.000,00	313.000,00		176.000,00				592.018,74		
2.4.6.4.	Cemitérios	730,90		44.510,00	44.510,00		115.250,00	66.250,00			226.740,90		
2.5.	Serviços Culturais, recreativos e religiosos	106.031,79		1.022.415,00	1.022.415,00		384.150,00				1.512.656,79		
2.5.1.	Cultura	91.063,78		499.815,00	499.815,00		348.150,00				939.028,78		
2.5.2.	Desporto, recreio e lazer	13.528,01		513.500,00	513.500,00		30.000,00				557.028,01		
2.5.3.	Outras actividades cívicas e religiosos	1.500,00		9.100,00	9.100,00		6.000,00				16.600,00		
3.	Punções Económicas	641.815,33		3.119.645,00	3.119.645,00		1.366.100,00	325.000,00			5.452.560,33		
3.2.	Indústria e Energia	17.894,68		1.657.825,00	1.657.825,00		289.000,00				1.964.719,68		
3.2.1.	Indústria			1.327.800,00	1.327.800,00		289.000,00				1.327.800,00		
3.2.2.	Energia	17.894,68		330.025,00	330.025,00						636.919,68		
3.3.	Transportes e Comunicações	574.169,81		1.189.715,00	1.189.715,00		377.100,00				2.140.984,81		
3.3.1.	Transportes Rodoviários	574.169,81		1.189.715,00	1.189.715,00		377.100,00				2.140.984,81		
3.3.1.1.	Rede Viária	417.497,85		961.205,00	961.205,00		349.100,00				1.727.802,85		
3.3.1.2.	Sinalização	533,57		28.000,00	28.000,00		25.000,00				53.533,57		
3.3.1.3.	Estacionamento			10,00	10,00						10,00		
3.3.1.4.	Comunicações	156.138,39		200.500,00	200.500,00		3.000,00				359.638,39		
3.4.	Colectivo e Turismo	49.750,84		272.105,00	272.105,00		700.000,00	325.000,00			1.346.855,84		
3.4.2.	Turismo	49.750,84		272.105,00	272.105,00		700.000,00	325.000,00			1.346.855,84		
4.	Outras Punções	446.786,04		750.672,00	750.672,00		582.300,00	320.000,00	333.000,00	2.677.600,00	5.120.318,84		
4.1.	Operações da Divisão Ajudatícia	357.656,46		491.100,00	491.100,00		465.500,00	330.000,00			4.658.856,46		
4.2.	Transferências entre Administrações	89.030,38		259.572,00	259.572,00		112.800,00				461.462,38		
TOTAL GERAL ...		2.718.173,44		9.218.370,00	9.218.370,00		5.428.955,00	965.721,00	401.500,00	3.250.950,00	21.983.669,44		

[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL 2020



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and several smaller initials below it.

OBJECTIVO	DESCRIÇÃO	REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)				ANOS SEQUITES				TOTAL PREVISTO
		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2019	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEQUITES					
				TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2021	2022	2023	OUTROS		
1.	Funções gerais	962.937,26		2.155.358,00	2.155.358,00		1.593.255,00	208.871,00	57.500,00	350.350,00	5.328.271,26	
1.1.	Serviços Gerais de Administração Pública	894.804,32		2.015.738,00	2.015.738,00		1.474.655,00	206.371,00	57.500,00	350.350,00	4.999.418,32	
1.1.1.	Administração Geral	894.804,32		2.015.738,00	2.015.738,00		1.474.655,00	206.371,00	57.500,00	350.350,00	4.999.418,32	
1.2.	Segurança e ordem pública	68.132,94		139.620,00	139.620,00		118.600,00	2.500,00			328.852,94	
1.2.1.	Protecção civil e luta contra incêndios	68.132,94		139.620,00	139.620,00		118.600,00	2.500,00			328.852,94	
2.	Funções Sociais	517.553,09		1.885.500,00	1.885.500,00		876.500,00	35.600,00	11.000,00	223.000,00	3.549.153,09	
2.1.	Educação	117.959,15		356.300,00	356.300,00		254.000,00				728.259,15	
2.1.1.	Ensino não superior	117.959,15		356.300,00	356.300,00		254.000,00				728.259,15	
2.1.1.2.	Ensino Básico	101.939,15		332.300,00	332.300,00		230.000,00				663.339,15	
2.1.1.3.	Ensino Secundário	920,00		3.000,00	3.000,00		3.000,00				6.920,00	
2.1.1.4.	Ensino Superior	16.000,00		21.000,00	21.000,00		21.000,00				58.000,00	
2.2.	Saúde			38.400,00	38.400,00		37.200,00				75.600,00	
2.2.1.	Serviços individuais de saúde			38.400,00	38.400,00		37.200,00				75.600,00	
2.3.	Segurança e acção sociais	23.400,07		103.500,00	103.500,00		63.500,00				190.400,07	
2.3.2.	Ação Social	23.400,07		103.500,00	103.500,00		63.500,00				190.400,07	
2.4.	Serviços Colectivos e habitação	270.102,08		1.090.800,00	1.090.800,00		312.200,00	35.600,00	11.000,00	223.000,00	1.942.702,08	
2.4.2.	Ordenamento do território			128.000,00	128.000,00						128.000,00	
2.4.3.	Saneamento	11.145,39		275.300,00	275.300,00		57.300,00	19.800,00	11.000,00	223.000,00	597.545,39	
2.4.3.1.	Rede de Esgotos	11.145,39		275.300,00	275.300,00		57.300,00	19.800,00	11.000,00	223.000,00	597.545,39	
2.4.4.	Abastecimento de água	155.937,95		374.500,00	374.500,00		78.900,00	15.800,00			625.137,95	
2.4.6.	Protecção do meio ambiente e conservação da natureza	103.018,74		313.000,00	313.000,00		176.000,00				592.018,74	
2.4.6.3.	Conservação da Natureza	103.018,74		313.000,00	313.000,00		176.000,00				592.018,74	
2.5.	Serviços Culturais, recreativos e religiosos	106.091,79		296.500,00	296.500,00		209.600,00				612.191,79	
2.5.1.	Cultura	91.063,78		262.900,00	262.900,00		178.600,00				532.563,78	
2.5.2.	Desporto, recreio e lazer	13.528,01		24.500,00	24.500,00		25.000,00				63.028,01	
2.5.3.	Outras actividades cívicas e religiosas	1.500,00		9.100,00	9.100,00		6.000,00				16.600,00	
3.	Funções Económicas	1.271,82		15.000,00	15.000,00		15.000,00				31.271,82	
3.3.	Transportes e Comunicações	1.271,82		15.000,00	15.000,00		15.000,00				31.271,82	
3.3.1.	Transportes Rodoviários	1.271,82		15.000,00	15.000,00		15.000,00				31.271,82	
3.3.1.1.	Rede Viária	1.271,82		15.000,00	15.000,00		15.000,00				31.271,82	
4.	Outras Funções	66.928,38		196.300,00	196.300,00		86.800,00				350.028,38	
4.2.	Transferências entre Administrações	66.928,38		196.300,00	196.300,00		86.800,00				350.028,38	
	TOTAL GERAL ...	1.548.690,55		4.252.158,00	4.252.158,00		2.571.555,00	244.471,00	68.500,00	573.350,00	9.258.724,55	

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

OBJETIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/NÚMERO DO PROJ. AÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	PORTE DE FINANCIAMENTO			DATAS			REALIZADO		ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)					TOTAL PREVISÃO			
					AC	AA	PC	RESPON. S/AVAL.	INÍCIO		EX	PAGAM. ATÉ 1-OUT-2019	PAGAM. PREV DE OUT-MÊ	TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2021		2022	2023	OUTROS
									FIN	FIM											
1.1.1.1.	0102/020114	00308	2018 12	Material de Transporte e Equipamento - Peças	OUTRA	100.0		DAF	2018/01/01	2021/12/31	5	4.000,00	4.000,00		110.545,00	11.000,00	5.500,00	283.739,73			
1.1.1.1.	0102/020112	00309	2018 13	Material de Transporte e Equipamento - Aquisição de Peças	OUTRA	100.0		DAF	2018/01/01	2021/12/31	5	25.000,00	25.000,00		22.000,00			52.409,45			
1.1.1.1.	004	2018		Estudos, Parcerias, Projetos e Consultoria	OUTRA							6.305,00	6.305,00		30.200,00			70.705,00			
1.1.1.1.	0102/020214	00401	2018 14	Estudos, Parcerias, Projetos e Consultoria - Serviços Gerais	OUTRA	100.0		DAF	2018/01/01	2021/12/31	5	15.000,00	15.000,00		15.000,00			30.000,00			
1.1.1.1.	0102/020214	00402	2018 15	Certificação Legal de Contas/Serviço de Auditoria Externa - RDC	OUTRA	100.0		DAF	2018/01/01	2021/12/31	5	8.700,00	8.700,00		8.700,00			21.705,00			
1.1.1.1.	0102/020214	00403	2018 16	Recuperação do Imposto sobre o Valor Acrescentado	OUTRA	100.0		DAF	2018/01/01	2021/12/31	5	12.500,00	12.500,00		6.500,00			19.000,00			
1.1.1.1.	005	2018		Contratos de Manutenção a realizar com Terceiros	OUTRA							86.500,00	86.500,00		56.500,00			176.275,11			
1.1.1.1.	0102/020220	00501	2018 17	Contratos de Manutenção na Área da Informática/Medidata e outros	OUTRA	100.0		DAF	2018/01/01	2021/12/31	5	25.513,87	25.513,87		20.000,00			96.513,87			
1.1.1.1.	0102/020220	00502	2018 18	Contrato de Manutenção dos Equipamentos de HVAC para os Edifícios Municipais	OUTRA	100.0		DACT	2018/01/01	2021/12/31	5	6.500,00	6.500,00		6.500,00			13.000,00			
1.1.1.1.	0102/020220	00503	2018 19	Contrato de Manutenção dos Equipamentos de Segurança Contra Incêndios dos Edifícios Municipais	OUTRA	100.0		DACT	2018/01/01	2021/12/31	5	931,73	931,73		1.500,00			5.431,73			
1.1.1.1.	0102/020220	00504	2018 20	Contrato de Manutenção para as Inspeções, Reinspeções e Aferição de Tacógrafos de Viaturas	OUTRA	100.0		DAF	2018/01/01	2021/12/31	5	1.256,32	1.256,32		3.000,00			8.294,32			
1.1.1.1.	0102/020213	00505	2018 21	Contrato de Manutenção relativo à Gestão de Sistemas Eletrônicos de Cobrança - Via Verde	OUTRA	100.0		DAF	2018/01/01	2021/12/31	5	2.215,90	2.215,90		3.000,00			8.715,90			
1.1.1.1.	0102/020220	00506	2018 22	Contrato de Manutenção de Ascensores e Montas-Cargas dos Edifícios Municipais	OUTRA	100.0		DACT	2018/01/01	2021/12/31	5	1.220,16	1.220,16		2.500,00			8.220,16			
1.1.1.1.	0102/020220	00507	2018 23	Contratos de Manutenção da Plataforma Eletrônica	OUTRA	100.0		DAF	2018/01/01	2021/12/31	5	2.041,80	2.041,80		5.000,00			11.041,80			
1.1.1.1.	0102/020220	00508	2018 24	Contratos de Manutenção de Serviços Gerais	OUTRA	100.0		DACT	2018/01/01	2021/12/31	5	95,31	95,31		15.000,00			25.095,31			
1.1.1.1.	006	2018		Contratos de Prestação de Serviços a realizar com Terceiros	OUTRA							24.094,73	24.094,73		30.500,00			123.194,73			
1.1.1.1.	0102/020220	00601	2018 25	Contrato de Responsabilidade Técnica de Exploração das Instalações Elétricas do Salão de Festas do Mercado Municipal, Biblioteca e Centro Escolar	OUTRA	100.0		DACT	2018/01/01	2021/12/31	5	1.300,00	1.300,00		3.000,00			8.300,00			
A TRANSPORTAR ...												85.072,89	267.718,00	267.710,00	222.295,00	11.000,00	5.500,00	591.487,89			

PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL										DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2020											
PÁGINA : 3																					
OBJETIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/PERÍODO DO PROJ. AÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	PONTOS DE FINANCIAMENTO			DADOS		REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)					TOTAL PREVISÃO				
					AC	AA	PC	RESPON. SANEAT.	INÍCIO	FIM	EX	PAGAR. ATÉ 1-OUT-2019	PAGAR. PREV. DE OUT-2022	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)				ANOS SEQUENTES			
														TOTAL	DEBITADO	CÃO DEBITADO		2021	2022	2023	OUTROS
1.1.1.1.	0102/020220	00402	2010 26 Contrato de Renovações/Assinaturas de Jornais, Revistas e Publicações Oficiais	OUTRA	100.0	PC	2010/01/01	2021/12/31	5	85.072,69	30.00	267.710,00	222.205,00	11.000,00	5.500,00	551.487,69					
1.1.1.1.	0102/020220	00403	2010 27 Contrato de Prestação de Serviços no âmbito da realização de Trabalhos de Reprografia Informáticos e Outros	OUTRA	100.0	DAP	2010/01/01	2021/12/31	5	21.364,73	2.000,00	2.000,00	1.500,00	1.000,00	1.010,00	3.510,00					
1.1.1.1.	0102/020220	00404	2010 28 Contrato de Prestação de Serviços a realizar com Fretamentos - Serviços Gerais da Autarquia	OUTRA	100.0	DAP	2010/01/01	2021/12/31	5	770.131,62	63.000,00	63.000,00	25.000,00	1.000,00	1.010,00	1.010,00					
1.1.1.1.	007	2010 2010 Contratos relativos aos Serviços Gerais da Autarquia	OUTRA	100.0	DAP	2010/01/01	2021/12/31	5	1.349.435,00	31.500,00	31.500,00	1.200.300,00	42.000,00	39.000,00	210.250,00						
1.1.1.1.	00701	2010 2010 Comunicações de Acesso Móvel, Fixa e Internet	OUTRA	100.0	DAP	2010/01/01	2021/12/31	5	20.740,77	25.000,00	25.000,00	31.000,00	25.000,00	25.000,00	83.240,77						
1.1.1.1.	0070101	2010 2010 25 Mídias, Fitas e Internet	OUTRA	100.0	DAP	2010/01/01	2021/12/31	5	15.403,00	6.500,00	6.500,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	65.007,00						
1.1.1.1.	0070102	2010 2010 30 Postal/Outras	OUTRA	100.0	DAP	2010/01/01	2021/12/31	5	4.933,77	350.000,00	350.000,00	340.000,00	340.000,00	340.000,00	17.433,77						
1.1.1.1.	00702	2010 2010 Fornecimento de Energia Elétrica	OUTRA	100.0	DAP	2010/01/01	2021/12/31	5	56.944,44	199.000,00	199.000,00	220.000,00	140.000,00	140.000,00	976.944,44						
1.1.1.1.	0070201	2010 2010 31 Iluminação Pública	OUTRA	100.0	DAP	2010/01/01	2021/12/31	5	56.944,44	199.000,00	199.000,00	220.000,00	140.000,00	140.000,00	515.009,01						
1.1.1.1.	0070202	2010 2010 32 Iluminação de Baixa Tensão	OUTRA	100.0	DAP	2010/01/01	2021/12/31	5	70.051,63	151.000,00	151.000,00	145.000,00	6.000,00	6.000,00	361.051,63						
1.1.1.1.	0103/01050202	2010 2010 32 Iluminação de Baixa Tensão	OUTRA	100.0	DAP	2010/01/01	2021/12/31	5	65.071,00	95.150,00	95.150,00	95.000,00	35.000,00	35.000,00	235.221,00						
1.1.1.1.	00703	2010 2010 Contratos de Seguros	OUTRA	100.0	DAP	2010/01/01	2021/12/31	5	20.047,30	40.000,00	40.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	95.197,30						
1.1.1.1.	0070301	2010 2010 33 Seguros de Riscos Diversos (Responsabilidade Civil, Multiriscos, Autômbrel, Prota, OTU e Outros)	OUTRA	100.0	DAP	2010/01/01	2021/12/31	5	150,00	150,00	150,00	150,00	150,00	150,00	235.221,00						
1.1.1.1.	0070301	2010 2010 33 Seguros de Riscos Diversos (Responsabilidade Civil, Multiriscos, Autômbrel, Prota, OTU e Outros)	OUTRA	100.0	DAP	2010/01/01	2021/12/31	5	45.026,62	55.000,00	55.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	95.197,30						
1.1.1.1.	0103/020212	2010 2010 33 Seguros de Riscos Diversos (Responsabilidade Civil, Multiriscos, Autômbrel, Prota, OTU e Outros)	OUTRA	100.0	DAP	2010/01/01	2021/12/31	5	45.026,62	55.000,00	55.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	95.197,30						
1.1.1.1.	0103/020212	2010 2010 33 Seguros de Riscos Diversos (Responsabilidade Civil, Multiriscos, Autômbrel, Prota, OTU e Outros)	OUTRA	100.0	DAP	2010/01/01	2021/12/31	5	45.026,62	55.000,00	55.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	95.197,30						
1.1.1.1.	0103/020212	2010 2010 33 Seguros de Riscos Diversos (Responsabilidade Civil, Multiriscos, Autômbrel, Prota, OTU e Outros)	OUTRA	100.0	DAP	2010/01/01	2021/12/31	5	45.026,62	55.000,00	55.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	95.197,30						
1.1.1.1.	0103/020212	2010 2010 33 Seguros de Riscos Diversos (Responsabilidade Civil, Multiriscos, Autômbrel, Prota, OTU e Outros)	OUTRA	100.0	DAP	2010/01/01	2021/12/31	5	45.026,62	55.000,00	55.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	95.197,30						
1.1.1.1.	0103/020212	2010 2010 33 Seguros de Riscos Diversos (Responsabilidade Civil, Multiriscos, Autômbrel, Prota, OTU e Outros)	OUTRA	100.0	DAP	2010/01/01	2021/12/31	5	45.026,62	55.000,00	55.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	95.197,30						
1.1.1.1.	0103/020212	2010 2010 33 Seguros de Riscos Diversos (Responsabilidade Civil, Multiriscos, Autômbrel, Prota, OTU e Outros)	OUTRA	100.0	DAP	2010/01/01	2021/12/31	5	45.026,62	55.000,00	55.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	95.197,30						
1.1.1.1.	0103/020212	2010 2010 33 Seguros de Riscos Diversos (Responsabilidade Civil, Multiriscos, Autômbrel, Prota, OTU e Outros)	OUTRA	100.0	DAP	2010/01/01	2021/12/31	5	45.026,62	55.000,00	55.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	95.197,30						
1.1.1.1.	0103/020212	2010 2010 33 Seguros de Riscos Diversos (Responsabilidade Civil, Multiriscos, Autômbrel, Prota, OTU e Outros)	OUTRA	100.0	DAP	2010/01/01	2021/12/31	5	45.026,62	55.000,00	55.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	95.197,30						
1.1.1.1.	0103/020212	2010 2010 33 Seguros de Riscos Diversos (Responsabilidade Civil, Multiriscos, Autômbrel, Prota, OTU e Outros)	OUTRA	100.0	DAP	2010/01/01	2021/12/31	5	45.026,62	55.000,00	55.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	95.197,30						
1.1.1.1.	0103/020212	2010 2010 33 Seguros de Riscos Diversos (Responsabilidade Civil, Multiriscos, Autômbrel, Prota, OTU e Outros)	OUTRA	100.0	DAP	2010/01/01	2021/12/31	5	45.026,62	55.000,00	55.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	95.197,30						
1.1.1.1.	0103/020212	2010 2010 33 Seguros de Riscos Diversos (Responsabilidade Civil, Multiriscos, Autômbrel, Prota, OTU e Outros)	OUTRA	100.0	DAP	2010/01/01	2021/12/31	5	45.026,62	55.000,00	55.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	95.197,30						
1.1.1.1.	0103/020212	2010 2010 33 Seguros de Riscos Diversos (Responsabilidade Civil, Multiriscos, Autômbrel, Prota, OTU e Outros)	OUTRA	100.0	DAP	2010/01/01	2021/12/31	5	45.026,62	55.000,00	55.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	95.197,30						
1.1.1.1.	0103/020212	2010 2010 33 Seguros de Riscos Diversos (Responsabilidade Civil, Multiriscos, Autômbrel, Prota, OTU e Outros)	OUTRA	100.0	DAP	2010/01/01	2021/12/31	5	45.026,62	55.000,00	55.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	95.197,30						
1.1.1.1.	0103/020212	2010 2010 33 Seguros de Riscos Diversos (Responsabilidade Civil, Multiriscos, Autômbrel, Prota, OTU e Outros)	OUTRA	100.0	DAP	2010/01/01	2021/12/31	5	45.026,62	55.000,00	55.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	95.197,30						
1.1.1.1.	0103/020212	2010 2010 33 Seguros de Riscos Diversos (Responsabilidade Civil, Multiriscos, Autômbrel, Prota, OTU e Outros)	OUTRA	100.0	DAP	2010/01/01	2021/12/31	5	45.026,62	55.000,00	55.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	95.197,30						
1.1.1.1.	0103/020212	2010 2010 33 Seguros de Riscos Diversos (Responsabilidade Civil, Multiriscos, Autômbrel, Prota, OTU e Outros)	OUTRA	100.0	DAP	2010/01/01	2021/12/31	5	45.026,62	55.000,00	55.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	95.197,30						
1.1.1.1.	0103/020212	2010 2010 33 Seguros de Riscos Diversos (Responsabilidade Civil, Multiriscos, Autômbrel, Prota, OTU e Outros)	OUTRA	100.0	DAP	2010/01/01	2021/12/31	5	45.026,62	55.000,00	55.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	95.197,30						
1.1.1.1.	0103/020212	2010 2010 33 Seguros de Riscos Diversos (Responsabilidade Civil, Multiriscos, Autômbrel, Prota, OTU e Outros)	OUTRA	100.0	DAP	2010/01/01	2021/12/31	5	45.026,62	55.000,00	55.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	95.197,30						
1.1.1.1.	0103/020212	2010 2010 33 Seguros de Riscos Diversos (Responsabilidade Civil, Multiriscos, Autômbrel, Prota, OTU e Outros)	OUTRA	100.0	DAP	2010/01/01	2021/12/31	5	45.026,62	55.000,00	55.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	95.197,30						
1.1.1.1.	0103/020212	2010 2010 33 Seguros de Riscos Diversos (Responsabilidade Civil, Multiriscos, Autômbrel, Prota, OTU e Outros)	OUTRA	100.0	DAP	2010/01/01	2021/12/31	5	45.026,62	55.000,00	55.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	95.197,30						
1.1.1.1.	0103/020212	2010 2010 33 Seguros de Riscos Diversos (Responsabilidade Civil, Multiriscos, Autômbrel, Prota, OTU e Outros)	OUTRA	100.0	DAP	2010/01/01	2021/12/31	5	45.026,62	55.000,00	55.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	95.197,30						
1.1.1.1.	0103/020212	2010 2010 33 Seguros de Riscos Diversos (Responsabilidade Civil, Multiriscos, Autômbrel, Prota, OTU e Outros)	OUTRA	100.0	DAP	2010/01/01	2021/12/31	5	45.026,62	55.000,00	55.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	95.197,30						
1.1.1.1.	0103/020212	2010 2010 33 Seguros de Riscos Diversos (Responsabilidade Civil, Multiriscos, Autômbrel, Prota, OTU e Outros)	OUTRA	100.0	DAP	2010/01/01	2021/12/31	5	45.026,62	55.000,00	55.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	95.197,30						
1.1.1.1.	0103/020212	2010 2010 33 Seguros de Riscos Diversos (Responsabilidade Civil, Multiriscos, Autômbrel, Prota, OTU e Outros)	OUTRA	100.0	DAP	2010/01/01	2021/12/31	5	45.026,62	55.000,00	55.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	95.197,30						
1.1.1.1.	0103/020212	2010 2010 33 Seguros de Riscos Diversos (Responsabilidade Civil, Multiriscos, Autômbrel, Prota, OTU e Outros)	OUTRA	100.0	DAP	2010/01/01	2021/12/31	5	45.026,62	55.000,00	55.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	95.197,30						
1.1.1.1.	0103/020212	2010 2010 33 Seguros de Riscos Diversos (Responsabilidade Civil, Multiriscos, Autômbrel, Prota, OTU e Outros)	OUTRA	100.0	DAP	2010/01/01	2021/12/31	5	45.026,62	55.000,00	55.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	95.197,30						
1.1.1.1.	0103/020212	2010 2010 33 Seguros de Riscos Diversos (Responsabilidade Civil, Multiriscos, Autômbrel, Prota, OTU e Outros)	OUTRA	100.0	DAP	2010/01/01	2021/12/31	5	45.026,62	55.000,00	55.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	95.197,30						
1.1.1.1.	0103/020212	2010 2010 33 Seguros de Riscos Diversos (Responsabilidade Civil, Multiriscos, Autômbrel, Prota, OTU e Outros)	OUTRA	100.0	DAP	2010/01/01	2021/12/31	5	45.026,62	55.000,00	55.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	95.197,30						
1.1.1.1.	0103/020212	2010 2010 33 Seguros de Riscos Diversos (Responsabilidade Civil, Multiriscos, Autômbrel, Prota, OTU e Outros)	OUTRA	100.0	DAP	2010/01/01	2021/12/31	5	45.026,62	55.000,00	55.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	95.197,30						
1.1.1.1.	0103/020212	2010 2010 33 Seguros de Riscos Diversos (Responsabilidade Civil, Multiriscos, Autômbrel, Prota, OTU e Outros)	OUTRA	100.0	DAP	2010/01/01	2021/12/31	5	45.026,62	55.000,00	55.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	95.197,30						
1.1.1.1.	0103/020212	2010 2010 33 Seguros de Riscos Diversos (Responsabilidade Civil, Multiriscos, Autômbrel, Prota, OTU e Outros)	OUTRA	100.0	DAP	2010/01/01	2021/12/31	5	45.026,62	55.000,00	55.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	95.197,30						
1.1.1.1.	0103/020212	2010 2010 33 Seguros de Riscos Diversos (Responsabilidade Civil, Multiriscos, Autômbrel, Prota, OTU e Outros)	OUTRA	100.0	DAP	2010/01/01	2021/12/31	5	45.026,62	55.000,00	55.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	95.197,30						
1.1.1.1.	0103/020212	2010 2010 33 Seguros de Riscos Diversos (Responsabilidade Civil, Multiriscos, Autômbrel, Prota, OTU e Outros)	OUTRA	100.0	DAP	2010/01/01	2021/12/31	5	45.026,62	55.000,00	55.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	95.197,30						
1.1.1.1.	0103/020212	2010 2010 33 Seguros de Riscos Diversos (Responsabilidade Civil, Multiriscos, Autômbrel, Prota, OTU e Outros)	OUTRA	100.0	DAP	2010/01/01	2021/12/31	5	45.026,62	55.000,00	55.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	95.197,30						
1.1.1.1.	0103/020212	2010 2010 33 Seguros de Riscos Diversos (Responsabilidade Civil, Multiriscos, Autômbrel, Prota, OTU e Outros)	OUTRA	100.0	DAP	2010/01/01	2021/12/31	5	45.026,62	55.000,00	55.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	95.197,30						
1.1.1.1.	0103/020212	2010 2010 33 Seguros de Riscos Diversos (Responsabilidade Civil, Multiriscos, Autômbrel, Prota, OTU e Outros)	OUTRA	100.0	DAP	2010/01/01	2021/12/31	5	45.026,62	55.000,00	55.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	95.197,30						
1.1.1.1.	0103/020212	2010 2010 33 Seguros de Riscos Diversos (Responsabilidade Civil, Multiriscos, Autômbrel, Prota, OTU e Outros)	OUTRA	100.0	DAP	2010/01/01	2021/12/31	5	45.026,62	55.000,00	55.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	95.197,30						
1.1.1.1.	0103/020212	2010 2010 33 Seguros de Riscos Diversos (Responsabilidade Civil, Multiriscos, Autômbrel, Prota, OTU e Outros)	OUTRA	100.0	DAP	2010/01/01	2021/12/31	5	45.026,62	55.000,00	55.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	95.197,30						
1.1.1.1.	0103/020212	2010 2010 33 Seguros de Riscos Diversos (Responsabilidade Civil, Multiriscos,																			

OBJETIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. AÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	PORTE DE FINANCIAMENTO			RECURSO SÍNTESE	DATAS			REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)					TOTAL PREVISÃO		
					AC	AA	PC		INÍCIO	FIM	EX	PAGAR, ATÉ 1-03-2013	PAGAR, PREY DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE				
														TOTAL	DETERMINADO	NÃO DETERMINADO	2021	2022		2023	OUTROS
1.1.1.1.		80700	Reservas com a Constituição de Fundo Permanente e Fundo Fixo de Caixa	OUTRA		100.0	DAF					416.136,27		919.860,00	919.860,00		877.205,00	53.000,00	44.500,00	218.250,00	2.479.011,27
1.1.1.1.		8070801	Maneio e Fundo Fixo de Caixa - Serviços Gerais									80,43		4.385,00	4.385,00		5.000,00				9.465,43
1.1.1.1.	0102/02010202	8070801	Constituição de Fundo de Maneio e Fundo Fixo de Caixa - Serviços Gerais						2018/01/01	2021/12/31	5	80,43		4.385,00			5.000,00				9.465,43
1.1.1.1.	0102/020105	8070801	Constituição de Fundo de Maneio e Fundo Fixo de Caixa - Serviços Gerais											1.300,00							
1.1.1.1.	0102/020166	8070801	Constituição de Fundo de Maneio e Fundo Fixo de Caixa - Serviços Gerais											600,00							
1.1.1.1.	0102/020166	8070801	Constituição de Fundo de Maneio e Fundo Fixo de Caixa - Serviços Gerais											240,00							
1.1.1.1.	0102/020168	8070801	Constituição de Fundo de Maneio e Fundo Fixo de Caixa - Serviços Gerais											240,00							
1.1.1.1.	0102/020121	8070801	Constituição de Fundo de Maneio e Fundo Fixo de Caixa - Serviços Gerais											504,00							
1.1.1.1.	0102/020209	8070801	Constituição de Fundo de Maneio e Fundo Fixo de Caixa - Serviços Gerais											240,00							
1.1.1.1.	0102/020213	8070801	Constituição de Fundo de Maneio e Fundo Fixo de Caixa - Serviços Gerais											510,00							
1.1.1.1.	0102/020220	8070801	Constituição de Fundo de Maneio e Fundo Fixo de Caixa - Serviços Gerais											128,00							
1.1.1.1.	0102/020225	8070801	Constituição de Fundo de Maneio e Fundo Fixo de Caixa - Serviços Gerais											701,00							
1.1.1.1.		80709	Combustível e Lubrificantes	OUTRA		100.0	DAF					70.738,59		125.800,00	125.800,00		123.580,00				320.014,09
1.1.1.1.		8075901	Edifícios das Piscinas Municipais Cobertas e Descobertas						2018/01/01	2021/12/31	5	19.474,26		41.100,00			40.000,00				103.374,26
1.1.1.1.	0102/02010202	8075901	Edifícios das Piscinas Municipais Cobertas e Descobertas											839,00							
1.1.1.1.	0102/02010259	8075901	Edifícios das Piscinas Municipais Cobertas e Descobertas											35.000,00							
1.1.1.1.	0102/020220	8075901	Edifícios das Piscinas Municipais Cobertas e Descobertas											0.200,00							
1.1.1.1.	0102/02010259	8075902	Edifício do Centro Escolar de Médio Prín	OUTRA		100.0	DAF					13.631,87		22.000,00	22.000,00		17.000,00				52.621,87
1.1.1.1.	0102/02010259	8075903	Equipamento de Transporte e Maquinaria	OUTRA		100.0	DAF					17.628,56		60.000,00	60.000,00		66.500,00				164.128,56
1.1.1.1.	0102/02010201	8075903	Equipamento de Transporte e Maquinaria											3.000,00							2.408.191,39
									A TRANSPORTAR ...			407.001,39		1.858.845,00	993.045,00		955.765,00	53.000,00	44.500,00	218.250,00	

Handwritten notes on lined paper:

✓

5

off

7

W

2

OBJETIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/FUNDO DO PROJ. AÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	PONTOS DE FINANCIAMENTO			RESPON. SÁTEL	DADOS			REALIZADO		EMPRESAS (PREVISÃO)					TOTAL PREVISTO	
					AC	AA	PC		EX	DATAS		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2019	PAGAM. PREV DE OUT-DIZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEQUENTES			
										INICIO	FIM			TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2021	2022		2023
													417.091,39			955.705,00	53.000,00	44.500,00	218.250,00	2.808.501,39
1.1.1.1.	0102/02010202	0070993 2018 46	Equipamento de Transporte e Manutenção																	
1.1.1.1.	0102/02010299	0070993 2018 46	Equipamento de Transporte e Manutenção																	
1.1.1.1.	00710 2018	00710 2018	Formação na Modalidade de Formação Ação	OUTRA								755,00				1.500,00				15.755,00
1.1.1.1.	0102/020215	0071091 2018 47	Formação Ação Promovida pela Intermúlia									755,00				7.500,00				15.755,00
1.1.1.1.	00712 2018	00712 2018	Contratos de Prestação de Serviço em Área									20.456,00				20.000,00				70.456,00
1.1.1.1.	0102/010107	0071201 2018 49	Execução Anual com a Celebração de Contratos	OUTRA								20.456,00				20.000,00				70.456,00
1.1.1.1.	00713 2018	00713 2018	Contribuição para a Segurança Social e Outros									370.316,05				475.000,00				1.446.906,05
1.1.1.1.	0071101 2018 50	0071101 2018 50	Trabalhadores da Intermúlia	OUTRA								11.205,57				50.000,00				126.865,57
1.1.1.1.	0102/01010501	0071101 2018 50	Assistência na Doença dos Funcionários Públicos (ANSP)												45.000,00					
1.1.1.1.	0102/020225	0071101 2018 50	Assistência na Doença dos Funcionários Públicos (ANSP)												600,00					
1.1.1.1.	0102/010101	0071102 2018 51	Serviço Nacional de Saúde - SENS	OUTRA								30.357,45				30.000,00				102.357,45
1.1.1.1.	0102/0101050201	0071103 2018 52	Caixa Geral de Aposentadorões	OUTRA								175.264,50				202.000,00				629.264,50
1.1.1.1.	0102/0101050202	0071104 2018 53	Segurança Social - Regime Geral	OUTRA								161.499,33				193.000,00				584.499,33
1.1.1.1.	007 2019	007 2019	Execução Anual Com Juros Comerciais									8.205,00				11.950,00	152.371,00	13.000,00	132.100,00	314.626,00
1.1.1.1.	00705 2019	00705 2019	Execução Anual Com Juros Comerciais - Juros do Morte, S.A.									8.205,00				11.950,00	152.371,00	13.000,00	132.100,00	314.626,00
1.1.1.1.	0103/01050299	0070502 2019 7	2.º Acordo de Regularização da Dívida	OUTRA								8.205,00				13.950,00	152.371,00	13.000,00	132.100,00	314.626,00
1.1.1.1.	007 2020	007 2020	Execução Anual Com Juros Comerciais													1.000,00	1.000,00			323.093,00
1.1.1.1.	00705 2020	00705 2020	Execução Anual Com Juros Comerciais - Juros do Morte, S.A.													1.000,00	1.000,00			7.500,00
1.1.1.1.	0103/01050299	0070503 2020 1	1.º Acordo de Regularização da Dívida	OUTRA												2.500,00	1.000,00			7.500,00
1.1.1.1.	00713 2020	00713 2020	Contribuições para a Segurança Social e Outros													315.593,00				315.593,00
1.1.1.1.	0071105 2020 7	0071105 2020 7	Trabalhadores da Intermúlia	OUTRA												66.000,00				66.000,00
1.1.1.1.	0102/01010501	0071105 2020 7	Assistência na Doença dos Funcionários Públicos (ANSP) - Contribuição dos trabalhadores	OUTRA												1.766.105,00				4.760.825,32
																1.766.105,00	206.371,00	57.500,00	350.350,00	4.760.825,32

[illegible]

OBJETIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/PERÍODO DO PROJ. AÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			DATAS			REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)					TOTAL PREVISTO				
					RECURSO			SINALETA			PAGAR. ATÉ 1-OUT-2019			PAGAR. PREV DE OUT-DEZ			ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)					
					AC	AA	PC	INÍCIO	FIM	EX	PAGAR. ATÉ 1-OUT-2019	PAGAR. PREV DE OUT-DEZ	TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2021	2022		2023	OUTROS		
A TRANSPORTAR ...																						
1.2.1.		01003	2018 62	Ações não Específicas no âmbito da Defesa da Floresta Contra Incêndios	OUTRA	100.0		PC	2018/01/01	2021/12/31	0			2.027.353,00	2.027.353,00		1.491.655,00	206.371,00	51.500,00	350.350,00	5.028.608,56	
1.2.1.	0102/020121	01003	2018 62	Ações não Específicas no âmbito da Defesa da Floresta Contra Incêndios	OUTRA	100.0		PC	2018/01/01	2021/12/31	0		500,00				1.000,00				2.000,00	
1.2.1.	0102/020225	01003	2018 62	Ações não Específicas no âmbito da Defesa da Floresta Contra Incêndios	OUTRA	100.0		PC	2018/01/01	2021/12/31	0		500,00				1.000,00				2.000,00	
1.2.1.		011	2018	Execução Funcional da Rede Secundária de Zonas de Gestão de Combustível	OUTRA	100.0		PC	2018/01/01	2021/12/31	5	49.500,00					1.000,00				2.000,00	
1.2.1.	0102/020225	01101	2018 63	Projeto/Ação	OUTRA	100.0		PC	2018/01/01	2021/12/31	5						1.000,00				2.000,00	
1.2.1.		012	2018	Associação Manantim de Bombeiros Voluntários de Marão Frio	OUTRA	100.0		PC	2018/01/01	2021/12/31	5	49.500,00					66.000,00				181.500,00	
1.2.1.	0102/040701	01201	2018 64	Transferências Correntes no âmbito das Despesas de Funcionamento e Outras	OUTRA	100.0		PC	2018/01/01	2021/12/31	5						66.000,00				181.500,00	
1.2.1.		013	2018	Projeto Bombeiro Voluntário	OUTRA	100.0		PC	2018/01/01	2021/12/31	5	603,79					2.500,00				5.603,79	
1.2.1.	0102/040802	01301	2018 65	Benefícios a conceder no âmbito da Educação, Cultura, Desporto, Lazer e Habitação Própria e Permanente e Outros	OUTRA	100.0		PC	2018/01/01	2021/12/31	5	603,79					2.500,00				5.603,79	
1.2.1.		012	2015	Associação Manantim de Bombeiros Voluntários de Marão Frio	OUTRA	100.0		PC	2018/01/01	2021/12/31	5	17.573,51					31.100,00		2.500,00		85.673,51	
1.2.1.	0102/040701	01202	2019 6	Protocolo de Contratação e Funcionamento das Equipas de Intervenção Permanente	OUTRA	100.0		PC	2019/02/01	2022/01/31	5	17.573,51					31.100,00		2.500,00		85.673,51	
1.2.1.		010	2020	Defesa da Floresta Contra Incêndios	OUTRA	100.0		PC	2020/01/01	2020/12/31	0										19.005,00	
1.2.1.		01003	2020 2	Revisão do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios	OUTRA	100.0		PC	2020/01/01	2020/12/31	0										19.005,00	
1.2.1.	0102/020214	01003	2020 2	Revisão do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios	OUTRA	100.0		PC	2020/01/01	2020/12/31	0										19.005,00	
1.2.1.	0102/0405010	01003	2020 2	Revisão do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios	OUTRA	100.0		PC	2020/01/01	2020/12/31	0										19.005,00	
2.				Funções sociais																		
2.1.				Associação																		
2.1.1.				Associação não superior																		
2.1.1.1.				Associação não superior																		
2.1.1.2.				Associação não superior																		
2.1.1.2.1.				Associação não superior																		
2.1.1.2.1.1.				Associação não superior																		
2.1.1.2.1.1.1.				Associação não superior																		
2.1.1.2.1.1.1.1.				Associação não superior																		
2.1.1.2.1.1.1.1.1.				Associação não superior																		
2.1.1.2.1.1.1.1.1.1.				Associação não superior																		
2.1.1.2.1.1.1.1.1.1.1.				Associação não superior																		
2.1.1.2.1.1.1.1.1.1.1.1.				Associação não superior																		
2.1.1.2.1.1.1.1.1.1.1.1.1.				Associação não superior																		
2.1.1.2.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.				Associação não superior																		
2.1.1.2.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.				Associação não superior																		
2.1.1.2.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.				Associação não superior																		
2.1.1.2.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.				Associação não superior																		
2.1.1.2.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.				Associação não superior																		
2.1.1.2.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.				Associação não superior																		
2.1.1.2.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.				Associação não superior																		
2.1.1.2.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.				Associação não superior																		
2.1.1.2.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.				Associação não superior																		
2.1.1.2.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.				Associação não superior																		
2.1.1.2.1.				Associação não superior																		
2.1.1.2.1.				Associação não superior																		
2.1.1.2.1.				Associação não superior																		
2.1.1.2.1.				Associação não superior																		
2.1.1.2.1.				Associação não superior																		
2.1.1.2.1.				Associação não superior																		
2.1.1.2.1.				Associação não superior																		
2.1.1.2.1.				Associação não superior																		
2.1.1.2.1.				Associação não superior																		
2.1.1.2.1.				Associação não superior																		
2.1.1.2.1.				Associação não superior																		
2.1.1.2.1.				Associação não superior																		
2.1.1.2.1.				Associação não superior																		
2.1.1.2.1.				Associação não superior																		
2.1.1.2.1.				Associação não superior																		
2.1.1.2.1.				Associação não superior																		
2.1.1.2.1.				Associação não superior																		
2.1.1.2.1.				Associação não superior																		
2.1.1.2.1.				Associação não superior																		
2.1.1.2.1.				Associação não superior																		
2.1.1.2.1.				Associação não superior																		
2.1.1.2.1.				Associação não superior																		
2.1.1.2.1.				Associação não superior																		
2.1.1.2.1.				Associação não superior																		
2.1.1.2.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.																						

W
w
8
asp
f
x
p-

OBJETIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. AÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPOSTA SATEL			DADOS			REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)					TOTAL PREVISTO						
					AC	AA	PC	AC	PC	II	INÍCIO	FIM	PAGAM. ANT 1-OUT-2019	PAGAM. PREV DE OUT-2021	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SUBSEQUENTES									
															TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2021	2022	2023		OUTROS					
A TRANSFERIR ...																			1.663.576,41		2.487.658,00	2.487.658,00	1.823.255,00	208.871,00	57.500,00	350.350,00	5.991.610,41
2.1.1.3.		021	2018	Programa de Ocupação a Criações e Jovens de 14 a 18 Anos	OUTRA										920,00		3.000,00			3.000,00	6.920,00						
2.1.1.3.	0102/6408202	02101	2018 04	Atribuição de Bolsa	OUTRA			100,0		PC	2018/01/01 2021/12/31	5	920,00		3.000,00		3.000,00			3.000,00	6.920,00						
2.1.1.4.		012	2018	Ensino Superior									16.000,00		21.000,00		21.000,00			21.000,00	58.000,00						
2.1.1.4.				Programa de Apoio ao Ensino Superior									16.000,00		21.000,00		21.000,00			21.000,00	58.000,00						
2.1.1.4.	0102/6408202	02201	2018 05	Atribuição de Bolsas de Estudo	OUTRA			100,0		CR	2018/01/01 2021/12/31	5	16.000,00		21.000,00		21.000,00			21.000,00	58.000,00						
2.1.2.				Serviços Individuais de Saúde																	75.600,00						
2.2.1.				Transferências de Competências na Área da Saúde, no âmbito do Decreto Lei n.º 23/2019, de 10 de Junho																	75.600,00						
2.2.1.	0102/620201	01101	2020 21	Encargos de Instalação (Água/ Electricidade)	OUTRA			100,0		CR	2020/01/01 2021/12/31	0			12.000,00		12.000,00			12.000,00	24.000,00						
2.2.1.	0102/620209	01102	2020 24	Comunicações (Despesas de Correio/Internet/Serviço Voz/Outros)	OUTRA			100,0		CR	2020/01/01 2021/12/31	0			3.000,00		3.000,00			3.000,00	6.000,00						
2.2.1.		01103	2020 25	Encargos com os Serviços de Limpeza e Higiene	OUTRA			100,0		CR	2020/01/01 2021/12/31	0			15.000,00		14.000,00			14.000,00	29.000,00						
2.2.1.	0102/620104	01103	2020 25	Encargos com os Serviços de Limpeza e Higiene													5.000,00			5.000,00							
2.2.1.	0102/620102	01103	2020 25	Encargos com os Serviços de Limpeza e Higiene													10.000,00			10.000,00							
2.2.1.		01104	2020 26	Encargos com a Manutenção do Equipamento de Transporte	OUTRA			100,0		CR	2020/01/01 2021/12/31	0			4.900,00		4.700,00			4.700,00	9.600,00						
2.2.1.	0102/62010299	01104	2020 26	Encargos com a Manutenção do Equipamento de Transporte													2.000,00			2.000,00							
2.2.1.	0102/620112	01104	2020 26	Encargos com a Manutenção do Equipamento de Transporte													1.000,00			1.000,00							
2.2.1.	0102/620212	01104	2020 26	Encargos com a Manutenção do Equipamento de Transporte													800,00			800,00							
2.2.1.	0102/620213	01104	2020 26	Encargos com a Manutenção do Equipamento de Transporte													400,00			400,00							
2.2.1.	0102/620220	01104	2020 26	Encargos com a Manutenção do Equipamento de Transporte													500,00			500,00							
2.2.1.	0102/6602010199	01104	2020 26	Encargos com a Manutenção do Equipamento de Transporte													200,00			200,00							
A TRANSFERIR ...												1.663.576,41		2.546.558,00	2.546.558,00	1.800.955,00	208.871,00	57.500,00	350.350,00	6.125.110,41							

[Handwritten signatures and initials]

OBJETIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/FUNDO DO PROJ. AÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	PONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON. SÁVEL	DADOS			REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)					TOTAL PERÍODO	
					AC	AA	PC		INÍCIO	FIM	EX	PAGAR. ATÉ 1-OUT-2019	PAGAR. PERÍOD OUT-2019	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SUBSEQUENTES			
														TOTAL	PENDIDO	NÃO PENDIDO	2021	2022		2023
2.2.1.	0102/020119	60105	Encargos com a Manutenção de Contratos de Assistência Técnica!	OUTRA	100.0		CN	2020/01/01	2021/12/31	0	A TRANSPORTE ...	1.000.836,41			2.546.558,00	1.880.955,00	208.871,00	57.500,00	350.358,00	6.125.138,41
			Aquecimento/Ventilação, Ar Condicionado e Sistema de AVAC										3.500,00			3.500,00				7.000,00
2.3.1.			Segurança e ação social									23.468,87			103.500,00	63.500,00				199.468,87
2.3.2.			Ação social									23.468,87			103.500,00	63.500,00				199.468,87
2.3.2.		603	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Marão									3.623,43			23.500,00	18.000,00				47.123,43
			Prócio																	
2.3.2.		62101	Ações Desenvolvidas no âmbito da CFCNP	OUTRA	100.0		PC	2018/01/01	2021/12/31	5		576,50			13.500,00	10.000,00				23.576,50
2.3.2.	0102/020105	62101	Ações Desenvolvidas no âmbito da CFCNP												600,00					
2.3.2.	0102/020108	62101	Ações Desenvolvidas no âmbito da CFCNP												3.000,00					
2.3.2.	0102/020115	62101	Ações Desenvolvidas no âmbito da CFCNP												1.500,00					
2.3.2.	0102/020121	62101	Ações Desenvolvidas no âmbito da CFCNP												1.500,00					
2.3.2.	0102/020209	62101	Ações Desenvolvidas no âmbito da CFCNP												1.000,00					
2.3.2.	0102/020216	62101	Ações Desenvolvidas no âmbito da CFCNP												500,00					
2.3.2.	0102/020220	62101	Ações Desenvolvidas no âmbito da CFCNP												2.000,00					
2.3.2.	0102/020225	62101	Ações Desenvolvidas no âmbito da CFCNP												2.000,00					
2.3.2.		62102	Encargos com o Equipamento de Transporte, afeto à CFCNP	OUTRA	100.0		PC	2018/01/01	2021/12/31	5		3.046,85			13.000,00	8.000,00				20.846,85
2.3.2.	0102/0204201	62102	Encargos com o Equipamento de Transporte, afeto à CFCNP												2.500,00					
2.3.2.	0102/0204202	62102	Encargos com o Equipamento de Transporte, afeto à CFCNP												6.000,00					
2.3.2.	0102/020112	62102	Encargos com o Equipamento de Transporte, afeto à CFCNP												4.500,00					
2.3.2.			Encargos com o Equipamento de Transporte, afeto à CFCNP																	
2.3.2.		624	Ação Social										19.776,64		47.000,00	43.000,00				106.776,64
2.3.2.		62401	Promoção do Encontro Anual de "Sêniores"	OUTRA	100.0		PC	2018/01/01	2021/12/31	0		12.905,00			17.100,00	20.000,00				49.995,00
2.3.2.	0102/020105	62401	Promoção do Encontro Anual de "Sêniores"												9.000,00					
2.3.2.	0102/020115	62401	Promoção do Encontro Anual de "Sêniores"												2.000,00					
2.3.2.	0102/020210	62401	Promoção do Encontro Anual de "Sêniores"												6.000,00					
2.3.2.	0102/020225	62401	Promoção do Encontro Anual de "Sêniores"												100,00					
											A TRANSPORTE ...	1.097.405,72			2.592.658,00	1.922.455,00	208.871,00	57.500,00	350.358,00	6.239.239,72

DE SOLICITAÇÕES

A TRANSPORTAR	
2	1
2	2
2	3
2	4
2	5
2	6
2	7
2	8
2	9
2	10
2	11
2	12
2	13
2	14
2	15
2	16
2	17
2	18
2	19
2	20
2	21
2	22
2	23
2	24
2	25
2	26
2	27
2	28
2	29
2	30
2	31
2	32
2	33
2	34
2	35
2	36
2	37
2	38
2	39
2	40
2	41
2	42
2	43
2	44
2	45
2	46
2	47
2	48
2	49
2	50
2	51
2	52
2	53
2	54
2	55
2	56
2	57
2	58
2	59
2	60
2	61
2	62
2	63
2	64
2	65
2	66
2	67
2	68
2	69
2	70
2	71
2	72
2	73
2	74
2	75
2	76
2	77
2	78
2	79
2	80
2	81
2	82
2	83
2	84
2	85
2	86
2	87
2	88
2	89
2	90
2	91
2	92
2	93
2	94
2	95
2	96
2	97
2	98
2	99
2	100

OBJETIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/FUNDO DO PROJ. AÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	PONTO DE FINANCIAMENTO			DATAS			REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)					TOTAL PREVISÃO																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
					RECURSO SÍNCR.			A TRANSPORTAR ...			PAGAM. ATÉ 1-OUT-2019		PAGAM. PREV DE OUT-DEZ		ANOS SEQUENTES																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																										
AC			AA			PC			INÍCIO			FIM			EX			ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)					OUTROS																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																		
TOTAL					DEFERIDO					NÃO DEFERIDO					2021					2022					2023																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
2.592.458,60					2.592.458,60					2.592.455,00					208.871,00					51.500,00					350.350,00																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
2.3.2.		02402	2018 89	Corrívio Batalício "Sêniores"	OUTRA	100.0			PC	2018/01/01	2021/12/31	0	1.077.405,72			8.500,00																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									

[Handwritten signature and initials]

OBJETIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/NÚMERO DO PROJ. AÇÃO	DESCRIÇÃO	PURA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON. SATEL	DADOS			REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)					TOTAL PREVISÃO		
					AC	AA	PC		INÍCIO	FIM	EX	PAGAM. ATÉ 1-OCT-2019	PAGAM. PRÉV DE OCT-2022	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEQUENTES				
														TOTAL	DEFERIDO	NÃO DEFERIDO	2021	2022		2023	OUTROS
2.4.3.1.	0102/020220	027001	2018	027001	2018/01/01	2024/12/31	5	1.164.296,40	11.145,39	239.304,00	239.304,00	2.781.558,60	21.390,00	1.947.955,60	208.171,60	57.560,00	350.350,00	6.450.530,40			
2.4.3.1.	0102/020219	027001	2018	027001	2018/01/01	2024/12/31	5	9.859,75	215.000,00	231.000,00	231.000,00	15.600,00	15.600,00	11.000,00	11.000,00	223.000,00	535.545,39				
2.4.3.1.	0102/020220	027001	2018	027001	2018/01/01	2024/12/31	5	2.500,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	5.000,00				
2.4.3.1.	0102/020220	027001	2018	027001	2018/01/01	2024/12/31	5	1.294,66	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	8.894,66				
2.4.3.1.	0102/020220	027001	2018	027001	2018/01/01	2024/12/31	5	1.294,66	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	8.894,66				
2.4.3.1.	0102/020220	027001	2018	027001	2018/01/01	2024/12/31	5	1.294,66	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	8.894,66				
2.4.3.1.	0102/020220	027001	2018	027001	2018/01/01	2024/12/31	5	1.294,66	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	8.894,66				
2.4.3.1.	0102/020220	027001	2018	027001	2018/01/01	2024/12/31	5	1.294,66	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	8.894,66				
2.4.3.1.	0102/020220	027001	2018	027001	2018/01/01	2024/12/31	5	1.294,66	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	8.894,66				
2.4.3.1.	0102/020220	027001	2018	027001	2018/01/01	2024/12/31	5	1.294,66	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	8.894,66				
2.4.3.1.	0102/020220	027001	2018	027001	2018/01/01	2024/12/31	5	1.294,66	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	8.894,66				
2.4.3.1.	0102/020220	027001	2018	027001	2018/01/01	2024/12/31	5	1.294,66	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	8.894,66				
2.4.3.1.	0102/020220	027001	2018	027001	2018/01/01	2024/12/31	5	1.294,66	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	8.894,66				
2.4.3.1.	0102/020220	027001	2018	027001	2018/01/01	2024/12/31	5	1.294,66	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	8.894,66				
2.4.3.1.	0102/020220	027001	2018	027001	2018/01/01	2024/12/31	5	1.294,66	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	8.894,66				
2.4.3.1.	0102/020220	027001	2018	027001	2018/01/01	2024/12/31	5	1.294,66	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	8.894,66				
2.4.3.1.	0102/020220	027001	2018	027001	2018/01/01	2024/12/31	5	1.294,66	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	8.894,66				
2.4.3.1.	0102/020220	027001	2018	027001	2018/01/01	2024/12/31	5	1.294,66	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	8.894,66				
2.4.3.1.	0102/020220	027001	2018	027001	2018/01/01	2024/12/31	5	1.294,66	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	8.894,66				
2.4.3.1.	0102/020220	027001	2018	027001	2018/01/01	2024/12/31	5	1.294,66	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	8.894,66				
2.4.3.1.	0102/020220	027001	2018	027001	2018/01/01	2024/12/31	5	1.294,66	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	8.894,66				
2.4.3.1.	0102/020220	027001	2018	027001	2018/01/01	2024/12/31	5	1.294,66	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	8.894,66				
2.4.3.1.	0102/020220	027001	2018	027001	2018/01/01	2024/12/31	5	1.294,66	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	8.894,66				
2.4.3.1.	0102/020220	027001	2018	027001	2018/01/01	2024/12/31	5	1.294,66	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	8.894,66				
2.4.3.1.	0102/020220	027001	2018	027001	2018/01/01	2024/12/31	5	1.294,66	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	8.894,66				
2.4.3.1.	0102/020220	027001	2018	027001	2018/01/01	2024/12/31	5	1.294,66	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	8.894,66				
2.4.3.1.	0102/020220	027001	2018	027001	2018/01/01	2024/12/31	5	1.294,66	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	8.894,66				
2.4.3.1.	0102/020220	027001	2018	027001	2018/01/01	2024/12/31	5	1.294,66	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	8.894,66				
2.4.3.1.	0102/020220	027001	2018	027001	2018/01/01	2024/12/31	5	1.294,66	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	8.894,66				
2.4.3.1.	0102/020220	027001	2018	027001	2018/01/01	2024/12/31	5	1.294,66	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	8.894,66				
2.4.3.1.	0102/020220	027001	2018	027001	2018/01/01	2024/12/31	5	1.294,66	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	8.894,66				
2.4.3.1.	0102/020220	027001	2018	027001	2018/01/01	2024/12/31	5	1.294,66	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	8.894,66				
2.4.3.1.	0102/020220	027001	2018	027001	2018/01/01	2024/12/31	5	1.294,66	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	8.894,66				
2.4.3.1.	0102/020220	027001	2018	027001	2018/01/01	2024/12/31	5	1.294,66	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	8.894,66				
2.4.3.1.	0102/020220	027001	2018	027001	2018/01/01	2024/12/31	5	1.294,66	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	8.894,66				
2.4.3.1.	0102/020220	027001	2018	027001	2018/01/01	2024/12/31	5	1.294,66	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	8.894,66				
2.4.3.1.	0102/020220	027001	2018	027001	2018/01/01	2024/12/31	5	1.294,66	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	8.894,66				
2.4.3.1.	0102/020220	027001	2018	027001	2018/01/01	2024/12/31	5	1.294,66	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	8.894,66				
2.4.3.1.	0102/020220	027001	2018	027001	2018/01/01	2024/12/31	5	1.294,66	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	8.894,66				
2.4.3.1.	0102/020220	027001	2018	027001	2018/01/01	2024/12/31	5	1.294,66	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	8.894,66				
2.4.3.1.	0102/020220	027001	2018	027001	2018/01/01	2024/12/31	5	1.294,66	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	8.894,66				
2.4.3.1.	0102/020220	027001	2018	027001	2018/01/01	2024/12/31	5	1.294,66	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	8.894,66				
2.4.3.1.	0102/020220	027001	2018	027001	2018/01/01	2024/12/31	5	1.294,66	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	8.894,66				
2.4.3.1.	0102/020220	027001	2018	027001	2018/01/01	2024/12/31	5	1.294,66	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	8.894,66				
2.4.3.1.	0102/020220	027001	2018	027001	2018/01/01	2024/12/31	5	1.294,66	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	8.894,66				
2.4.3.1.	0102/020220	027001	2018	027001	2018/01/01	2024/12/31	5	1.294,66	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	8.894,66				
2.4.3.1.	0102/020220	027001	2018	027001	2018/01/01	2024/12/31	5	1.294,66	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	8.894,66				
2.4.3.1.	0102/020220	027001	2018	027001	2018/01/01	2024/12/31	5	1.294,66	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	8.894,66				
2.4.3.1.	0102/020220	027001	2018	027001	2018/01/01	2024/12/31	5	1.294,66	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	8.894,66				
2.4.3.1.	0102/020220	027001	2018	027001	2018/01/01	2024/12/31	5	1.294,66	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	8.894,66				
2.4.3.1.	0102/020220	027001	2018	027001	2018/01/01	2024/12/31	5	1.294,66	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	8.894,66				
2.4.3.1.	0102/020220	027001	2018	027001	2018/01/01	2024/12/31	5	1.294,66	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	8.894,66				
2.4.3.1.	0102/020220	027001																			

[illegible]

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large stylized signature, a smaller signature, and several initials.

OBJETIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO(AÑO/FUERO) DO PROJ. AÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RECURSO SATEL	DATAS			REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)						TOTAL PREVISTO
					AC	AA	PC		EXI	FIN	PAGAR. ATÉ 1-OUT-2019	PAGAR. PRZY DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SUBSEQUENTES				
													TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2021	2022	2023	OUTROS	
4.2.	0102/040701	0420601 2018 151	Sport Club de Meado Prio - Época Desportiva de 2017/2018-2018/2019-2019/20	OUTRA	100.0		CN	2018/01/01	2021/12/31	1	10.000,00		4.133.450,00	2.521.055,00	244.471,00	60.500,00	573.350,00	9.057.750,36		
4.2.	0102/040701	0420602 2018 152	União Futebol de Barqueiros - Época Desportiva de 2017/2018-2018/2019-2019/20	OUTRA	100.0		CN	2018/01/01	2021/12/31	5	7.000,00		7.500,00	7.000,00				21.500,00		
4.2.	0102/04050109	0420603 2018 153	Pilarodora Teatro do Nordeste, Cooperativa de Produção, Formação e Animação Teatral, C.R.L., Grupos Etnográficos do Concelho	OUTRA	100.0		CN	2018/01/01	2021/12/31	5	2.500,02		9.000,00	6.500,00				18.000,02		
4.2.	0102/040701	0420604 2018 154	Outras Associações e em Colectividades	OUTRA	100.0		CN	2018/01/01	2021/12/31	5	6.000,00		6.000,00	6.000,00				18.000,00		
4.2.	0102/04050109	0420605 2018 155	Prespeiras do Concelho de Meado Prio	OUTRA	100.0		CN	2018/01/01	2021/12/31	5	5.970,00		15.000,00	35.000,00				35.970,00		
4.2.		043 2018	Transferências Correntes a realizar no âmbito das competências atribuídas às Autarquias Locais e Outras Entidades	OUTRA		554,17							3.000,00	3.000,00				6.554,17		
4.2.	0102/04050102	04301 2018 156	Transferências Correntes a realizar no âmbito das competências atribuídas às Autarquias Locais e Outras Entidades	OUTRA	100.0		CN	2018/01/01	2021/12/31	5	554,17		3.000,00	3.000,00				6.554,17		
4.2.		042 2020	Transferências Correntes a Associações e Colectividades Legalmente Constituídas										66.000,00	3.000,00				69.000,00		
4.2.	0102/04050108	0420606 2020 5	Santa Casa da Misericórdia de Meado Prio	OUTRA	100.0		CN	2020/01/01	2020/12/31	0			66.000,00	3.000,00				69.000,00		
4.2.	0102/04050108	0420607 2020 6	Centros e Juredo - Associação - Teatro URZZ	OUTRA	100.0		CN	2020/01/01	2021/12/31	0			60.000,00	3.000,00				63.000,00		
4.2.			TOTAL GERAL								1.548.690,55		4.252.150,00	2.571.555,00	244.471,00	60.500,00	573.350,00	9.258.724,55		

9572

- | | |
|---|----------------------------------|
| 0 | - NÃO INICIADA |
| 1 | - COM PROJETO TÉCNICO |
| 2 | - ADVERTÊNCIA |
| 3 | - EXECUÇÃO FÍSICA ATÉ 50% |
| 4 | - EXECUÇÃO FÍSICA SUPERIOR A 50% |
| 5 | - DESPESA CONTÍNUA |
| 9 | - CONCLUÍDA |

O Presidente do Órgão Executivo

3

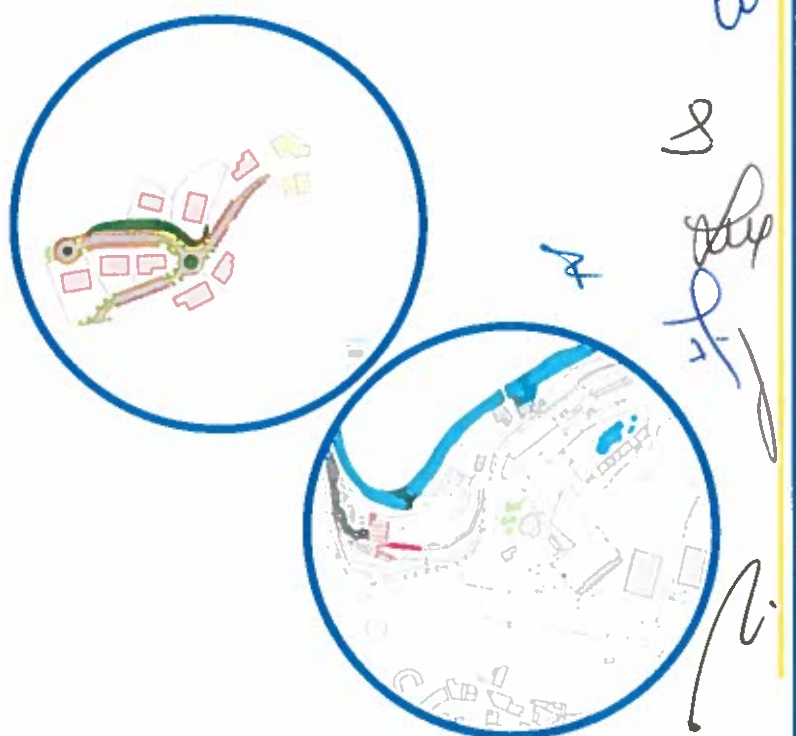
and after

O Orgão Executivo

swa, wth

CESTINA 33000 DE DUNHIDA SUECO N474
PENGDO COME

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS 2020



<p>ENTIDADE</p> <p>MUNICÍPIO DE MESÃO Frio</p>	<p>RESUMO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS</p>	<p>DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2020</p>
---	---	--------------------------------------

PÁGINA : 1

OBJECTIVO	DESCRIÇÃO	REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)							TOTAL PREVISTO	
		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2019	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEQUINTE					
				TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2021	2022	2023	OUTROS		
1.	Funções gerais	126.338,30		361.515,00	361.515,00		343.000,00					830.053,30
1.1.	Serviços Gerais de Administração	126.338,30		357.505,00	357.505,00		310.000,00					793.843,30
1.1.1.	Pública											
1.1.1.1.	Administração Geral	126.338,30		357.505,00	357.505,00		310.000,00					793.843,30
1.1.2.	Segurança e ordens pública			4.010,00	4.010,00		33.000,00					37.010,00
1.2.1.	Protecção civil e luta contra incêndios			4.010,00	4.010,00		33.000,00					37.010,00
2.	Funções Sociais	22.782,62		945.680,00	945.680,00		667.800,00		66.250,00			1.782.512,62
2.1.	Educação			20.000,00	20.000,00							20.000,00
2.1.1.	Ensino não superior			20.000,00	20.000,00							20.000,00
2.1.1.2.	Ensino Básico			20.000,00	20.000,00							20.000,00
2.2.	Saúde			10.000,00	10.000,00		10.000,00					10.000,00
2.2.1.	Serviços individuais de saúde			10.000,00	10.000,00							10.000,00
2.3.	Segurança e acção sociais			30.205,00	30.205,00		168.000,00					198.205,00
2.3.2.	Ação Social			30.205,00	30.205,00		168.000,00					198.205,00
2.4.	Serviços Colectivos e habitação	22.782,62		159.560,00	159.560,00		325.250,00		66.250,00			573.842,62
2.4.2.	Ordenamento do território	9.122,60		20.000,00	20.000,00		20.000,00					49.122,60
2.4.2.3.	Saneamento	4.918,12		33.030,00	33.030,00		16.000,00					53.948,12
2.4.3.1.	Rede de Esgotos	4.918,12		33.030,00	33.030,00		16.000,00					53.948,12
2.4.4.	Abastecimento de água	7.592,86		23.015,00	23.015,00		150.000,00					180.607,86
2.4.5.	Resíduos sólidos			10.005,00	10.005,00		10.000,00					20.005,00
2.4.6.	Protecção do meio ambiente e conservação da natureza	1.149,04		73.510,00	73.510,00		129.250,00		66.250,00			270.159,04
2.4.6.1.	Espaços Verdes(Sistema de Rega e outros)	225,28		27.000,00	27.000,00		12.000,00					39.225,28
2.4.6.2.	Higiene Pública	192,86		2.000,00	2.000,00		2.000,00					4.192,86
2.4.6.4.	Cemitérios	730,90		44.510,00	44.510,00		115.250,00		66.250,00			226.740,90
2.5.	Serviços Culturais,recreativos e religiosos			725.915,00	725.915,00		174.550,00					900.465,00
2.5.1.	Cultura			236.915,00	236.915,00		169.550,00					406.465,00
2.5.2.	Desporto, recreio e lazer			489.000,00	489.000,00		5.000,00					494.000,00
3.	Funções Económicas	640.543,51		3.104.645,00	3.104.645,00		1.351.100,00		325.000,00			5.421.288,51
3.2.	Industria e Energia	17.894,68		1.657.825,00	1.657.825,00		289.000,00					1.964.719,68
3.2.1.	Indústria			1.327.800,00	1.327.800,00		289.000,00					1.327.800,00
3.2.2.	Energia	17.894,68		330.025,00	330.025,00		289.000,00					636.919,68
3.3.	Transportes e Comunicações	572.897,99		1.174.715,00	1.174.715,00		362.100,00					2.109.712,99
3.3.1.	Transportes Rodoviários	572.897,99		1.174.715,00	1.174.715,00		362.100,00					2.109.712,99
3.3.1.1.	Rede Viária	416.226,03		946.205,00	946.205,00		334.100,00					1.696.531,03
3.3.1.2.	Sinalização	533,57		28.000,00	28.000,00		25.000,00					53.533,57
3.3.1.3.	Estacionamento			10,00	10,00							10,00
3.3.1.4.	Comunicações	156.138,39		200.500,00	200.500,00		3.000,00					359.638,39
3.4.	Comércio e Turismo	49.750,84		272.105,00	272.105,00		700.000,00		325.000,00			1.346.855,84
3.4.2.	Turismo	49.750,84		272.105,00	272.105,00		700.000,00		325.000,00			1.346.855,84
4.	Outras Funções	379.818,46		554.372,00	554.372,00		495.500,00		330.000,00			4.770.290,46
4.1.	Operações da Dívida Autárquica	357.656,46		491.100,00	491.100,00		469.500,00		330.000,00			4.658.856,46
4.2.	Transferências entre Administrações	22.162,00		63.272,00	63.272,00		26.000,00					111.434,00
	TOTAL GERAL ...	1.169.482,89		4.966.212,00	4.966.212,00		2.857.400,00		721.250,00		333.000,00	2.677.600,00
												12.724.944,89

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

OBJETIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. AÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	PORTE DE FINANCIAMENTO		RESPON. SATEL	DADOS		REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)					TOTAL PREVISITO				
					AC	AA		FC	INICIO	FIM	EM	PAGAM. ATÉ 1-OUT-2019	PAGAM. PRVY DE OUT-2023	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)				OUTROS			
														TOTAL	DEFIDIDO	NÃO DEFIDIDO			2021	2022	2023
A TRANSPORTAR ...																					
1.1.1.	0102/07010307	0440903 2018 19	Biblioteca Municipal	OUTRA	100.0			DACT	2018/01/01	2021/12/31 5	1.735,58		13.000,00	6.000,00		10.000,00		21.735,58			
1.1.1.	0102/07010307	0440903 2018 19	Biblioteca Municipal	OUTRA	100.0									2.000,00							
1.1.1.	0102/07010307	0440903 2018 19	Biblioteca Municipal	OUTRA	100.0									5.000,00							
1.1.1.	0102/07010307	0440904 2018 20	Mercado Municipal	OUTRA	100.0			DACT	2018/01/01	2021/12/31 5	634,56		12.000,00	12.000,00		12.000,00		21.634,56			
1.1.1.	0102/07010307	0440905 2018 21	Posto de Turismo	OUTRA	100.0			DACT	2018/01/01	2021/12/31 5			2.000,00	2.000,00		2.000,00		4.000,00			
1.1.1.	0102/07010307	0440906 2018 22	Auditorio Municipal	OUTRA	100.0			DACT	2018/01/01	2021/12/31 5	363,00		2.500,00	2.500,00		2.500,00		5.363,00			
1.1.1.	0102/07010307	0440907 2018 23	Residência dos Estudantes	OUTRA	100.0			DACT	2018/01/01	2021/12/31 5	94,06		2.500,00	2.500,00		2.500,00		5.094,06			
1.1.1.	0102/07010307	0440908 2018 24	Piscina Municipal Coberta	OUTRA	100.0			DACT	2018/01/01	2021/12/31 5	1.300,43		10.000,00	10.000,00		10.000,00		21.300,43			
1.1.1.	0102/07010307	0440908 2018 24	Piscina Municipal Coberta	OUTRA	100.0									5.000,00							
1.1.1.	0102/07010307	0440908 2018 24	Piscina Municipal Coberta	OUTRA	100.0			DACT	2018/01/01	2021/12/31 5			10.000,00	5.000,00		5.000,00		15.000,00			
1.1.1.	0102/07010307	0440909 2018 25	Derocoberta	OUTRA	100.0									5.000,00							
1.1.1.	0102/07010307	0440909 2018 25	Derocoberta	OUTRA	100.0									5.000,00							
1.1.1.	0102/07010307	0440909 2018 25	Piscina Municipal	OUTRA	100.0									5.000,00							
1.1.1.	0102/07010307	0440910 2018 26	Outros Edifícios e Equipamentos	OUTRA	100.0			DACT	2018/01/01	2021/12/31 5	3.023,07		12.000,00	7.000,00		10.000,00		25.023,07			
1.1.1.	0102/07010307	0440910 2018 26	Outros Edifícios e Equipamentos	OUTRA	100.0									5.000,00							
1.1.1.	0102/07010307	0440910 2018 26	Outros Edifícios e Equipamentos	OUTRA	100.0									3.000,00				3.000,00			
1.1.1.	0102/07010307	0441101 2018 31	Administrativa de Imobréis	OUTRA	100.0			CM	2018/01/01	2020/12/31 0			1.500,00	1.500,00				1.500,00			
1.1.1.	0102/07010307	0441102 2018 32	Edifícios e Outros Equipamentos	OUTRA	100.0			CM	2018/01/01	2020/12/31 0			1.500,00	1.500,00				1.500,00			
1.1.1.	0102/07010307	07801 2020	Rede HTP/HTP	OUTRA	100.0									25.000,00				25.000,00			
1.1.1.	0102/07010307	0780101 2020 1	Instalação de Rede HTP/HTP	OUTRA	100.0			PC	2020/01/01	2020/12/31 0			25.000,00	25.000,00				25.000,00			
1.1.1.	0102/07010307	0780101 2020 1	Instalação e Equipamento de Barbere	OUTRA	100.0								15.000,00	15.000,00				17.500,00			
1.1.1.	0102/07010307	0780101 2020 1	Instalação e Equipamento de Barbere	OUTRA	100.0									2.500,00							
1.1.1.	0102/07010307	0780101 2020 1	Instalação e Equipamento de Barbere	OUTRA	100.0			PC	2020/01/01	2020/12/31 0			7.500,00	7.500,00				7.500,00			
1.2.	0102/07010307	045 2018	Segurança e ordens públicas	OUTRA	100.0									4.010,00				37.010,00			
1.2.1.	0102/07010307	045 2018	Proteção civil e luta contra Incêndios	OUTRA	100.0									4.010,00				37.010,00			
1.2.1.	0102/07010307	04501 2018 13	Proteção Civil e Luta Contra Incêndios	OUTRA	100.0			VP	2018/01/01	2021/12/31 0			4.000,00			3.000,00		7.000,00			
1.2.1.	0102/07010307	04501 2018 13	Aquisição de Maquiaria e Equipamento	OUTRA	100.0									3.000,00							
1.2.1.	0102/07010307	04501 2018 13	Aquisição de Maquiaria e Equipamento	OUTRA	100.0									2.000,00							
1.2.1.	0102/07010307	04501 2018 13	Aquisição de Maquiaria e Equipamento	OUTRA	100.0			VP	2018/01/01	2021/12/31 0			5,00	5,00		15.000,00		15.005,00			
1.2.1.	0102/07010307	04502 2018 34	Beneficiário de Rede de Infraestruturas Pluviais	OUTRA	100.0			VP	2018/01/01	2021/12/31 0			5,00	5,00		15.000,00		15.005,00			
1.2.1.	0102/07010307	04503 2018 35	Execução Funcional da Rede Secundária de Faixas de Gestão de Combustível	OUTRA	100.0			VP	2018/01/01	2021/12/31 0			945.600,00	945.600,00		667.000,00	66.350,00	1.702.512,62			
1.2.1.	0102/07010307	04503 2018 35	Execução Funcional da Rede Secundária de Faixas de Gestão de Combustível	OUTRA	100.0								381.515,40	381.515,40		313.000,00		810.853,30			

[Handwritten signature and notes]

OBJETIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. AÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	PORTE DE FINANCIAMENTO			RESPON. SATEL	DATAS			REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)					TOTAL PREVISÃO		
					AC	AA	PC		INICIO	FIM	EX	PAGAM. ATÉ 1-OCT-2019	PAGAM. PERY DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			OUTROS				
														TOTAL	DEFERIDO	NÃO DEFERIDO		2021		2022	2023
A TRANSFERIR ...														116.339,36			511.000,00				1.059.058,36
2.4.2.		648	Obras de Urbanização Municipal	OUTRA															49.122,60		
2.4.2.	0102/07010413	64801	Obras a Executar pelos Próprios Serviços	PC	100.0			PC		2018/01/01	2021/12/31	5		9.122,60			15.000,00		39.122,60		
2.4.2.	0102/07010413	64802	Obras a Executar por Terceiros	EMPRESITADA	100.0			PC		2018/01/01	2021/12/31	5			5.000,00		5.000,00		10.000,00		
2.4.3.			Saneamento											4.918,12			16.000,00		53.918,12		
2.4.3.1.		649	Rede de Esgotos											4.918,12			16.000,00		53.918,12		
2.4.3.1.			Interligação das Redes de Esgotos Existentes no Concelho											4.918,12			16.000,00		53.918,12		
2.4.3.1.		64901	Construção de Balcários na Freguesia de Barcelos	EMPRESITADA																	
2.4.3.1.	0102/0703032	6490101	Balcários de Vale Moreira, Quintas, Ribeiro, Vale Penitente - Sul da Vila		15.0	05.0	DACT			2018/01/01	2020/12/31	1		1.000,00					1.000,00		
2.4.3.1.	0102/0703032	6490102	Execução de Outros	EMPRESITADA	100.0			DACT		2018/01/01	2020/12/31	5			5.000,00				5.000,00		
2.4.3.1.	0102/0703032	6490103	Balcários na Freguesia na modalidade de Empreitada	OUTRA	100.0			DACT		2018/01/01	2020/12/31	1			2.000,00				2.000,00		
2.4.3.1.	0102/0703032	6490104	Balcários na Freguesia na modalidade de Administração Direta/Fornecimento	OUTRA	100.0			DACT		2018/01/01	2020/12/31	2		5,00					5,00		
2.4.3.1.		64902	Constituição de uma Comissão de Apoio para o Serviço de Apoio às Populações											596,55					7.596,55		
2.4.3.1.	0102/0703032	6490202	Condição de Água Potável	OUTRA	100.0			DACT		2018/01/01	2020/12/31	5			7.000,00				7.596,55		
2.4.3.1.	0102/0703032	6490203	Freguesia de Cidadão																		
2.4.3.1.	0102/0703032	6490204	Execução de Balcários na Freguesia na modalidade de Administração Direta/Fornecimento	OUTRA	100.0			DACT		2018/01/01	2020/12/31	4		596,55					4.000,00		
2.4.3.1.	0102/0703032	64903	Aquisição de Equipamento para EPR	OUTRA	100.0			DACT		2018/01/01	2020/12/31	0			3.000,00				3.596,55		
2.4.3.1.	0102/0703032	6490301	Construção de Balcários na Freguesia de Mado Trão - (Santo André)	OUTRA	100.0			DACT		2018/01/01	2020/12/31	0			5,00				5,00		
2.4.3.1.	0102/0703032	6490302	Execução de Balcários na Freguesia na modalidade de Administração Direta/Fornecimento	OUTRA	100.0			DACT		2018/01/01	2020/12/31	0			5,00				5,00		
2.4.3.1.	0102/0703032	64904	Estações Elevatórias e Tratamento de Esgotos na Freguesia de Mado Trão - (Santo André)	EMPRESITADA	35.0	05.0	DACT			2018/01/01	2020/12/31	1			15,00				15,00		
2.4.3.1.	0102/0703032	6490401	Estação Elevatória de Esgotos de Carrapateiro e Cabral e Rede de Esgotos da Montanha											5,00					5,00		
2.4.3.1.	0102/0703032	6490402	Estação Elevatória de Esgotos da Rede	EMPRESITADA	15.0	05.0	DACT			2018/01/01	2020/12/31	1			5,00				5,00		
A TRANSFERIR ...														116.057,45			511.000,00				1.123.797,45





OBJETIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. AÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FUNTE DE FINANCIAMENTO			RESPON. SATEL			DATAS			REALIZADO		DESPESA DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)					TOTAL PREVISÃO				
					AC			AA			PC			FC			EX			ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)					
A TRANSFERIR ...																									
2.4.3.1.	0102/07030302	0490403 2010 52	Estação de Tratamento de Águas Residuais de Cima do Douro	EMPRESADA	15.0	85.0	DACT	2018/01/01	2020/12/31	0		134.057,45		456.740,00	456.740,00	511.600,00			1.123.797,45						
2.4.3.1.	04905 2010		Manutenção das Redes de Saneamento Básico no Concelho	OUTRA	100.0		DACT	2018/01/01	2021/12/31	5		4.321,57		18.005,00	18.005,00	16.000,00			38.326,57						
2.4.3.1.	0102/07030302	0490501 2010 53	Execução de Trabalhos a realizar na modalidade de Administração	OUTRA	100.0		DACT	2018/01/01	2021/12/31	5		1.878,47		8.000,00	8.000,00	6.000,00			15.878,47						
2.4.3.1.	0102/07030302	0490502 2010 54	Execução de Trabalhos a realizar na modalidade de Empreitada	EMPRESADA	100.0		DACT	2018/01/01	2021/12/31	0				5,00					5,00						
2.4.3.1.	0102/07031002	0490503 2010 55	Aquisição e ou Reparação de Máquinas e Equipamento	OUTRA	100.0		DACT	2018/01/01	2021/12/31	0		2.443,10		10.000,00	10.000,00	10.000,00			22.443,10						
2.4.4.	050 2010		Interligimento das Redes de Água Potável no Concelho	OUTRA	100.0		DACT	2018/01/01	2021/12/31	5		7.592,86		23.015,00	23.015,00	150.000,00			180.607,86						
2.4.4.	0102/07030307	05001 2010 56	Manutenção das Redes de Saneamento Básico	OUTRA	100.0		DACT	2018/01/01	2021/12/31	5		3.640,05		13.000,00	13.000,00	10.000,00			26.640,05						
2.4.4.	0102/07031002	05002 2010 57	Aquisição e ou Reparação de Máquinas e Equipamento	OUTRA	100.0		DACT	2018/01/01	2021/12/31	5		3.932,81		10.000,00	10.000,00	10.000,00			23.932,81						
2.4.4.	051 2010		Cadastro das Infraestruturas de Águas a Saneamento em Belém no Douro	OUTRA	15.0	85.0	DACT	2018/01/01	2021/12/31	1				15,00		110.000,00			130.015,00						
2.4.4.	0102/07031008	05101 2010 58	Levantamento e Execução do Cadastro	OUTRA	100.0		DACT	2018/01/01	2021/12/31	1				5,00		110.000,00			130.015,00						
2.4.4.	0102/07031015	05101 2010 59	Levantamento e Execução do Cadastro	OUTRA	100.0		DACT	2018/01/01	2021/12/31	1				5,00		10.000,00			10.005,00						
2.4.4.	0102/08050108	05101 2010 59	Levantamento e Execução do Cadastro	OUTRA	100.0		DACT	2018/01/01	2021/12/31	1				5,00		10.000,00			10.005,00						
2.4.5.	052 2010		Resíduos sólidos	OUTRA	100.0		DACT	2018/01/01	2021/12/31	1				5,00		10.000,00			10.005,00						
2.4.5.	0102/070310413	05201 2010 59	Execução e Implementação de Contenedores Subterrâneos	OUTRA	100.0		DACT	2018/01/01	2021/12/31	1				5,00		10.000,00			10.005,00						
2.4.5.	0102/07031002	05201 2010 59	Execução e Implementação de Contenedores Subterrâneos	OUTRA	100.0		DACT	2018/01/01	2021/12/31	1				5,00		10.000,00			10.005,00						
2.4.5.	0102/07031002	05202 2010 60	Aquisição e Reparação de Contenedores de Superfície	OUTRA	100.0		DACT	2018/01/01	2021/12/31	5		1.149,84		5.000,00	5.000,00	5.000,00			10.000,00						
2.4.6.	053 2010		Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	OUTRA	100.0		DACT	2018/01/01	2021/12/31	5		235,20		73.510,00	73.510,00	125.250,00			276.255,20						
2.4.6.1.	0102/07030305	05301 2010 61	Reparação de Redes (Sistema de Rega e Outros)	OUTRA	100.0		DACT	2018/01/01	2021/12/31	5		235,20		27.000,00	27.000,00	12.000,00			39.235,20						
2.4.6.1.	0102/07030305	05301 2010 61	Manutenção das Redes Verdes do Concelho	OUTRA	100.0		DACT	2018/01/01	2021/12/31	5		235,20		27.000,00	27.000,00	12.000,00			39.235,20						
2.4.6.1.	0102/07030305	05301 2010 61	Aquisição de Arborização (Arbóreo, Arbustivo e Cobertura)	OUTRA	100.0		DACT	2018/01/01	2021/12/31	5		235,20		7.000,00	7.000,00	7.000,00			14.000,00						
A TRANSFERIR ...																				514.770,00	514.770,00	718.100,00			1.376.741,48

OBJETIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. AÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	PONTOS DE FINANCIAMENTO			DATAS			REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)					TOTAL PREVISÃO																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																										
					AC			AA			PC			INÍCIO			FIM			EI			PAGAM. ATÉ 1-OUT-2019		PAGAM. PREV DE OUT-2023		ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																	
																											ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																	
																											ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																	
A TRANSFERIR ...																			149.120,32						1.943.800,32																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																			
2.5.1.	0102/070109	05464	2019 10	Fornecimento e Montagem de Equipamentos para o Centro Interpretativo do Barco Babelo																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								</





OBJETIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/PERÍODO DO PROJ. AÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FUNTE DE FINANCIAMENTO			RESPON. SATEL		DADOS		REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)					TOTAL PREVISÃO																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
					AC			AA		FC	SAVEL	EX	INICIO	FIM	PAGAR. ANT. 1-OUT-2019	PAGAR. PREV. DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEQUENTES		OUTROS																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																						
					AC	AA	FC	TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO							2021	2022		2023																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
3.2.1.	0102/070115	0590201	2018 79	Estudos e Projetos	OUTRA	15.0	95.0	DACT			2018/01/01	2020/12/31	1																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																															






OBJETIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. AÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON. SÁVEL			DATA		REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)					TOTAL PREVISÃO
					AC	AA	FC	INÍCIO	FIM	EX	PAGAM. ATÉ 1-OUT-2019	PAGAM. PREV DE OUT-202	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SUCESSIVOS				
													TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2021	2022	2023	OUTROS	
A TRANSFERIR ...																				
3.3.1.1.	0102/0703008	0610102 2018 90	Reparação Corrente das Estradas e Caminhos Municipais, na modalidade de Administração Direta/Forçamentos	OUTRA	100.0			DACT	2018/01/01	2021/12/31	5	10.233,43		58.500,00	58.500,00		40.000,00	66.250,00		4.718.956,20
3.3.1.1.	06102	2018	Limpeza e Manutenção de Estradas e Caminhos Municipais	EMPRESARIAL	100.0			DACT	2018/01/01	2021/12/31	5	11.536,45		35.000,00	35.000,00		35.000,00			81.536,45
3.3.1.1.	0102/0703008	0610201 2018 91	Limpeza e Manutenção de Estradas e Caminhos Municipais, na modalidade de Administração Direta/Forçamentos	EMPRESARIAL	100.0			DACT	2018/01/01	2021/12/31	5	18.219,40		20.000,00	20.000,00		20.000,00			58.239,40
3.3.1.1.	0102/0703008	0610202 2018 92	Limpeza e Manutenção de Estradas e Caminhos Municipais, na modalidade de Administração Direta/Forçamentos	OUTRA	100.0			DACT	2018/01/01	2021/12/31	5	1.225,45		15.000,00	15.000,00		15.000,00			31.225,45
3.3.1.1.	06103	2018	Construção de Muros de Contenção	EMPRESARIAL	100.0			DACT	2018/01/01	2021/12/31	5	13.796,48		80.000,00	80.000,00		100.000,00			193.796,48
3.3.1.1.	0102/0703008	0610301 2018 93	Construção de Muros de Contenção, na modalidade de Administração Direta/Forçamentos	EMPRESARIAL	100.0			DACT	2018/01/01	2021/12/31	5			50.000,00	50.000,00		70.000,00			120.000,00
3.3.1.1.	0102/0703008	0610302 2018 94	Construção de Muros de Contenção, na modalidade de Administração Direta/Forçamentos	OUTRA	100.0			DACT	2018/01/01	2021/12/31	5	13.796,48		30.000,00	30.000,00		30.000,00			73.796,48
3.3.1.1.	062	2018	Requalificação Urbana de Marão	OUTRA								319.739,67		401.500,00	401.500,00		4.300,00			725.339,67
3.3.1.1.	06201	2018	Reabilitação da Rua da Carreira e Ruas de Interesse	EMPRESARIAL	100.0			DACT	2018/01/01	2020/12/31	9			1.500,00	1.500,00		1.500,00			1.500,00
3.3.1.1.	0102/0703008	0620101 2018 95	Revisão de Preços	EMPRESARIAL	100.0			DACT	2018/01/01	2020/12/31	9			1.500,00	1.500,00		1.500,00			1.500,00
3.3.1.1.	06202	2018	Reabilitação do Edifício da Torre de Santa Cristina e Certificações	OUTRA	15.0		85.0	DACT	2017/01/01	2020/12/31	2			3.000,00	3.000,00		3.000,00			3.000,00
3.3.1.1.	0102/0703008	0620201 2018 97	Planejamento Urbano de Marão	EMPRESARIAL	15.0		85.0	DACT	2018/01/01	2020/12/31	1	180.355,37		157.000,00	157.000,00		157.000,00			157.000,00
3.3.1.1.	06203	2018	Reabilitação da Rua do Balde, Rua da Vitória e Largo da Estopa	OUTRA	15.0		85.0	DACT	2018/01/01	2020/12/31	2			75.000,00	75.000,00		75.000,00			176.355,37
3.3.1.1.	0102/0703008	0620301 2018 99	Planejamento Urbano de Marão	EMPRESARIAL	15.0		85.0	DACT	2018/01/01	2020/12/31	1	15.577,95		3.000,00	3.000,00		3.000,00			18.577,95
3.3.1.1.	0102/0703008	0620302 2018 100	Planejamento Urbano de Marão	EMPRESARIAL	15.0		85.0	DACT	2018/01/01	2020/12/31	1	15.777,62		72.000,00	72.000,00		72.000,00			157.777,62
3.3.1.1.	06204	2018	Reabilitação do Espaço Público do Largo do Craveiro e Largo da Variante e Ruas de Interesse	OUTRA										2.000,00	2.000,00				2.000,00	
A TRANSFERIR ...																				
												364.866,33		3.455.028,00	3.455.028,00		1.554.800,00	66.250,00		5.440.936,33






OBJETIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/MUNICÍPIO DO PROJ. AÇÃO	DESCRIÇÃO	FERRA DE REALIZAÇÃO	PONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS			REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)						TOTAL PREVISTO					
					AC	AA	PC		INICIO	FIM	EX	PAGAM. ATÉ 1-OUT-2019	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEQUENTES								
														TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2021	2022	2023						
A TRANSPORTAR ...																			1.000.325,00	3.000.325,00		1.633.900,00	66.250,00		6.081.716,63
3.3.1.1.	0102/070115	86212	2019	Reabilitação da Rua do Mercado e Arrolamento															97.900,00						
3.3.1.1.	0102/070115	8621201	2019/17	Plano, Estudos, Projetos e Certificações	OUTRA	15.0	45.0	DACT	2019/07/30	2020/12/31	0								9.900,00						
3.3.1.1.	0102/070115	8621202	2019/18	Rede Viária	EXPEDITADA	15.0	45.0	DACT	2019/07/30	2020/12/31	0								88.000,00						
3.3.1.1.	0102/070115	8621203	2019/19	Reparação Corrente das Estradas e Caminhos Municipais	EXPEDITADA	15.0	45.0	DACT	2019/07/30	2020/12/31	0								13.000,00						
3.3.1.1.	0102/070115	8621204	2019/20	Parque de Estacionamento no Logar das Ovelhas	EXPEDITADA	15.0	45.0	DACT	2019/07/30	2020/12/31	0								13.000,00						
3.3.1.1.	0102/070115	8621205	2019/21	Proteção Rodoviária	EXPEDITADA	100.0	90.0	PC	2020/01/01	2020/12/31	0								13.000,00						
3.3.1.2.	0102/070309	864	2019	Proteção Rodoviária	OUTRA	100.0	90.0	DACT	2019/01/01	2021/12/31	5	533,57							28.000,00						
3.3.1.2.	0102/070309	86401	2019/112	Proteção Rodoviária	OUTRA	100.0	90.0	DACT	2019/01/01	2021/12/31	5	533,57							28.000,00						
3.3.1.2.	0102/070309	86402	2019/113	Proteção Rodoviária	OUTRA	100.0	90.0	DACT	2019/01/01	2021/12/31	5								5.000,00						
3.3.1.2.	0102/070309	86403	2019/114	Proteção Rodoviária	OUTRA	100.0	90.0	DACT	2019/01/01	2021/12/31	5	533,57							15.000,00						
3.3.1.3.	0102/070401	865	2019	Proteção Rodoviária	OUTRA	100.0	90.0	DACT	2019/01/01	2021/12/31	5	533,57							8.000,00						
3.3.1.3.	0102/070401	86501	2019/115	Proteção Rodoviária	OUTRA	100.0	90.0	DACT	2019/01/01	2021/12/31	5								10,00						
3.3.1.3.	0102/070401	86502	2019/116	Proteção Rodoviária	OUTRA	100.0	90.0	DACT	2019/01/01	2021/12/31	5								10,00						
3.3.1.4.	0102/070413	866	2018	Proteção Rodoviária	OUTRA	100.0	90.0	DACT	2018/01/01	2020/12/31	0	156.130,39							5,00						
3.3.1.4.	0102/070413	86601	2018/117	Proteção Rodoviária	OUTRA	100.0	90.0	DACT	2018/01/01	2020/12/31	0	156.130,39							5,00						
3.3.1.4.	0102/070413	86602	2018/118	Proteção Rodoviária	OUTRA	100.0	90.0	DACT	2018/01/01	2020/12/31	0	156.130,39							200.500,00						
3.3.1.4.	0102/070413	86603	2018/119	Proteção Rodoviária	OUTRA	100.0	90.0	DACT	2018/01/01	2020/12/31	0	156.130,39							200.500,00						
3.3.1.4.	0102/070413	86604	2018/120	Proteção Rodoviária	OUTRA	100.0	90.0	DACT	2018/01/01	2020/12/31	0	156.130,39							197.500,00						
3.3.1.4.	0102/070413	86605	2018/121	Proteção Rodoviária	OUTRA	100.0	90.0	DACT	2018/01/01	2020/12/31	0	156.130,39							2.500,00						
3.3.1.4.	0102/070413	86606	2018/122	Proteção Rodoviária	OUTRA	100.0	90.0	DACT	2018/01/01	2020/12/31	0	156.130,39							2.500,00						
3.3.1.4.	0102/070413	86607	2018/123	Proteção Rodoviária	OUTRA	100.0	90.0	DACT	2018/01/01	2020/12/31	0	156.130,39							351.131,39						
3.3.1.4.	0102/070413	86608	2018/124	Proteção Rodoviária	OUTRA	100.0	90.0	DACT	2018/01/01	2020/12/31	0	156.130,39							351.131,39						
3.3.1.4.	0102/070413	86609	2018/125	Proteção Rodoviária	OUTRA	100.0	90.0	DACT	2018/01/01	2020/12/31	0	156.130,39							6.000,00						
3.3.1.4.	0102/070413	86610	2018/126	Proteção Rodoviária	OUTRA	100.0	90.0	DACT	2018/01/01	2020/12/31	0	156.130,39							6.000,00						
3.3.1.4.	0102/070413	86611	2018/127	Proteção Rodoviária	OUTRA	100.0	90.0	DACT	2018/01/01	2020/12/31	0	156.130,39							6.000,00						
3.3.1.4.	0102/070413	86612	2018/128	Proteção Rodoviária	OUTRA	100.0	90.0	DACT	2018/01/01	2020/12/31	0	156.130,39							6.000,00						
3.3.1.4.	0102/070413	86613	2018/129	Proteção Rodoviária	OUTRA	100.0	90.0	DACT	2018/01/01	2020/12/31	0	156.130,39							6.000,00						
3.3.1.4.	0102/070413	86614	2018/130	Proteção Rodoviária	OUTRA	100.0	90.0	DACT	2018/01/01	2020/12/31	0	156.130,39							6.000,00						
3.3.1.4.	0102/070413	86615	2018/131	Proteção Rodoviária	OUTRA	100.0	90.0	DACT	2018/01/01	2020/12/31	0	156.130,39							6.000,00						
3.3.1.4.	0102/070413	86616	2018/132	Proteção Rodoviária	OUTRA	100.0	90.0	DACT	2018/01/01	2020/12/31	0	156.130,39							6.000,00						
3.3.1.4.	0102/070413	86617	2018/133	Proteção Rodoviária	OUTRA	100.0	90.0	DACT	2018/01/01	2020/12/31	0	156.130,39							6.000,00						
3.3.1.4.	0102/070413	86618	2018/134	Proteção Rodoviária	OUTRA	100.0	90.0	DACT	2018/01/01	2020/12/31	0	156.130,39							6.000,00						
3.3.1.4.	0102/070413	86619	2018/135	Proteção Rodoviária	OUTRA	100.0	90.0	DACT	2018/01/01	2020/12/31	0	156.130,39							6.000,00						
3.3.1.4.	0102/070413	86620	2018/136	Proteção Rodoviária	OUTRA	100.0	90.0	DACT	2018/01/01	2020/12/31	0	156.130,39							6.000,00						
3.3.1.4.	0102/070413	86621	2018/137	Proteção Rodoviária	OUTRA	100.0	90.0	DACT	2018/01/01	2020/12/31	0	156.130,39							6.000,00						
3.3.1.4.	0102/070413	86622	2018/138	Proteção Rodoviária	OUTRA	100.0	90.0	DACT	2018/01/01	2020/12/31	0	156.130,39							6.000,00						
3.3.1.4.	0102/070413	86623	2018/139	Proteção Rodoviária	OUTRA	100.0	90.0	DACT	2018/01/01	2020/12/31	0	156.130,39							6.000,00						
3.3.1.4.	0102/070413	86624	2018/140	Proteção Rodoviária	OUTRA	100.0	90.0	DACT	2018/01/01	2020/12/31	0	156.130,39							6.000,00						
3.3.1.4.	0102/070413	86625	2018/141	Proteção Rodoviária	OUTRA	100.0	90.0	DACT	2018/01/01	2020/12/31	0	156.130,39							6.000,00						
3.3.1.4.	0102/070413	86626	2018/142	Proteção Rodoviária	OUTRA	100.0	90.0	DACT	2018/01/01	2020/12/31	0	156.130,39							6.000,00						
3.3.1.4.	0102/070413	86627	2018/143	Proteção Rodoviária	OUTRA	100.0	90.0	DACT	2018/01/01	2020/12/31	0	156.130,39							6.000,00						
3.3.1.4.	0102/070413	86628	2018/144	Proteção Rodoviária	OUTRA	100.0	90.0	DACT	2018/01/01	2020/12/31	0	156.130,39							6.000,00						
3.3.1.4.	0102/070413	86629	2018/145	Proteção Rodoviária	OUTRA	100.0	90.0	DACT	2018/01/01	2020/12/31	0	156.130,39							6.000,00						
3.3.1.4.	0102/070413	86630	2018/146	Proteção Rodoviária	OUTRA	100.0	90.0	DACT	2018/01/01	2020/12/31	0	156.130,39							6.000,00						
3.3.1.4.	0102/070413	86631	2018/147	Proteção Rodoviária	OUTRA	100.0	90.0	DACT	2018/01/01	2020/12/31	0	156.130,39							6.000,00						
3.3.1.4.	0102/070413	86632	2018/148	Proteção Rodoviária	OUTRA	100.0	90.0	DACT	2018/01/01	2020/12/31	0	156.130,39							6.000,00						
3.3.1.4.	0102/070413	86633	2018/149	Proteção Rodoviária	OUTRA	100.0	90.0	DACT	2018/01/01	2020/12/31	0	156.130,39							6.000,00						
3.3.1.4.	0102/070413	86634	2018/150	Proteção Rodoviária	OUTRA	100.0	90.0	DACT	2018/01/01	2020/12/31	0	156.130,39							6.000,00						
3.3.1.4.	0102/070413	86635	2018/151	Proteção Rodoviária	OUTRA	100.0	90.0	DACT	2018/01/01	2020/12/31	0	156.130,39							6.000,00						
3.3.1.4.	0102/070413	86636	2018/152	Proteção Rodoviária	OUTRA	100.0	90.0	DACT	2018/01/01	2020/12/31	0	156.130,39							6.000,00						
3.3.1.4.	0102/070413	86637	2018/153	Proteção Rodoviária	OUTRA	100.0	90.0	DACT	2018/01/01	2020/12/31	0	156.130,39							6.000,00						
3.3.1.4.	0102/070413	86638	2018/154	Proteção Rodoviária	OUTRA	100.0	90.0	DACT	2018/01/01	2020/12/31	0	156.130,39							6.000,00						
3.3.1.4.	0102/070413	86639	2018/155	Proteção Rodoviária	OUTRA	100.0	90.0	DACT	2018/01/01	2020/12/31	0	156.130,39							6.000,00						
3.3.1.4.	0102/070413	86640	2018/156	Proteção Rodoviária	OUTRA	100.0	90.0	DACT	2018/01/01	2020/12/31	0	156.130,39							6.000,00						
3.3.1.4.	0102/070413	86641	2018/157	Proteção Rodoviária	OUTRA	100.0	90.0	DACT	2018/01/01	2020/12/31	0	156.130,39							6.000,00						
3.3.1.4.	0102/070413	86642	2018/158	Proteção Rodoviária	OUTRA	100.0	90.0	DACT	2018/01/01	2020/12/31	0	156.130,39							6.000,00						
3.3.1.4.	0102/070413	86643	2018/159	Proteção Rodoviária	OUTRA	100.0	90.0	DACT	2018/01/01	2020/12/31	0	156.130,39							6.000,00						
3.3.1.4.	0102/070413	86644	2018/160	Proteção Rodoviária	OUTRA	100.0	90.0	DACT	2018/01/01	2020/12/31	0	156.130,39							6.000,00						
3.3.1.4.	0102/070413	86645	2018/161	Proteção Rodoviária	OUTRA	100.0	90.0	DACT	2018/01/01	2020/12/31	0	156.130,39							6.000,00						
3.3.1.4.	0102/070413	86646	2018/162	Proteção Rodoviária	OUTRA	100.0	90.0	DACT	2018/01/01	2020/12/31	0	156.130,39							6.000,00						
3.3.1.4.	0102/070413	86647	2018/163	Proteção Rodoviária	OUTRA	100.0	90.0	DACT	2018/01/01	2020/12/31	0	156.130,39							6.000,00						
3.3.1.4.	0102/070413	86648	2018/164	Proteção Rodoviária	OUTRA	100.0	90.0	DACT	2018/01/01	2020/12/31	0	156.130,39							6.000,00						
3.3.1.4.	0102/070413	86649	2018/165	Proteção Rodoviária	OUTRA	100.0	90.0	DACT	2018/01/01	2020/12/31	0	156.130,39							6.000,00						
3.3.1.4.	0102/070413	86650	2018/166	Proteção Rodoviária	OUTRA	100.0	90.0	DACT	2018/01/01	2020/12/31	0	156.130,39							6.000,00						
3.3.1.4.	0102/070413	86651	2018/167	Proteção Rodoviária	OUTRA	100.0	90.0	DACT	2018/01/01																

A TRANSPORTAR

OBJETIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/NUMERO DO PROJ. AÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	PONTE DE FINANCIAMENTO			DATAS		REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)						TOTAL PREVISTO							
					AC	AA	PC	RESPON. SATEL	INICIO	FIM	EX	PAGAM. ATÉ 1-OCT-2019	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE			OUTROS					
														TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2021		2022		2023				
4.2.	0102/00050100	07101	2010 120	Conservação e Restauro da Estrada do Centro de Saúde de Candeia							1.161.320,00		4.933.450,00	4.933.445,00	5,00				2.857.400,00	721.250,00	333.000,00	2.677.600,00	12.684.020,00		
4.2.	0102/00050100	072	2010 120	Atividade de							0.162,00		24.562,00	24.562,00										33.124,00	
4.2.	0103/090006	07201	2010 129	Realização do Capital Social do Fundo de Apoio Municipal	OUTRA	100.0		DAF	2010/01/01 2020/12/31/11.5	0.162,00		0.162,00	0.162,00												16.324,00
4.2.	0103/09070029	07202	2010 130	Empresa Intermunicipal de Águas do Distrito Norte	OUTRA	100.0		DAF	2010/01/01 2020/12/31/11.2				16.800,00	16.800,00											16.800,00
4.2.	0103/09070029	070	2010 130	Transferência de Capital entre Administrações	OUTRA	100.0		DAF	2010/01/01 2020/12/31/11.2				7.800,00	7.800,00											7.800,00
4.2.	0102/00050101	07005	2010 7	Transferência de Capital/Municípios	OUTRA	100.0		CM	2010/01/01 2020/12/31/11.9				7.800,00	7.800,00											7.800,00
TOTAL GERAL ...										1.169.492,00		4.966.212,00	4.966.212,00		2.857.400,00	721.250,00	333.000,00	2.677.600,00	12.724.916,00						

ANEXO DE INSCRIÇÃO

- 0 - NÃO INSCRIÇÃO
- 1 - COM PROPOSTA TÉCNICA
- 2 - ANUNCIADA
- 3 - INSCRIÇÃO FÍSICA ATÉ 50%
- 4 - INSCRIÇÃO FÍSICA SUPERIOR A 50%
- 5 - DESPESA CONTÍNUA
- 9 - CONCLUÍDA
- P -

O Presidente do Órgão Executivo

de

de

de

de

O Órgão Executivo

de

de

de

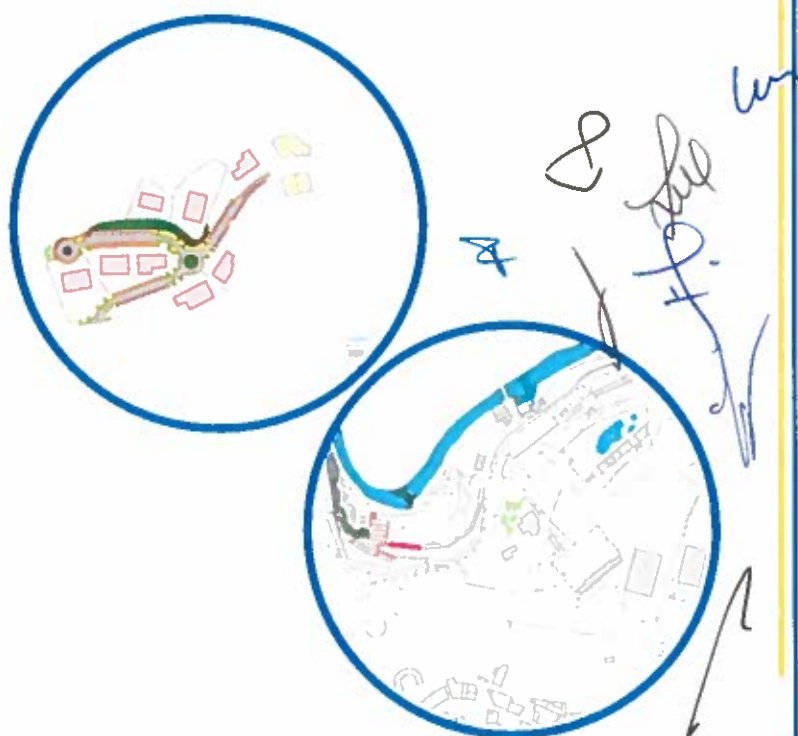
de

CRISTINA SODOL DE ALMEIDA GUTOWSKI

Presidente Comiss. -
 Fases -

Presidente Comiss. -
 Fases -

DOCUMENTOS RESUMO 2020



RESUMO DO ORÇAMENTO

ENTIDADE
MUNICIPIO DE MESÃO FRIO

DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2020

RECEITAS	MONTANTE	DESPESAS	MONTANTE
Correntes	7.199.795,00	Correntes	6.702.288,00
De capital	4.470.205,00	De capital	4.967.712,00
Total	11.670.000,00	Total	11.670.000,00
Serviços Municipalizados		Serviços Municipalizados	
Total Geral	11.670.000,00	Total Geral	11.670.000,00

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'S' and various scribbles.

ENTIDADE	RESUMO DAS RECEITAS E DAS DESPESAS	APROVAÇÕES :
MMF		Executivo <u> / / </u>
		Deliberativo <u> / / </u>

DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2020

RECEITAS	MONTANTE	%
RECEITAS CORRENTES		
01 IMPOSTOS DIRECTOS	367.800,00	3.2
02 IMPOSTOS INDIRECTOS	45.100,00	0.4
03 CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL, A CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES E A ADSE		
04 TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	142.900,00	1.2
05 RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	613.900,00	5.3
06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.432.345,00	38.0
07 VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	653.750,00	5.6
08 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	944.000,00	8.1
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	7.199.795,00	61.7
RECEITAS DE CAPITAL		
09 VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	18.100,00	0.2
10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.539.281,00	30.3
11 ACTIVOS FINANCEIROS	200.000,00	1.7
12 PASSIVOS FINANCEIROS	4.824,00	0.0
13 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	708.000,00	6.1
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	4.470.205,00	38.3
TOTAL GERAL	11.670.000,00	100.0

DESPESAS	MONTANTE	%
DESPESAS CORRENTES		
01 DESPESAS COM O PESSOAL	3.462.023,00	29.7
02 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	2.677.745,00	22.9
03 JUROS E OUTROS ENCARGOS	122.000,00	1.0
04 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	358.820,00	3.1
05 SUBSÍDIOS		
06 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	81.700,00	0.7
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	6.702.288,00	57.4
DESPESAS DE CAPITAL		
07 AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	4.371.840,00	37.5
08 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	78.310,00	0.7
09 ACTIVOS FINANCEIROS	24.962,00	0.2
10 PASSIVOS FINANCEIROS	491.100,00	4.2
11 OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	1.500,00	0.0
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	4.967.712,00	42.6
TOTAL GERAL	11.670.000,00	100.0

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'u' at the top right, a signature 'J' in the middle, and a signature 'P.' at the bottom right.

ENTIDADE MUNICIPIO DE MESÃO FRIO	ORÇAMENTO DA DESPESA (POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA)	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2020
-------------------------------------	---	----------------------------------

PÁGINA : 1

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	MONTANTE
	DESPESAS CORRENTES	6.702.288,00
01	DESPESAS COM O PESSOAL	3.462.023,00
01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	2.398.675,00
01.01.01	TITULARES DE ÓRGÃOS DE SOBERANIA E MEMBROS DE ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS	63.000,00
01.01.04	PESSOAL DOS QUADROS- REGIME DO CONTRATO INDIVIDUAL DO TRABALHO	1.717.005,00
01.01.04.01	PESSOAL EM FUNÇÕES	1.655.000,00
01.01.04.02	ALTERAÇÕES OBRIGATÓRIAS DE POSICIONAMENTO REMUNERATÓRIO	5,00
01.01.04.04	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO	62.000,00
01.01.06	PESSOAL CONTRATADO A TERMO	5,00
01.01.06.04	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO	5,00
01.01.07	PESSOAL EM REGIME DE TAREFA OU AVENÇA	58.100,00
01.01.08	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO	5.000,00
01.01.09	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	5,00
01.01.11	REPRESENTAÇÃO	19.400,00
01.01.11.01	MEMBROS DOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS	17.000,00
01.01.11.02	PESSOAL EM REGIME DE CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO	2.400,00
01.01.13	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO	207.355,00
01.01.13.01	PESSOAL EM REGIME DE CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO	205.000,00
01.01.13.03	MEMBROS DOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS	2.350,00
01.01.13.04	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	5,00
01.01.14	SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E NATAL	295.805,00
01.01.14.01	PESSOAL EM REGIME DE CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO	285.000,00
01.01.14.03	MEMBROS DOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS	10.800,00
01.01.14.04	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	5,00
01.01.15	REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE / PATERNIDADE	33.000,00
01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	56.455,00
01.02.02	HORAS EXTRAORDINÁRIAS	15.250,00
01.02.04	AJUDAS DE CUSTO	5.200,00
01.02.05	ABONO PARA FALHAS	8.000,00
01.02.12	INDMNIZAÇÕES POR CESSAÇÃO DE FUNÇÕES	5,00
01.02.13	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÊMIOS	28.000,00
01.02.13.03	SENHAS DE PRESENÇA	28.000,00
01.03	SEGURANÇA SOCIAL	1.006.893,00
01.03.01	ENCARGOS COM A SAÚDE	72.000,00
01.03.03	SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS	7.000,00
01.03.04	OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES	1.300,00
01.03.05	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL	866.593,00
01.03.05.01	ASSISTÊNCIA NA DOENÇA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS (ADSE)	131.000,00
01.03.05.02	SEGURANÇA SOCIAL DO PESSOAL EM REGIME DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS (RCTFP)	727.093,00
01.03.05.02.01	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES	364.100,00
01.03.05.02.02	SEGURANÇA SOCIAL- REGIME GERAL	362.993,00
01.03.05.03	OUTROS	8.500,00
01.03.06	ACIDENTES EM SERVIÇOS E DOENÇAS PROFISSIONAIS	5.000,00
01.03.09	SEGUROS	55.000,00
01.03.09.01	SEGUROS DE ACIDENTES E DOENÇAS PROFISSIONAIS	55.000,00
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	2.677.745,00
02.01	AQUISIÇÃO DE BENS	887.634,00
02.01.01	MATÉRIAS-PRIMAS E SUBSIDIÁRIAS	22.500,00
02.01.02	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	134.700,00
02.01.02.01	GASOLINA	5.500,00
02.01.02.02	GASÓLEO	62.800,00
02.01.02.99	OUTROS	66.400,00
02.01.03	MUNIÇÕES, EXPLOSIVOS E ARTIFÍCIOS	4.500,00
02.01.04	LIMPEZA E HIGIENE	28.000,00
02.01.05	ALIMENTAÇÃO- REFEIÇÕES CONFECCIONADAS	31.700,00
02.01.06	ALIMENTAÇÃO- GÉNEROS PARA CONFECCIONAR	110.240,00
02.01.07	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS	11.200,00

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	MONTANTE
02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	34.040,00
02.01.10	PRODUTOS VENDIDOS NAS FARMÁCIAS	1.000,00
02.01.11	MATERIAL DE CONSUMO CLÍNICO	1.000,00
02.01.12	MATERIAL DE TRANSPORTE- PEÇAS	38.000,00
02.01.14	OUTRO MATERIAL- PEÇAS	4.000,00
02.01.15	PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS	10.500,00
02.01.16	MERCADORIAS PARA VENDA	290.000,00
02.01.16.01	ÁGUA	290.000,00
02.01.17	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	7.000,00
02.01.18	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	1.000,00
02.01.19	ARTIGOS HONORÍFICOS E DE DECORAÇÃO	3.000,00
02.01.20	MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO	27.600,00
02.01.21	OUTROS BENS	127.654,00
02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	1.790.111,00
02.02.01	ENCARGOS DE INSTALAÇÕES	480.000,00
02.02.02	LIMPEZA E HIGIENE	12.000,00
02.02.03	CONSERVAÇÃO DE BENS	3.000,00
02.02.05	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE INFORMÁTICA	5,00
02.02.06	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE TRANSPORTE	11.000,00
02.02.08	LOCAÇÃO DE OUTROS BENS	5,00
02.02.09	COMUNICAÇÕES	39.740,00
02.02.10	TRANSPORTES	27.950,00
02.02.11	REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS	3.500,00
02.02.12	SEGUROS	40.950,00
02.02.13	DESLOCAÇÃO E ESTADAS	10.140,00
02.02.14	ESTUDOS, PARCERES, PROJECTOS E CONSULTADORIA	160.700,00
02.02.15	FORMAÇÃO	7.500,00
02.02.16	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES	3.500,00
02.02.17	PUBLICIDADE	13.500,00
02.02.19	ASSISTÊNCIA TÉCNICA	227.500,00
02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS	376.820,00
02.02.24	ENCARGOS DE COBRANÇA DE RECEITAS	10.000,00
02.02.25	OUTROS SERVIÇOS	362.301,00
03	JUROS E OUTROS ENCARGOS	122.000,00
03.01	JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA	51.500,00
03.01.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS- BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	51.500,00
03.01.03.01	EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO	4.000,00
03.01.03.02	EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO	47.500,00
03.01.03.02.01	CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS	2.000,00
03.01.03.02.02	BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.	2.000,00
03.01.03.02.03	BANCO PORTUGUÊS DE INVESTIMENTOS- BPI	500,00
03.01.03.02.05	MILLENNIUM-BCP	2.000,00
03.01.03.02.06	CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO,CRL	41.000,00
03.05	OUTROS JUROS	69.000,00
03.05.02	OUTROS	69.000,00
03.05.02.02	JUROS DE MORA	50.000,00
03.05.02.99	OUTROS	19.000,00
03.06	OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS	1.500,00
03.06.01	OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS	1.500,00
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	358.820,00
04.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	171.215,00
04.05.01	CONTINENTE	171.215,00
04.05.01.02	FREGUESIAS	3.000,00
04.05.01.04	ASSOCIAÇÃO DE MUNICIPIOS	44.805,00
04.05.01.08	OUTROS	123.410,00
04.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	152.105,00
04.07.01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	152.105,00
04.08	FAMÍLIAS	35.500,00
04.08.02	OUTRAS	35.500,00
04.08.02.02	OUTRAS	35.500,00
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	81.700,00
06.02	DIVERSAS	81.700,00
06.02.01	IMPOSTOS E TAXAS	73.200,00

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	MONTANTE
06.02.01.01	IMPOSTOS E TAXAS PAGOS PELA AUTARQUIA	68.200,00
06.02.01.01.01	TAXA DE GESTÃO DE RESÍDUOS - TGR	60.000,00
06.02.01.01.99	OUTRAS	8.200,00
06.02.01.02	RESTITUIÇÕES DE IMPOSTOS OU TAXAS COBRADAS	5.000,00
06.02.03	OUTRAS	8.500,00
06.02.03.01	OUTRAS RESTITUIÇÕES	1.500,00
06.02.03.02	IVA PAGO	5.000,00
06.02.03.05	OUTRAS	2.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	4.967.712,00
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	4.371.840,00
07.01	INVESTIMENTOS	3.161.395,00
07.01.01	TERRENOS	5,00
07.01.02	HABITAÇÕES	31.705,00
07.01.02.03	REPARAÇÃO E BENEFICIAÇÃO	31.705,00
07.01.03	EDIFÍCIOS	898.505,00
07.01.03.01	INSTALAÇÕES DE SERVIÇOS	342.005,00
07.01.03.02	INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS	494.000,00
07.01.03.05	ESCOLAS	15.000,00
07.01.03.07	OUTROS	47.500,00
07.01.04	CONSTRUÇÕES DIVERSAS	1.654.560,00
07.01.04.01	VIADUTOS,ARRUAMENTOS E OBRAS COMPLEMENTARES	80.005,00
07.01.04.04	ILUMINAÇÃO PUBLICA	15,00
07.01.04.06	INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS	5.000,00
07.01.04.12	CEMITÉRIOS	3.005,00
07.01.04.13	OUTROS	1.566.535,00
07.01.06	MATERIAL DE TRANSPORTES	105.000,00
07.01.06.02	OUTROS - AQUISIÇÃO/REPARAÇÃO DO MATERIAL DE TRANSPORTE	105.000,00
07.01.07	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	33.700,00
07.01.08	SOFTWARE INFORMÁTICO	20.805,00
07.01.09	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	24.300,00
07.01.10	EQUIPAMENTO BÁSICO	146.000,00
07.01.10.02	OUTROS	146.000,00
07.01.11	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	3.000,00
07.01.12	ARTIGOS E OBJECTOS DE VALOR	17.605,00
07.01.15	OUTROS INVESTIMENTOS	226.210,00
07.03	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	1.210.445,00
07.03.02	EDIFÍCIOS	4.000,00
07.03.02.02	INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS	4.000,00
07.03.03	OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS	1.206.445,00
07.03.03.02	SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS	16.030,00
07.03.03.04	ILIMINAÇÃO PUBLICA	330.010,00
07.03.03.05	PARQUES E JARDINS	12.000,00
07.03.03.07	CAPTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	13.000,00
07.03.03.08	VIAÇÃO RURAL	805.405,00
07.03.03.09	SINALIZAÇÃO E TRÂNSITO	28.000,00
07.03.03.13	OUTROS	2.000,00
08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	78.310,00
08.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	78.310,00
08.05.01	CONTINENTE	78.310,00
08.05.01.01	MUNICIPIOS	7.800,00
08.05.01.02	FREGUESIAS	63.000,00
08.05.01.04	ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS	1.000,00
08.05.01.08	OUTROS	6.510,00
09	ACTIVOS FINANCEIROS	24.962,00
09.07	ACÇÕES E OUTRAS PARTICIPAÇÕES	16.800,00
09.07.08	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LOCAL- CONTINENTE	16.800,00
09.07.08.09	OUTROS ACTIVOS	16.800,00
09.08	UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO	8.162,00
09.08.06	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL- SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	8.162,00
10	PASSIVOS FINANCEIROS	491.100,00
10.06	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS	491.100,00
10.06.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS- BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	491.100,00
10.06.03.01	CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS	224.000,00

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	MONTANTE
10.06.03.02	BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.	2.100,00
10.06.03.03	BANCO PORTUGUÊS DE INVESTIMENTOS - BPI	38.000,00
10.06.03.05	MILLENNIUM BCP	31.000,00
10.06.03.06	CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUA DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO, CRL	196.000,00
11	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	1.500,00
11.02	DIVERSAS	1.500,00
11.02.99	OUTRAS	1.500,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS		11.670.000,00

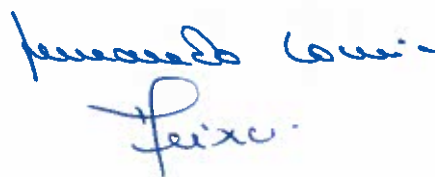
Em ____ de ____ de ____



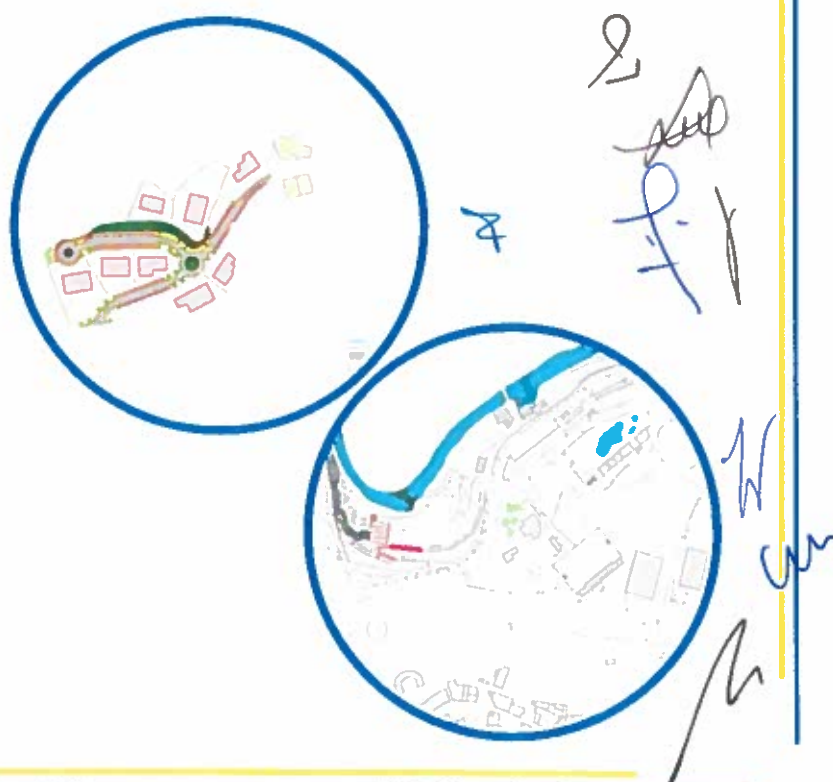
Em ____ de ____ de ____



 CRISTINA ISABEL DE ALMEIDA GLEDO RUIZ




MAPA DOS ENCARGOS ANUAIS - EMLP 2020





EMPRÉSTIMOS MAPA DOS ENCARGOS ANUAIS

Município de Mesão Frio

Município de Mesão Frio																	
Caracterização do Empréstimo	Aprovação pela AM/AF	Data de contratação do empréstimo	Prazo do contrato	Anos decorridos	Anos que faltam	Visto do TC		Finalidade do empréstimo (c)	Capital		Taxa de Juro		Encargos do ano			Obs	
						N.º do Registo	Data		Contratado	Utilizado	Inicial %	Actual %	Amortização	Juros	Total		Juros de Mora
Média e longo prazo (b)																2020	
CGDI Diversas obras Aquisição de terrenos p/a Constr. da Zona de Lazer e de Habitação Social em Vila Marim, Barqueiros e Sede da Concelho PMU462000377091	00.04.28	00.09.18	20	20	-	2066	00.07.20	N	448 918,11 €	432 956,57 €	4,760%	0,000%	20 407,99 €	- €	20 407,99 €	-	
CGDI Diversas Obras Rede de Esgotos de Vila Marim Zona de Lazer de Mesão Frio Arranjos Exteriores -2ª Fase Const.Zona de Lazer -2ª fase (Piscina e Praia Fluvial) PMU462000388691	01.02.28	01.07.16	20	19	1	1524	01.07.05	I	598 557,48 €	598 557,48 €	5,080%	0,209%	38 178,92 €	78,22 €	38 257,14 €	-	38 220,15 €
CGDI/Financ. das obras de recuperação da rede viária municipal e reconst. de muros de suporte - Intermunicipais PMU462000407691	01.04.27	01.07.16	20	19	1	1778	01.06.04	I	897 836,21 €	897 836,21 €	5,080%	0,209%	53 717,27 €	55,02 €	53 772,29 €	-	53 746,29 €
A transportar								-	1 945 311,80 €	1 929 350,26 €	-	-	112 304,18 €	131,24 €	112 437,42 €	-	91 966,44 €

(a) As colunas serão preenchidas quando se justifique.

(b) A designação por empréstimos bancários, por obrigações, outros empréstimos e por entidade.

(c) Utilizar "I", se estiver dentro do limite de endividamento, indicando a legislação aplicável, e "N", no caso contrário.

O Órgão Executivo,

Em 10 de outubro de 2019

António
Célia da Silva
Célia da Silva
Célia da Silva

Órgão Deliberativo,

Em 3 de 12 de 2019

António
Célia da Silva
Célia da Silva
Célia da Silva



EMPRÉSTIMOS MAPA DOS ENCARGOS ANUAIS

Município de Mesão Frio

Caracterização do Empréstimo	Data da Aprovação pela AM/AF	Data de contratação do empréstimo	Prazo do contrato	Anos decorridos	Anos que faltam	Visto do TC N.º do Registro	Finalidade do empréstimo (e)	Contratado	Utilizado	Taxa de Juro		Amortização	Encargos do ano		Juros de Mora	Obs
										Inicial %	Actual %		Juros	Total		
Transporte								1 945 311,80 €	1 939 350,26 €			112 304,18 €	133,24 €	112 437,42 €		2020 Divida em 31 de Dezembro
Médio e longo prazo (b) CGD/Medem - Intermédios pr 0462000406891	01.04.27	01.07.16	20	19	1	1778	I	598 557,48 €	598 557,48 €	5,080%	0,171%	38 235,39 €	25,71 €	38 261,10 €	-	25 501,03 €
CGD/Liquidação da dívida à SEM, Const.Polidesportivo e sua envolvente, Const.Polivalente de Vila Marim e Pav. Acesso à Zona de Lazer pr 9140013132891	04.04.29	04.05.17	20	16	4	1075	N	318 420,00 €	318 420,00 €	2,920%	0,430%	20 759,55 €	250,57 €	21 010,07 €	-	73 128,36 €
CGD/Obras de recuperação urba. no lugar da Vila-Barqueiros Recup.Quinta Sotio Mayor Const.Muro Suporta Ventuzelas Paviment.estrada Cidadelhe Posto transformação P.º 9015004314691	05.04.29	05.06.17	20	15	5	1201	N	349 757,00 €	349 757,00 €	2,485%	0,000%	21 882,72 €	0,00 €	21 882,72 €	-	98 472,00 €
CGD/Recuperação Urbanística Vila Barqueiros e Quinta Sotio Mayor- Const.L-Poliv. Via Marim Polidesportivo, Zona de Lazer Pavimentia. Estrada Cidadelhe Const.Rede Águas e Esgotos de Vila Marim, Pavimentação do Acesso Zona de Lazer, Repavim. Estradas Municipais, Brunhais/ Meinhoto - Granja/Oliveira P.º 9015004815691	06.04.27	06.05.12	20	14	6	985/06	N	442 591,00 €	442 591,00 €	3,2900%	0,000%	26 873,04 €	0,00 €	26 873,04 €	-	147 801,56 €
CGD/Contrapartida Nacional de Pro- jetos cofinanciados pelo FEDER-PARU (P.º 0462.002496.491)	18.06.30	19.02.28	20	1	19	2366/18	I	48 450,00 €	48 450,00 €	1,500%	1,500%	2 422,46 €	691,15 €	3 113,61 €		44 210,61 €
A transportar							-	3 703 087,28 €	3 687 125,74 €	-	-	222 477,34 €	1 100,62 €	223 577,96 €	-	481 080,00 €

(a) As colunas serão preenchidas quando se justificar.
(b) A designar por empréstimos bancários, por obrigações, outros empréstimos e por entidade.
(c) Utilizar (N), se estiver dentro do limite de endividamento, indicando a legislação aplicável, e (M), no caso contrário.

O Órgão Executivo,
Em de outubro de 2019
[Assinatura]
Câmara Municipal de Mesão Frio

Órgão Deliberativo,
Em de 12 de 2019
[Assinatura]
Junta de Freguesia de Mesão Frio



EMPRÉSTIMOS MAPA DOS ENCARGOS ANUAIS

Município de Mesão Frio

Caracterização do Empréstimo	Data de Aprovação pela AM/AF	Data de contratação do empréstimo	Prazo do contrato	Anos decorridos	Anos que faltam	Visto do TC Nº do Registro	Finalidade do empréstimo (c)	Capital		Taxa de Juro		Amortização	Juros	Total	Juros de Mora	Divida em 31 de Dezembro	Obs
								Contratado	Utilizado	Inicial %	Actual %						
Transporte								3 703 087,28 €	3 687 125,74 €			222 477,34 €	1 100,62 €	233 577,96 €		481 080,00 €	
Médio e longo prazos (b)																	
BPW Construção do Muro de Ventuzelas, pavimentação Estrada Cidade-line Posto de Transform.Zona de Lazer P=1913343830008	05.09.28	05.12.27	20	15	5	2731	N	124 662,00 €	124 662,00 €	2,437%	0,000%	7 642,56 €	- €	7 642,56 €	-	38 849,91 €	
Rede de Esgotos e Águas - Vila Marim P=1913343830005	03.06.26	03.09.12	20	17	3	1930	N	287 989,00 €	287 989,00 €	3,050%	0,420%	18 710,75 €	260,41 €	18 971,16 €	-	53 423,61 €	
BPW Iluminação Pública (Abraçadeiras e braços) (P=1913343830006)	03.11.20	03.12.12	20	17	3	2928	N	39 970,00 €	39 970,00 €	3,012%	0,386%	2 616,44 €	36,04 €	2 652,48 €	-	8 128,63 €	
A transportar								4 155 708,28 €	4 139 746,74 €			251 447,09 €	1 397,07 €	252 844,16 €	-	581 482,15 €	

(a) As colunas serão preenchidas quando se justifique.

(b) A designação por empréstimos bancários, por obrigações, outros empréstimos e por entidade.

(c) Utilizar (N), se estiver tanto do limite de endividamento, indicando a legislação aplicável, e (N), no caso contrário.

O Órgão Executivo,

Em 12 de outubro de 2019

António Martins
Presidente da Câmara Municipal

Órgão Deliberativo,

Em 3 de 12 de 2019

António Silva
Presidente da Câmara Municipal



EMPRÉSTIMOS MAPA DOS ENCARGOS ANUAIS

Município de Mêsão Frio

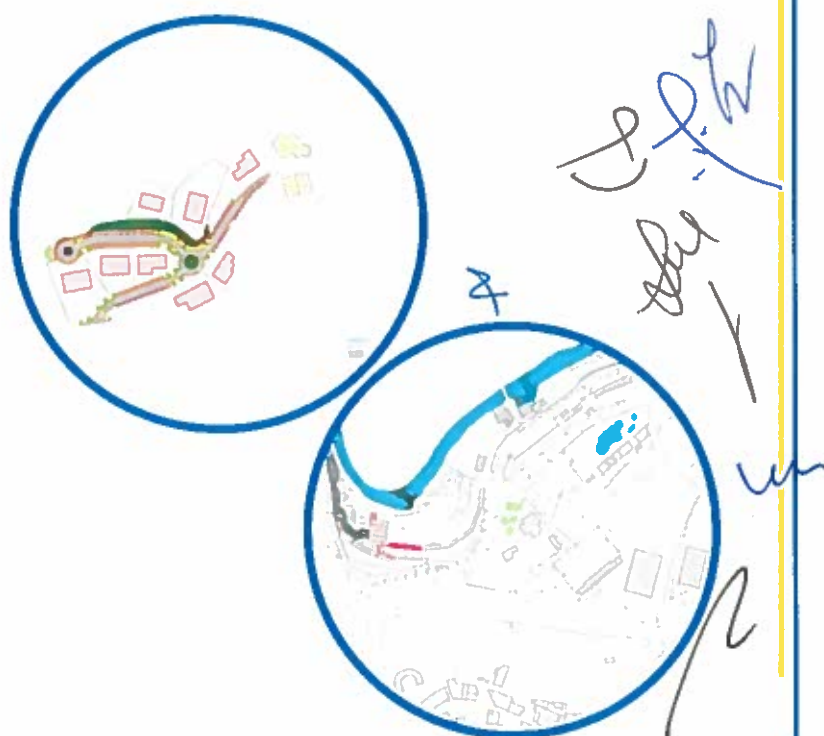
Caracterização do Empréstimo	Data de Aprovação pela AM/AF	Data de contratação do empréstimo	Prazo do contrato	Anos decorridos	Anos que faltam	Voto do TC	Finalidade do empréstimo (c)	Capital		Taxa de Juro		Amortização	Encargos do ano			Obs
								Contratado	Utilizado	Inicial %	Atual %		Juros	Total	Juros de Mora	
Transporte Médio e longo prazo (b)								4.135.704,38 €	4.139.746,74 €			251.441,09 €	1.391,07 €	252.844,16 €		2020 Divida em 31 de Dezembro 581.482,15 €
BPM/Contribuição de Infraestruturas Ligamento da Quilha e Reparação e Melhoramento do Edifício dos Paços do Concelho, 3.ª fase (PM 013343800032)	06.09.29	06.12.19	20	14	6	1886	N	124.934,00 €	124.934,00 €	3,818%	0,000%	7.510,08 €	0,00 €	7.510,08 €	-	43.685,94 €
BCE/Encargos não fixos com os Ombres de Reparação dos projetos resultantes das intervenções entre Nov. 2000a Jan. 2001 (PM 97219341/295703541)	02.11.25	03.03.12	20	17	3	3307	I	288.517,80 €	288.517,80 €	4,470%	0,931%	19.266,69 €	976,39 €	20.243,28 €	-	48.400,42 €
BCE/Constr. Zona Lazer - 2ª fase Condição da Piscina (PM 0080131)	02.11.02	03.03.12	20	17	3	3306	I	70.000,00 €	70.000,00 €	4,460%	0,931%	4.645,04 €	257,80 €	4.902,84 €	-	13.312,26 €
BCE/PALELELISMO - Financiamento para a Construção/Auditoria Municipal (PM 21674801)	06.09.29	06.12.20	20	14	6	1892	I	96.300,00 €	96.300,00 €	3,473%	-0,246%	5.664,72 €	44,64 €	5.709,36 €	-	33.043,96 €
CC/Aluguer-Consórcio Centro Escolar de Mêsão Frio (PM 904847778)	08.12.29	09.04.27	20	11	9	317	I	601.023,00 €	601.023,00 €	3,732%	0,495%	35.693,96 €	1.782,63 €	37.476,61 €	-	320.462,81 €
CC/AMTAD-Liquidção Antecipada do Empréstimo Saneamento Financeiro (PM 56083251008)	17.04.03	17.06.29	20	3	17	1711	N	2.911.158,93 €	2.911.158,93 €	1,250%	1,250%	133.022,53 €	31.361,87 €	164.384,40 €	-	2.452.757,49 €
CC/AMTAD-Contrapartida Nacional de Trés Projéctos Colaborados pelo FEDER, no âmbito do Quadro de Compromisso de PARU (P = 56084238271)	17.04.03	17.12.21	20	2	18	1712	I	72.207,00 €	71.343,15 €	1,250%	1,250%	3.271,93 €	801,69 €	4.073,64 €	-	62.339,25 €
Banco Santander Trés-Contrapartida Nacional Colaborados pelo FEDER -Contribuição do Interesses em Mêsão Frio	18.06.30	18.10.18	20	1	19	2360	I	47.988,88 €	47.988,88 €	2,500%	2,500%	1.904,63 €	1.146,83 €	3.051,46 €	-	44.840,70 €
								8.367.437,89 €	8.350.612,50 €	-	-	462.429,69 €	37.969,16 €	500.398,85 €	-	3.602.347,88 €

Ata do Conselho de Administração, quando se justificar.
Ata do Conselho de Administração, quando se justificar.
Ata do Conselho de Administração, quando se justificar.
Ata do Conselho de Administração, quando se justificar.

O Órgão Executivo,
Em 12 de outubro de 2019
António Martins
Presidente do Conselho

O Órgão Deliberativo,
Em 12 de 2019
António Martins
Presidente do Conselho

PROPOSTAS ANEXAS 2020





[Handwritten signature]



Município de Mesão Frio

CÂMARA MUNICIPAL

PROPOSTA**“Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais de Mesão Frio****Tabela de Taxas – Anexo I****Atualização para 2020”**

As taxas das autarquias locais são tributos que assentam na prestação de um serviço público local, na utilização privada de bens de domínio público e privado das autarquias locais ou na remoção de obstáculos jurídicos aos comportamentos dos particulares, quando tal seja competência dos entes públicos, cfr artigo 3.º do Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais.

Aos municípios é assim conferido o poder de criação de taxas, salvaguardando-se que a sua criação está subordinada aos princípios da equivalência jurídica, da justa repartição dos encargos públicos e da publicidade, e que deverão incidir sobre utilidades prestadas aos particulares, geradas pela atividade dos municípios ou resultantes da realização de investimentos municipais, dentro das suas atribuições e competências, nos termos do n.º 1 e 2 do artigo 20.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, aprovado em anexo à Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual, doravante designado por RFLAEI.

Nesse sentido e tendo os princípios vertidos no Regime Geral das Taxas nas Autarquias Locais, foi elaborada o Regulamento de Liquidação e Cobrança das Taxas Municipais de Mesão Frio (Regulamento Municipal n.º 5/2014), doravante designado por RLCTM, onde fez, entre outros, consagrar regras especificamente orientadas para a realidade tributária local, ao estatuir incidências objetivas e subjetivas dos vários tributos, com o consequente reforço das garantias dos sujeitos passivos das respetivas relações jurídico-tributárias.

A conjugação destas duas disposições legais veio dotar a autarquia de outras figuras e instrumentos para a prossecução das suas políticas públicas locais, em áreas tão diversas quanto a proteção e apoio social, o ordenamento do território, educação e cultura, o fomento económico ou a defesa do ambiente, atento a que as taxas são consideradas no termos do artigo 14.º do RFAEI, receitas municipais.

Tendo em conta estes princípios fiscais e concretamente o vertido no n.º 1 do artigo 5.º do RLCTM, os valores monetários associadas às taxas a cobrar pelos serviços prestados, devem ser atualizadas, anualmente em função da oscilação da taxa de inflação por aplicação do Índice de Preços no Consumidor, sem habitação, publicada pelo Instituto Nacional de Estatística.



Município de Mesão Frio

CÂMARA MUNICIPAL

A variação média dos últimos doze meses situou-se em 0,38%, conforme publicação no site www.ine.pt - Estatística - Preços - Principais Quadros - Índice de Preços no Consumidor (Taxas de variação - Base 2012), pelo que as taxas deverão ser atualizadas tendo em conta esse indicador de inflação.

Face ao exposto proponho à Câmara Municipal que, nos termos do n.º 5 do artigo 5.º, do RLCTM, conjugado com o disposto na alínea e) do artigo 14.º do RFALEI, analise e submeta à aprovação da Assembleia Municipal a atualização do Anexo I - Tabela de Taxas de acordo o valor da taxa de inflação de 0,38%, que faz parte integrante desta proposta e cujos efeitos ocorrerão a 01/01/2020.

Mesão Frio, 25 de outubro de 2019

O Presidente da Câmara Municipal,

(Alberto Monteiro Pereira, Dr.)

ARTIGO	NÚMERO	ALÍNEA	SUB-ALÍNEA	DESCRIÇÃO/DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA
--------	--------	--------	------------	--	------

CAPÍTULO I

SERVIÇOS, ACTIVIDADES E LICENCIAMENTOS DIVERSOS

SECÇÃO I

SERVIÇOS COMUNS

ARTIGO	NÚMERO	ALÍNEA	SUB-ALÍNEA	DESCRIPTIVO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA
1.º				Taxas a cobrar pela prestação dos seguintes serviços e a emissão dos seguintes documentos	
	1			Serviços de âmbito geral	
		a)		Alvarás não especialmente contemplados na presente tabela, excepto os de nomeação ou de exoneração nos termos do art.º 94.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro com a redacção introduzida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro	66,21 €
		b)		Atestados ou documentos análogos e suas confirmações - cada	17,59 €
		c)		Autos ou termos de qualquer espécie - cada	14,48 €
		d)		Segundas-vias de documentos de acordo com a aceção do art.º 369.º e n.º 1 do art.º 370.º do Código Civil, fazendo prova plena, nos termos do art.º 371.º do mesmo Código	15,51 €
		e)		Outros serviços ou actos de natureza burocráticos não especialmente previstos nesta tabela ou em legislação especial - cada	17,59 €
		f)		Confiança de processos, requerida por advogado para exame no seu escritório - por cada processo:	
			i)	Por período de 48 horas ou fracção	15,51 €
			ii)	Por cada período de 24 horas além do referido no número anterior	15,51 €
		g)		Licença concedida nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 139/89, de 28 de abril - Acções de destruição do revestimento vegetal que não tenham fins agrícolas	
			i)	Com fins de arborização, utilizando espécies de crescimento rápido, por hectare	49,67 €
			ii)	Com fins de arborização utilizando outras espécies, por hectare	49,67 €
			iii)	Para acções de aterros ou escavação que conduzam a alterações do relevo natural e das camadas de solo arável, por cada 100 m2 ou fracção	49,67 €
		h)		Processos de arranque de árvores - por cada	41,38 €
		i)		Emissão de pareceres não expressamente previstos na presente tabela	15,51 €
		j)		Passagem de declarações para fins diversos, cada	14,48 €
			i)	Se obrigar a deslocação, acresce	24,83 €
		k)		Pesquisa de Documentos, sem fins académicos ou científicos, no Arquivo Municipal (Buscas)	9,31 €
		l)		Registo de Cidadãos Estrangeiros da União Europeia nos termos dos artigos n.º 14.º e 29.º da Lei n.º 37/2006, de 9 de agosto e da Portaria n.º 1334-D/2010, de 31 de dezembro	
			i)	Emissão de Certificado	7,40 €
			ii)	Segunda via de certificado, em caso de extravio, roubo ou deteriorização	7,91 €
			iii)	Realização de serviço externo nos termos do n.º 2 do art.º 7.º da Portaria n.º 1334-D/2010, de 31 de dezembro	36,22 €



ARTIGO	NÚMERO	ALÍNEA	SUB-ALÍNEA	DESCRIÇÃO/DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA
		m)		Averbamento de processo ou alvará em nome de novo titular	12,41 €
		n)		Averbamento de novo requerente, comunicante ou detentor de título para todas as operações urbanísticas	12,41 €
		o)		Outros averbamentos não expressamente previstos	12,41 €
	2			Emissões de Certidões	
		a)		Certidões de teor - pela 1.ª página	15,51 €
			i)	Por cada face acresce	0,20 €
		b)		Certidões narrativas - pela 1.ª página	19,65 €
			i)	Por cada face acresce	0,40 €
		c)		Certidões/Declarações de idoneidade (quando sejam da expressa competência do Município), cada	17,59 €
			i)	Por cada face acresce	0,40 €
		d)		Certidão comprovativa de que a edificação foi construída antes da entrada em vigor do RGEU	16,03 €
		e)		Certidão/Declaração de Compropriedade	24,83 €
			i)	Por cada artigo para além do primeiro	5,18 €
		f)		Certidão/Declaração Destaque de Parcela	14,48 €
			i)	Por cada face acresce	0,20 €
		g)		Certidão de não Existência de documentos no Arquivo Municipal	15,51 €
			i)	Por cada face acresce	
		h)		Renovação de teor de certidão	14,48 €
2.ª				Cópias, extractos, reproduções, formulários e outros	
	1			Fotocópias simples de documentos arquivados, em papel A4, pela 1.ª página	4,25 €
		a)		Acresce por cada página	0,20 €
	2			Fotocópias simples de documentos arquivados, em papel A3 - pela 1.ª página	5,18 €
		a)		Acresce por cada página	0,25 €
	3			Fotocópias autenticadas de documentos arquivados, em papel A4, pela 1.ª página, acresce ao valor apurado nos números anteriores	4,25 €
		a)		Acresce por cada página	0,15 €
	4			Fotocópias autenticadas de documentos arquivados, em papel A3 - pela 1.ª página, acresce ao valor apurado nos números anteriores	5,18 €
		a)		Acresce por cada página	0,25 €



ARTIGO	NÚMERO	ALÍNEA	SUB-ALÍNEA	DESCRIÇÃO/DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA
	5			Fornecimento de coordenadas geográficas	
		a)		A partir de cartografia, por cada ponto	2,06 €
		b)		A partir do local por GPS, por cada localização	103,45 €
	6			Cópias heliográficas à peça - papel transparente (VG ou equivalente) por m2	6,20 €
	7			Cópias de cartografia municipal (designadamente extratos de PDM, mapas de ruído, ortofotomapas, cartografia militar)	
		a)		Dimensão A4	10,35 €
		b)		Dimensão A3	12,41 €
		c)		Dimensão A2	20,69 €
		d)		Dimensão A1	31,04 €
		e)		Dimensão A0	41,38 €
	8			Reproduções noutros suportes:	
		a)		Gravação em DVD/R	4,25 €
		b)		Gravação em CD/R	4,25 €
		c)		Reprodução e envio em formato electrónico	4,25 €
		d)		Outros formatos	4,25 €
	9			Fornecimento de avisos (2.ª via ou seguintes), designadamente os previstos nas Portarias n.º 216-C/2008 e 216-F/2008, de 3 de março	6,20 €
	10			Disponibilidade e acesso ao livro de obra em conformidade com o art.º 19.º da Portaria n.º 1268/2008, de 6 de novembro:	
		a)		Em suporte papel	12,68 €
		b)		Em formato electrónico	12,68 €
3.º				Emissão pareceres:	
	1			Emissão de parecer sobre a constituição de compropriedade em prédios rústicos, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto	36,22 €
	2			Outros pareceres	33,10 €
4.º				Termos de Responsabilidade, Pedidos de Exoneração e Substituição de Responsabilidade	
	1			Registo de Termos de Responsabilidade	10,35 €
	2			Pedidos de exoneração de responsabilidade pela execução de obras, quer sejam formuladas pelo dono da obra, quer pelo empreiteiro ou construtor civil, cada:	38,27 €
	3			Pedidos de substituição de responsabilidade Técnica	38,27 €
5.º				Implantações de edifícios, por m2	2,06 €

ARTIGO	NÚMERO	ALÍNEA	SUB-ALÍNEA	DESCRIÇÃO/DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA
6.º				Marcação de alinhamentos e nivelamento de pavimento, por cada 10 metros lineares ou fracção	10,35 €
7.º				Ficha Técnica de Habitação	
	1			Depósito - por cada ficha	14,48 €
	2			Pedido de 2.ª via	14,48 €
8.º				Balcão Único Eletrónico e outras plataformas para submissão eletrónica de permissões administrativas	
	1			Receção de comunicação relativamente a assuntos não especialmente prevista noutros capítulos	10,35 €
	2			Receção da mera comunicação prévia - Apreciação dos elementos instrutórios submetidos via Balcão único eletrónico ou similar relativos a Meras Comunicações Prévias quando não especialmente prevista noutros capítulos	15,51 €
	3			Reapreciação dos elementos instrutórios relativos a Meras Comunicações Prévias quando reenviados na sequência de notificação eletrónica para suprir lacunas ou não conformidades	10,35 €
	4			Pela apreciação de pedidos de comunicação prévia com prazo relativos a pretensões não especialmente previstas noutros capítulos	77,59 €
	5			Pelo cada acesso mediado	7,76 €

SECÇÃO II

OUTROS LICENCIAMENTOS E ACTIVIDADES

SUB-SECÇÃO I

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

ARTIGO	NÚMERO	ALÍNEA	SUB-ALÍNEA	DESCRIPTIVO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA
9.º				Horários de funcionamento	
	1			Pela receção de mera comunicação prévia - Horário de funcionamento, bem como das suas alterações;	15,51 €
	2			Pela apreciação de alterações excepcionais ao horário de funcionamento (prolongamento de horário para além dos limites)	25,87 €

SUB-SECÇÃO II

INSTALAÇÃO E MODIFICAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS

ARTIGO	NÚMERO	ALÍNEA	SUB-ALÍNEA	DESCRIPTIVO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA
10.º				Receção de mera comunicação prévia:	
	1			Instalação e modificação de estabelecimentos de restauração ou bebidas, de comércio de bens, de prestações de serviços ou de armazenagem (Listas A, B e C do anexo I), conforme n.º 1 do art.º 2 do Decreto-Lei n.º 48/2011, 1 de abril;	15,51 €
	2			Instalação e modificação de estabelecimentos de comércio a retalho que disponham de secções acessórias destinadas à realização de operações industriais e enquadradas no tipo 3 (Lista D do anexo I), conforme alínea a) do n.º 2 do art.º 2 do Decreto-Lei n.º 48/2011, 1 de abril;	15,51 €
	3			Instalação e modificação de estabelecimentos de restauração ou de bebidas que disponham de secções acessórias destinadas ao fabrico próprio de pasteleria, panificação, gelados e actividades industriais similares (Tipo 3 ou Tipo 2, com potência eléctrica contratada igual ou inferior a 50 KVA), conforme alínea b do n.º 2 do art.º 2 do Decreto-Lei n.º 48/2011, 1 de abril;	15,51 €
	4			Instalação e modificação de estabelecimentos de restauração ou de bebidas que disponham de secções acessórias destinadas à venda de produtos alimentares (Lista E do Anexo I), conforme alínea b do n.º 2 do art.º 2 do Decreto-Lei n.º 48/2011, 1 de abril;	15,51 €
11.º				Pela apreciação de pedidos de comunicação prévia com prazo para instalação ou modificação de estabelecimentos comerciais, previstos nos n.ºs 1 a 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 48/2011, 1 de abril, quando dependam de dispensa prévia de requisitos legais ou regulamentares aplicáveis às instalações, aos equipamentos e ao funcionamento das actividades económicas a exercer no estabelecimento	77,59 €

SUB-SECÇÃO III



ARTIGO	NÚMERO	ALÍNEA	SUB-ALÍNEA	DESCRIÇÃO/DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA
--------	--------	--------	------------	--	------

INSTALAÇÃO DE COMÉRCIO A RETALHO E POR GROSSO

ARTIGO	NÚMERO	ALÍNEA	SUB-ALÍNEA	DESCRIÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA
12.º				Taxas devidas pelos pedidos e pretensões em que o Município é a entidade coordenadora nos termos da Lei n.º 12/2004, de 30 de março	
	1			As previstas na Portaria n.º 620/2004, de 7 de junho	

SUB-SECÇÃO IV**EXERCÍCIO DA ATIVIDADE DE COMÉRCIO A RETALHO E POR GROSSO NÃO SEDENTÁRIA**

ARTIGO	NÚMERO	ALÍNEA	SUB-ALÍNEA	DESCRIÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA
13.º				Exercício da atividade de comércio a retalho (feirantes e vendedores ambulantes) não sedentário em conformidade com o Lei n.º 27/2013, de 12 de abril	
	1			Atribuição de espaço de venda concedida por tempo determinado	41,38 €
		a)		Terrados Feira Semanal, por m2 e por mês ou fração	1,03 €
		b)		Terrados na Feira Anual, por m2 e por feira	1,81 €
		c)		Terrados coberto na Feira Anual, por m2 e por feira	3,10 €
	2			Autorização para a realização e gestão de feiras por entidades privadas em conformidade com o n.º 3 do art.º 21.º do Lei n.º 27/2013, de 12 de abril	594,85 €
14.º				Exercício de atividade de comércio por grosso não sedentário em conformidade com o Decreto-Lei n.º 173/2012, de 2 de agosto	
	1			Atribuição de espaço de venda concedida por tempo determinado, aplicam-se as taxas previstas no art.º 10.º	41,38 €
	2			Autorização para a realização e gestão de feiras grossistas por entidades privadas em conformidade com o n.º 2 do art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 173/2012, de 2 de agosto	20,69 €
	3			Registo dos comerciantes que exercem a atividade de venda por grosso em feiras na área do respetivo município	12,41 €

SUB-SECÇÃO V**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RESTAURAÇÃO OU DE BEBIDAS COM CARÁTER NÃO SEDENTÁRIO**

ARTIGO	NÚMERO	ALÍNEA	SUB-ALÍNEA	DESCRIÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA
15.º				Pela apreciação de pedidos de Comunicação Prévia com Prazo para a prestação de serviços de restauração ou de bebidas com carácter não sedentário, a realizar, nomeadamente:	25,87 €

SUB-SECÇÃO VI**ABERTURA AO PÚBLICO E INÍCIO DE FUNCIONAMENTO DAS INSTALAÇÕES DESPORTIVAS**

ARTIGO	NÚMERO	ALÍNEA	SUB-ALÍNEA	DESCRIÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA
16.º				Receção de mera comunicação prévia - Abertura ao público e início de funcionamento das instalações desportivas, conforme art.º 18.º do Decreto-Lei n.º 141/2009, de 16 de Junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 110/2012, de 21 de maio;	15,51 €

SUB-SECÇÃO VII**CONTROLO METROLÓGICO**

ARTIGO	NÚMERO	ALÍNEA	SUB-ALÍNEA	DESCRIÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA
17.º				Controlo metrológico dos instrumentos de medição	
	1			As taxas devidas pelo controlo metrológico de instrumentos de medição são publicadas por despacho do Secretário de Estado Adjunto, da Indústria e da Inovação nos termos do art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 291/90 de 20 de setembro.	

SUB-SECÇÃO VIII**INSPEÇÃO A ASCENSORES, MONTACARGAS, ESCADAS MECÂNICAS E TAPETES ROLANTES**

ARTIGO	NÚMERO	ALÍNEA	SUB-ALÍNEA	DESCRIÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA
--------	--------	--------	------------	-----------------------------------	------



ARTIGO	NÚMERO	ALÍNEA	SUB-ALÍNEA	DESCRIÇÃO/DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA
18.º				Taxas devidas pelas inspeções a ascensores, montacargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes, cada	
	1			Inspeções periódicas	186,21 €
	2			Reinspeções	186,21 €
	3			Inspeções extraordinárias	186,21 €
	4			Inquéritos, Peritagens e Selagens	186,21 €

SUB-SECÇÃO IX

COMISSÕES ARBITRAIS MUNICIPAIS

ARTIGO	NÚMERO	ALÍNEA	SUB-ALÍNEA	DESCRIPTIVO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA
19.º				Funcionamento das Comissões Arbitrais Municipais Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro	
	1			Taxa de determinação do coeficiente de conservação	105,51 €
	2			Taxa de definição de obras necessárias para a obtenção de nível de conservação superior	52,76 €
	3			Taxa de submissão de um litígio a decisão da CAM no âmbito da respectiva competência decisória	111,70 €

SUB-SECÇÃO X

SUSTENTABILIDADE LOCAL

ARTIGO	NÚMERO	ALÍNEA	SUB-ALÍNEA	DESCRIPTIVO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA
20.º				Licença Municipal de estabelecimentos para exploração de pedreiras ou outros materiais inertes:	
	1			Por licenciamento	130,93 €
	2			Por metro cúbico ou fracção de materiais a explorar e por ano	1,03 €
	3			Vistoria à exploração	113,49 €
	4			Vistoria trienal	113,49 €
	5			Vistoria para encerramento da pedreira	113,49 €
	6			Licença para fusão de pedreiras	110,21 €
	7			Transmissão das licenças de exploração	17,73 €
	8			Mudança de responsável técnico	22,24 €
21.º				Infraestruturas de suporte das estações de radiocomunicações e respectivos acessórios	
	1			Apreciação dos pedidos de aprovação dos projetos de instalação de infraestruturas de suporte das estações radiocomunicações, por pedido	51,73 €
	2			Por unidade e por ano, acresce	103,45 €
22.º				Infraestruturas de suporte das estações de telecomunicações e respectivos acessórios	
	1			Apreciação dos pedidos de aprovação dos projetos de instalação de infraestruturas de telecomunicações, por unidade	103,45 €



ARTIGO	NÚMERO	ALÍNEA	SUB-ALÍNEA	DESCRIÇÃO/DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA
	2			Por unidade e por ano, acresce	5 172,62 €
23.ª				Infraestruturas destinadas à instalação de parques eólicos	
	1			Apreciação de pedido de aprovação dos projetos de instalação de parques eólicos	103,45 €
	2			Licenciamento de instalação de parques eólicos	
		a)		Por cada aerogerador (incluindo a fundação) e por ano	5 172,62 €
		b)		Por cada edifício de comando e subestação, por metro quadrado de área construída ou fração e por ano	36,22 €
24.ª				Infraestruturas destinadas à instalação redes elétricas	
	1			Apreciação de pedido de aprovação dos projetos de instalação de redes elétricas	103,45 €
	2			Licenciamento de instalação de redes elétricas	
		a)		Instalação de postes de altura igual ou superior a 5 metros (incluindo os apoios), por cada e por ano	5,18 €
		b)		Instalação de postes de altura inferior a 5 metros (incluindo os apoios), por cada e por ano	3,10 €
	3			Redes elétricas - por metro linear de linha e por ano	
		a)		Média Tensão	1,03 €
		b)		Alta Tensão	1,56 €
		c)		Muito Alta Tensão	2,06 €
25.ª				Mini-hídricas, renda de 2,5% sobre o pagamento mensal feito pela entidade receptora da electricidade produzida, em cada instalação, aplicando-se supletivamente o previsto para as centrais eólicas	

SUB-SECÇÃO XI

ATIVIDADES DIVERSAS

ARTIGO	NÚMERO	ALÍNEA	SUB-ALÍNEA	DESCRIPTIVO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA
26.ª				Empreendimentos turísticos e alojamento local em conformidade com o Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 228/2009, de 14 de setembro e Portaria n.º 138/2012 de 14 de maio	
	1			Auditoria para efeitos de fixação da capacidade máxima e atribuição de classificação dos empreendimentos de turismo de habitação	93,11 €
	2			Auditoria para efeitos de fixação da capacidade máxima e atribuição de classificação dos empreendimentos de turismo rural, com exceção de hotéis rurais	93,11 €
	3			Auditoria para efeitos de fixação da capacidade máxima e atribuição de classificação de parques de campismo ou caravanismo	93,11 €
	4			Vistoria para verificação do cumprimento de requisitos no alojamento local	77,59 €
	5			Placa identificativa (aquisição)	41,38 €
	6			Receção de mera comunicação prévia - Registo de estabelecimentos de alojamento local, conforme n.º 2 do art.º 3.º da Portaria n.º 517/2008, de 25 de junho alterada pela Portaria n.º 138/2012, de 14 de maio;	15,51 €
27.ª				Transporte de aluguer em veículos de passageiros (Taxi)	
	1			Licença de ocupação do contingente, emissão do alvará:	



ARTIGO	NÚMERO	ALÍNEA	SUB-ALÍNEA	DESCRIÇÃO/DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA
		a)		1ª via	103,45 €
		b)		2ª via	11,38 €
		c)		Renovação	11,38 €
	2			Por cada averbamento à licença	19,65 €
28.º				Registo de máquinas de diversão	
	1			Comunicação do registo de máquinas de diversão - por cada:	22,77 €
	2			Comunicação das alterações de propriedade	21,71 €
	3			Segunda via do recibo de registo de máquina de diversão - por cada:	13,45 €
29.º				Licenciamento de actividades ocasionais / divertimentos públicos	
	1			Licença para o exercício de actividade de acampamentos ocasionais, fora dos locais próprios para a prática de campismo e caravanismo - por cada período de 24 horas ou fracção	18,63 €
	2			Licenciamento do exercício da actividade de realização de espectáculos de natureza desportiva e de divertimentos públicos.	
		a)		Provas desportivas, por dia	55,87 €
		b)		Arraiais, Romarias, Balles e Outros Divertimentos, por dia	23,80 €
30.º				Licença de instalação e funcionamento dos recintos itinerantes e improvisados conforme Decreto-Lei n.º 268/09, de 29 de setembro - por cada um e por dia:	
	1			Licença de instalação e funcionamento de recintos itinerantes - por cada um e por dia:	15,51 €
	2			Licença de instalação e funcionamento de recintos improvisados - por cada um e por dia:	15,51 €
	3			Vistoria para efeitos de emissão de licença de instalação e funcionamento	55,87 €
31.º				Arrumador de automóveis	
	1			Concessão da licença para o exercício da actividade, por ano:	20,69 €
	2			Renovação da licença	20,69 €
32.º				Licenciamento do exercício da actividade de guarda-nocturno	20,69 €
33.º				Concessão de licença especial de ruído, ao abrigo do art.º 15.º do Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 janeiro, taxa fixa:	25,87 €
	1			Período diurno — das 7 às 20 horas, acresce por hora	5,18 €
	2			Período do entardecer — das 20 às 23 horas, acresce por hora	7,76 €
	3			Período nocturno — das 23 às 7 horas, acresce por hora	10,35 €
	4			Realização de espectáculos de diversão, feiras, mercados ou manifestações desportivas, incluindo os que envolvam a circulação de veículos com motor, na proximidade de edifícios de habitação, escolas, hospitais ou similares	38,91 €
34.º				Fogueiras, queimadas, foguetes e outras formas de fogo	



ARTIGO	NÚMERO	ALÍNEA	SUB-ALÍNEA	DESCRIÇÃO/DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA
	1			Licenciamento de fogueiras tradicionais (Natal e festas populares) em conformidade com o n.º 2 do art.º 39.º do Decreto-Lei 310/2002 de 18 de dezembro - por cada	12,41 €
	2			Licenciamento para a realização de queimadas em conformidade com o n.º 2 do art.º 27.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho - por cada	12,41 €
	3			Autorização prévia para a realização de fogo de artifício e outros artefactos pirotécnicos em conformidade com o n.º 2 do art.º 29 do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho	12,41 €

CAPÍTULO II

CEMITÉRIOS

ARTIGO	NÚMERO	ALÍNEA	SUB-ALÍNEA	DESCRIPTIVO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA
35.º				Inumações:	
	1			Em sepulturas temporárias, cada	103,45 €
	2			Em sepulturas perpétuas, cada	51,73 €
36.º				Inumações em jazigos, cada	31,04 €
37.º				Exumação, por cada ossada, incluindo limpeza	103,45 €
38.º				Trasladações dentro do cemitério	124,14 €
39.º				Concessão de terrenos:	
	1			Para sepulturas perpétuas	1 106,94 €
	2			Para jazigos:	
		a)		Os primeiros 5 m2 ou fracção	7 386,50 €
		b)		Cada m2 ou fracção a mais	1 448,33 €
	3			Para ossários	879,35 €
40.º				Utilização da capela - por cada período de 24 horas, ou fracção	51,73 €
41.º				Averbamentos	
	1			Averbamento em alvarás de concessão de terrenos, em nome do novo concessionário, quando se trate de cônjuge, descendentes, ascendentes, irmãos e seus descendentes e outros colaterais até ao 4.º grau	15,82 €
	2			Averbamento de alvarás de concessão de terrenos, em nome do novo concessionário, quando se trate de pessoas diversas das referidas no ponto anterior aplica-se a(s) taxa(s) prevista(s) no art.º 39.º	

CAPÍTULO III

HIGIENE PÚBLICA E SALUBRIDADE

SECÇÃO I

VISTORIAS, INSPECÇÕES SANITÁRIAS E PARECERES

ARTIGO	NÚMERO	ALÍNEA	SUB-ALÍNEA	DESCRIPTIVO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA
42.º				Vistorias, Inspeções Sanitárias e Pareceres	
	1			Vistorias iniciais e conjuntas com a Comissão de Vistorias aos estabelecimentos comerciais para obtenção do Alvará de Autorização de Utilização	79,24 €



ARTIGO	NÚMERO	ALÍNEA	SUB-ALÍNEA	DESCRIÇÃO/DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA
	2			Outras vistorias inseridas em acções de inspecção e controlo higio-sanitário, informações técnicas e pareceres diversos a realizar pelo Médico Veterinário Municipal	79,24 €

CAPÍTULO IV**TRÂNSITO****SECÇÃO I****CONDUÇÃO E TRÂNSITO DE VEÍCULOS**

ARTIGO	NÚMERO	ALÍNEA	SUB-ALÍNEA	DESCRIPTIVO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA
43.º				Certidão onde se identifique o n.º da licença, tipo de veículo, data de emissão e validade emitida em conformidade com o n.º 2 do art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 313/2009, de 27 de outubro	15,51 €

SECÇÃO II**BLOQUEAMENTO, REMOÇÃO E DEPÓSITO DE VEÍCULOS**

ARTIGO	NÚMERO	ALÍNEA	SUB-ALÍNEA	DESCRIPTIVO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA
44.º				Pelo bloqueamento, remoção e depósito de veículos aplicam-se as taxas previstas na Portaria n.º 1334-F/2010, de 31 de dezembro (atualizados automaticamente, em 1 de março de cada ano, em função da variação – quando esta for positiva – do índice médio de preços no consumidor, excluindo a habitação, no continente, relativo ao ano anterior e publicado pelo Instituto Nacional de Estatística, arredondando-se os resultados obtidos, por excesso, para a unidade superior)	

CAPÍTULO V**EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO****SECÇÃO I****LICENCIAMENTO ZERO**

ARTIGO	NÚMERO	ALÍNEA	SUB-ALÍNEA	DESCRIPTIVO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA
45.º				Receção de mera comunicação prévia - Operações urbanísticas sujeitas a Comunicação Prévia e associadas à instalação dos estabelecimentos comerciais, conforme art.º 8.º do Decreto-Lei n.º 48/2011, 1 de abril	15,51 €
46.º				Receção de mera comunicação prévia - Utilização e alteração da utilização de edifícios ou fracções destinadas aos estabelecimentos comerciais mediante a prévia identificação da respectiva área geográfica, conforme art.º 9.º do Decreto-Lei n.º 48/2011, 1 de abril	15,51 €

SECÇÃO II**PEDIDOS DE INFORMAÇÃO PRÉVIA**

ARTIGO	NÚMERO	ALÍNEA	SUB-ALÍNEA	DESCRIPTIVO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	Taxa
47.º				Destaque de parcela, por cada pedido:	73,97 €
48.º				Loteamento, com ou sem obras de urbanização, por cada pedido:	
	1			Taxa geral e fixa pela apreciação do pedido	51,73 €
	2			Acresce por cada lote	3,10 €
49.º				Obras de urbanização - Cada pedido:	
	1			Taxa geral e fixa pela apreciação do pedido	41,38 €
	2			Acresce por cada 500 m2 ou fracção	3,10 €
50.º				Edificação e Demolição, por cada pedido de apreciação ou alteração:	
	1			Taxa geral e fixa pela apreciação do pedido	51,73 €
		a)		Habitação unifamiliar, bifamiliar, multifamiliar e misto, - acresce por fogo ou unidade de ocupação	4,55 €



ARTIGO	NÚMERO	ALÍNEA	SUB-ALÍNEA	DESCRIÇÃO/DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA
		b)		Indústria ou armazém - acresce por m2	25,87 €
		c)		Edifício destinado a comércio e ou serviços - acresce por unidade de ocupação	13,45 €
		d)		Empreendimento turístico - acresce por cada quarto	3,10 €
		e)		Outros usos ou finalidades não previstos nas alíneas anteriores - acresce por unidade de ocupação	3,10 €
		f)		Muros de suporte ou de vedação, ou outro tipo de vedações, por metro linear, inseridos, ou não, em processos referentes a edifícios identificados nos números anteriores	40,13 €
		g)		Anexos, garagens ou lugares de estacionamento, telheiros, hangares, barracões, alpendres e outras construções congéneres, inseridos, ou não, em processos referentes a edifícios identificados nos números anteriores, acresce por m2	47,53 €
		h)		Terraços no prolongamento dos edifícios ou quando sirvam de cobertura utilizável ou esplanada, por m2, inseridos, ou não, em processos referentes a edifícios identificados nos números anteriores	51,73 €
		i)		Alteração das fachadas dos edifícios licenciados com a abertura, ampliação, ou fechamento de vãos de e janelas portas ou janelas por m2	51,73 €
51.º				Pedido de declaração nos termos do artigo 17.º n.º 3 do RJUE	73,97 €
52.º				Apresentação de elementos para aperfeiçoamento ou alteração de pedido	20,69 €

SECÇÃO III

OPERAÇÕES DE LOTEAMENTO E OBRAS DE URBANIZAÇÃO

SUB-SECÇÃO I

APRECIACÃO

ARTIGO	NÚMERO	ALÍNEA	SUB-ALÍNEA	DESCRIPTIVO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA
53.º				Se o pedido de apreciação for precedido de pedido de Informação Prévia favorável e em vigor as taxas indicadas nos artigos seguintes serão reduzidas a 50% do valor apurado	
54.º				Taxa pela apreciação de pedido de operação de loteamento com ou sem obras de urbanização	
	1			Taxa geral e fixa pela apreciação do pedido	72,21 €
		a)		Acresce por cada lote e por cada unidade de ocupação	4,55 €
		b)		No caso de o loteamento se encontrar sujeito a consulta pública, nos termos do artigo 22.º do RJUE, (acresce, ainda, o preço da publicação)	20,69 €
	2			Por cada alteração ao projecto de loteamento que instrui o pedido	
		a)		Taxa geral e fixa pela apreciação do pedido	27,46 €
		b)		No caso de a alteração gerar aumento de lotes, acresce por cada lote	4,55 €
		c)		No caso de a alteração gerar aumento de fogos ou unidade de ocupação, acresce por cada fogo ou unidade de ocupação	4,55 €
	3			Renovação da licença, autorização ou comunicação prévia	75,00 €
	4			Reapreciação do pedido da operação de loteamento	75,00 €
55.º				Taxa pela apreciação e alterações de pedido de obras de urbanização	
	1			Taxa geral e fixa	38,02 €



ARTIGO	NÚMERO	ALÍNEA	SUB-ALÍNEA	DESCRIÇÃO/DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA
		a)		Acresce por fogo, lote ou unidade de ocupação	4,55 €
	2			Renovação da licença, autorização ou comunicação prévia (art.º 72.º do RJUE)	38,02 €
	3			Reapreciação do pedido (artigo 25.º RJUE)	38,02 €
56.º				Apresentação de elementos para aperfeiçoamento ou alteração de pedido	20,69 €

SUB-SECÇÃO II

EMIÇÃO DE TÍTULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSÃO)

ARTIGO	NÚMERO	ALÍNEA	SUB-ALÍNEA	DESCRIPTIVO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA
57.º				Taxa pela emissão de título (alvará de licença ou admissão de comunicação prévia) - Operações de loteamento, com ou sem obras de urbanização	
	1			Taxa geral pela emissão de título	20,69 €
		a)		Acresce por cada fogo e / ou unidade de ocupação	7,40 €
		b)		Acresce por cada mês ou fracção do prazo de execução das obras	15,51 €
	2			Emissão de aditamento ao alvará por alteração da licença, nos termos previstos no n.º 7 do artigo 27.º do RJUE	
		a)		Emissão de aditamento	31,72 €
		b)		No caso do aditamento gerar aumento de lotes e/ou fogos e / ou unidade de ocupação, acresce por cada novo lote e/ou fogo e/ou unidade de ocupação	7,40 €
58.º				Taxa pela emissão de título (alvará de licença ou admissão de comunicação prévia) - Obras de urbanização	
	1			Taxa geral e fixa pela emissão do título	52,76 €
		a)		Acresce por lote	7,40 €
		b)		Acresce por cada mês ou fracção do prazo de execução das obras	4,15 €
	2			Emissão de aditamento ao alvará por alteração da licença, nos termos previstos no n.º 7 do artigo 27.º do RJUE	
		a)		Emissão de aditamento	28,55 €
		b)		No caso do aditamento gerar aumento de lotes e/ou fogos e / ou unidade de ocupação acresce por cada novo lotes ou fogo e / ou unidade de ocupação	20,69 €
	3			Prorrogação de prazo para a execução das obras de urbanização	
		a)		Pela primeira prorrogação de prazo, acresce ao valor referido no n.º 3, por cada mês ou fracção	15,51 €
		b)		Para a segunda prorrogação de prazo referente ao n.º 4 do artigo 53.º do RJUE, acresce ao valor referido no n.º 3, por cada mês ou fracção	15,51 €

SECÇÃO IV

EDIFICAÇÕES

SUB-SECÇÃO I

APRECIAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, RECONSTRUÇÃO E ALTERAÇÃO

ARTIGO	NÚMERO	ALÍNEA	SUB-ALÍNEA	DESCRIPTIVO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA
--------	--------	--------	------------	-------------------------------------	------



ARTIGO	NÚMERO	ALÍNEA	SUB-ALÍNEA	DESCRIÇÃO/DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA
59.º				Se o pedido de apreciação for precedido de pedido de Informação Prévia favorável e em vigor as taxas indicadas nos artigos seguintes serão reduzidas a 50% do valor apurado	
60.º				Por cada pedido de apreciação:	
	1			Taxa geral e fixa pela apreciação do pedido	62,07 €
		a)		Habitação unifamiliar, bifamiliar, multifamiliar e misto, - acresce por fogo ou unidade de ocupação	9,10 €
		b)		Indústria ou armazém - acresce por m2	1,03 €
		c)		Edifício destinado a comércio e ou serviços - acresce por unidade de ocupação	9,10 €
		d)		Empreendimento turístico - acresce por cada quarto	2,58 €
		e)		Outros usos ou finalidades não previstos nas alíneas anteriores - acresce por unidade de ocupação	2,58 €
		f)		Muros de suporte ou de vedação, ou outro tipo de vedações, por metro linear, inseridos, ou não, em processos referentes a edifícios identificados nos números anteriores	1,03 €
		g)		Anexos, garagens ou lugares de estacionamento, telheiros, hangares, barracões, alpendres e outras construções congêneres, inseridos, ou não, em processos referentes a edifícios identificados nos números anteriores, acresce por m2	2,06 €
		h)		Terraços no prolongamento dos edifícios ou quando sirvam de cobertura utilizável ou esplanada, por m2, inseridos, ou não, em processos referentes a edifícios identificados nos números anteriores	2,06 €
61.º				Por cada pedido de alteração ao projecto inicial	31,04 €
62.º				No caso de a alteração implicar um aumento de área bruta de construção ou do número de unidades de ocupação ou fogos, aplica-se a componente variável da taxa prevista para a apreciação do pedido inicial apenas sobre o aumento requerido	
63.º				Renovação de licença ao abrigo do artigo 72.º do RJUE	62,07 €
64.º				Apresentação de elementos para aperfeiçoamento ou alteração de pedido	20,69 €

SUB-SECÇÃO II

APRECIAÇÃO DE OUTROS PEDIDOS

ARTIGO	NÚMERO	ALÍNEA	SUB-ALÍNEA	DESCRIPTIVO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA
65.º				Licença parcial para construção de estrutura	51,73 €
66.º				Licença ou comunicação prévia para obras inacabadas	140,70 €
67.º				Apreciação de licença de obras de demolição de edifício ou outras construções	51,73 €
68.º				Pedido de obras de escavação e contenção periférica, previsto no artigo 81.º do RJUE	51,73 €
69.º				Constituição de propriedade horizontal, por fracção	20,69 €
70.º				Licença ou comunicação prévia de trabalhos de remodelação de terrenos	31,04 €
71.º				Pedido de destaque de parcela de terreno	82,76 €
72.º				Pedido de prorrogação para a entrega de elementos, designadamente em pedidos de licenciamento, autorização ou comunicação prévia	15,51 €
73.º				Pedido de prorrogação de prazo para a emissão de alvarás de licença ou de autorização	15,51 €
74.º				Pedidos de reapreciação de processo de licenciamento ou de comunicação prévia, nos termos do artigo 25.º do RJUE	25,87 €



ARTIGO	NÚMERO	ALÍNEA	SUB-ALÍNEA	DESCRIÇÃO/DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA
75.º				Apresentação de elementos para aperfeiçoamento ou alteração de pedido	20,69 €

SUB-SECÇÃO III

LICENÇA OU ADMISSÃO DE COMUNICAÇÃO PRÉVIA

ARTIGO	NÚMERO	ALÍNEA	SUB-ALÍNEA	DESCRIPTIVO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA
76.º				Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação, alteração ou reconstrução	
	1			Emissão de alvará de licença ou admissão de comunicação prévia (taxa geral)	20,69 €
		a)		Habitação unifamiliar, bifamiliar, multifamiliar e misto, - acresce por m2	1,56 €
		b)		Indústria ou armazém - acresce por m2	2,06 €
		c)		Edifício destinado a comércio e ou serviços - acresce por m2	2,06 €
		d)		Empreendimento turístico - acresce por m2	2,06 €
		e)		Outros usos ou finalidades não previstos nas alíneas anteriores - acresce por m2	2,06 €
		f)		Muros de suporte ou de vedação, ou outro tipo de vedações, por metro linear, inseridos, ou não, em processos referentes a edifícios identificados nos números anteriores	0,52 €
		g)		Anexos, garagens ou lugares de estacionamento, telheiros, hangares, barracões, alpendres e outras construções congêneres, inseridos, ou não, em processos referentes a edifícios identificados nos números anteriores, acresce por m2	0,77 €
		h)		Terraços no prolongamento dos edifícios ou quando sirvam de cobertura utilizável ou esplanada, por m2, inseridos, ou não, em processos referentes a edifícios identificados nos números anteriores	0,77 €
	2			Prazo de execução da obra, por cada mês ou fracção	5,28 €
	3			Emissão de aditamento ao alvará	25,87 €
77.º				Prorrogações de prazo de licença	
	1			Pelo averbamento da primeira prorrogação de prazo, por cada mês ou fracção	15,51 €
	2			Pelo averbamento da prorrogação de prazo referente ao n.º 6 do artigo 58.º do RJUE, por cada mês ou fracção	15,51 €
78.º				Licença parcial para a construção de estrutura	
	1			Emissão de alvará de licença parcial, para habitação, por cada piso	10,35 €
	2			Emissão de alvará de licença parcial, para outros usos, por cada piso	15,51 €
	3			Prazo de execução da obra, acresce por cada mês ou fracção	10,35 €
79.º				Licença especial ou admissão de comunicação prévia para a conclusão de obra inacabada	
	1			Emissão de alvará de licença ou admissão de comunicação prévia para conclusão de obras inacabadas	20,69 €
	2			Prazo de execução da obra, acresce por cada mês ou fracção	10,35 €
80.º				Licença para a realização de obras de demolição	
	1			Emissão de alvará de licença	20,69 €



ARTIGO	NÚMERO	ALÍNEA	SUB-ALÍNEA	DESCRIÇÃO/DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA
	2			Para a demolição de edificações e outras construções, acresce por m2	0,52 €
	3			Prazo de execução dos trabalhos, acresce por mês ou fracção	4,15 €
81.º				Licença ou admissão de comunicação prévia para a realização de trabalhos de remodelação de terrenos incluindo o derrube de árvores	
	1			Emissão de alvará de licença de admissão ou comunicação prévia	20,69 €

SUB-SECÇÃO IV

AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO

ARTIGO	NÚMERO	ALÍNEA	SUB-ALÍNEA	DESCRIPTIVO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA
82.º				Concessão de autorização de utilização (taxa geral)	26,44 €
	1			Por fogo ou unidade de ocupação, acresce por cada	10,04 €
	2			Por quarto, nos empreendimentos turísticos, acresce por cada	10,04 €
83.º				Apreciação de autorização e/ou alteração de utilização	
	1			Habitação unifamiliar, bifamiliar, multifamiliar e misto, - acresce por fogo ou unidade de ocupação	31,72 €
	2			Indústria ou armazém - acresce por m2	5,18 €
	3			Edifício destinado a comércio e ou serviços - acresce por unidade de ocupação	3,10 €
	4			Empreendimento turístico - acresce por cada quarto	15,51 €
	5			Outros usos ou finalidades não previstos nas alíneas anteriores - acresce por unidade de ocupação	15,51 €
	6			Muros de suporte ou de vedação, ou outro tipo de vedações, por metro linear, inseridos, ou não, em processos referentes a edifícios identificados nos números anteriores	15,51 €
	7			Anexos, garagens ou lugares de estacionamento, telheiros, hangares, barracões, alpendres e outras construções congêneres, inseridos, ou não, em processos referentes a edifícios identificados nos números anteriores, acresce por m2	15,51 €
	8			Terraços no prolongamento dos edifícios ou quando sirvam de cobertura utilizável ou esplanada, por m2, inseridos, ou não, em processos referentes a edifícios identificados nos números anteriores	15,51 €

SECÇÃO V

VISTORIAS

ARTIGO	NÚMERO	ALÍNEA	SUB-ALÍNEA	DESCRIPTIVO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA
84.º				Vistorias para efeitos de emissão de autorização, ou alteração de utilização	
	1			Taxa geral para a realização de vistorias para efeitos de emissão de autorização de utilização	51,73 €
		a)		Habitação unifamiliar, bifamiliar, multifamiliar e misto - acresce por fogo ou unidade de ocupação	10,35 €
		b)		Indústria ou armazém - acresce por unidade	10,35 €
		c)		Edifício destinado a comércio e ou serviços - acresce por unidade de ocupação	10,35 €
		d)		Empreendimento turístico - acresce por cada quarto	5,18 €
		e)		Para outras usos ou finalidades - acresce por unidade de ocupação	10,35 €



ARTIGO	NÚMERO	ALÍNEA	SUB-ALÍNEA	DESCRIÇÃO/DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA
	2			Para receção provisória e definitiva de obras de urbanização, por cada pedido	77,59 €
	3			Para demolição de edifícios	77,59 €
	4			Para segurança, salubridade e arranjo estético previstas no art.º 89.º do RJUE	77,59 €
	5			Outras vistorias não previstas em artigos anteriores	77,59 €

CAPÍTULO VI

SISTEMA DE INDÚSTRIA RESPONSÁVEL

ARTIGO	NÚMERO	ALÍNEA	SUB-ALÍNEA	DESCRIPTIVO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA
85.º				Taxas e despesas de controlo (conforme art.º 79.º do Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto)	
	1			Receção da mera comunicação prévia de estabelecimentos de tipo 3	15,51 €
	2			Pronuncia sobre o pedido de conversão em ZER	36,22 €
	3			Apreciação dos pedidos de renovação ou aditamento da licença ambiental para estabelecimentos industriais existentes, que não envolvam pedido de alteração dos mesmos e apreciação dos pedidos de exclusão do regime de prevenção e controlo integrados da poluição	56,91 €
	4			Vistorias em que a entidade coordenadora seja a Câmara Municipal	77,59 €
	5			Selagem e desselagem de máquinas, aparelhos e demais equipamentos	62,07 €

CAPÍTULO VII

LICENCIAMENTO DE INSTALAÇÕES DE ARMAZENAMENTO DE PRODUTOS DE PETRÓLEO, POSTOS DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS NÃO LOCALIZADOS NAS REDES VIÁRIAS REGIONAL E NACIONAL E AUTORIZAÇÃO PARA A EXECUÇÃO E ENTRADA EM FUNCIONAMENTO DAS REDES DE DISTRIBUIÇÃO, OBJETO DO DECRETO-LEI N.º 125/97, DE 23 DE MAIO, QUANDO ASSOCIADAS A RESERVATÓRIOS DE GPL COM CAPACIDADE GLOBAL INFERIOR A 50 M3

ARTIGO	NÚMERO	ALÍNEA	SUB-ALÍNEA	DESCRIPTIVO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA
86.º				Apreciação dos pedidos de aprovação dos projetos de construção e de alteração cujo licenciamento é competência do Município	
	1			Apreciação dos projectos	
		a)		Instalações de armazenamento de produtos do petróleo	310,34 €
		b)		Instalações de abastecimento de combustíveis líquidos	103,45 €
	2			Apresentação dos Projectos de Engenharia das Especialidades	20,69 €
87.º				Pela realização de vistorias cujo licenciamento é competência do Município:	
	1			Vistorias relativas ao procedimento administrativo, para verificação do cumprimento de medidas impostas nas decisões proferidas sobre reclamações, periódicas ou para verificação das condições impostas (Repetição)	
		a)		Sujeitos a licenciamento não simplificado	206,90 €
		b)		Sujeitos a licenciamento simplificado:	
			i.	Classe A1	206,90 €
			ii.	Classe A2	206,90 €



ARTIGO	NÚMERO	ALÍNEA	SUB-ALÍNEA	DESCRIÇÃO/DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA
			iii.	Classe A3	206,90 €
88.º				Averbamentos	5,18 €
89.º				Emissão de Autorização de Utilização (Título o funcionamento e a exploração das instalações)	
	1			Instalações de armazenamento de produtos do petróleo	20,69 €
	2			Instalações de abastecimento de combustíveis líquidos	20,69 €
90.º				Redes e ramais de distribuição sujeitos ao regime estabelecido no (Decreto-Lei n.º 125/97, de 23 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 389/2007, de 30 de novembro), em conformidade com o Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de novembro alterado pelo Decreto-Lei n.º 195/2008, de 6 de outubro	
	1			Autorização de execução	15,51 €
	2			Autorização de entrada em funcionamento	20,68 €

CAPÍTULO VIII

PUBLICIDADE

SECÇÃO I

TAXA FIXA PELA Apreciação E EMISSÃO DE LICENÇA DE PEDIDOS DE LICENCIAMENTO DE MENSAGENS PUBLICITÁRIAS DE NATUREZA COMERCIAL

ARTIGO	NÚMERO	ALÍNEA	SUB-ALÍNEA	DESCRIPTIVO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA
91.º				Pela apreciação de pedidos de licenciamento de mensagens publicitárias de natureza comercial, excluindo as previstas no n.º 3 do art.º 1.º da Lei n.º 97/88, de 17 de agosto, alterada pela Lei n.º 23/2000, de 23 de agosto, com a redacção introduzida pelo art.º 31.º do Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril e demais normas regulamentares.	36,22 €

SECÇÃO II

COMPONENTE VARIÁVEL (ACRESCE À TAXA PREVISTA NO ARTIGO 93.º)

SUB-SECÇÃO I

PUBLICIDADE ESTÁTICA - COMPONENTE VARIÁVEL (ACRESCE À TAXA PREVISTA NO ARTIGO 93.º)

ARTIGO	NÚMERO	ALÍNEA	SUB-ALÍNEA	DESCRIPTIVO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA
92.º				Publicidade sonora difundida na ou para a via pública através de altifalantes ou de outros aparelhos sonoros	
	1			Por cada local e por dia ou fracção	1,03 €
	2			Se difundida em veículos por hora ou fracção	3,10 €

SUB-SECÇÃO II

PUBLICIDADE ESTÁTICA - COMPONENTE VARIÁVEL (ACRESCE À TAXA PREVISTA NO ARTIGO 93.º)

ARTIGO	NÚMERO	ALÍNEA	SUB-ALÍNEA	DESCRIPTIVO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA
93.º	1			Afixação ou inscrição de mensagens publicitárias	
		a)		Até 12 metros quadrados	
			i)	Por metro quadrado ou fracção e por ano	4,25 €
			ii)	Por metro quadrado ou fracção e por mês ou fracção	1,03 €
		b)		Mais de 12 metros quadrados	



ARTIGO	NÚMERO	ALÍNEA	SUB-ALÍNEA	DESCRIÇÃO/DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA
			i)	Por metro quadrado ou fracção e por ano; ou	103,45 €
			ii)	Por metro quadrado ou fracção e por mês ou fracção	10,35 €
	2			Quando não mensurável de harmonia com as alíneas anteriores - por anúncio ou reclame:	
		a)		Por ano; ou	41,38 €
		b)		Por mês ou fracção	4,25 €
	3			Impressos publicitários distribuídos na via pública - por dia e por milhar ou fracção	5,80 €
94.º				Anúncios electrónicos e electromagnéticos (letreros e painéis)	
	1			Por metro quadrado ou fracção da superfície ou de um polígono rectangular envolvente da superfície do suporte publicitário considerado na sua globalidade, e por ano:	5,28 €
	2			Por metro quadrado ou fracção da superfície ou de um polígono rectangular envolvente da superfície do suporte publicitário considerado na sua globalidade, e por mês ou fracção	0,72 €

SUB-SECÇÃO III

PUBLICIDADE MÓVEL - COMPONENTE VARIÁVEL (ACRESCE À TAXA PREVISTA NO ARTIGO 93.º)

ARTIGO	NÚMERO	ALÍNEA	SUB-ALÍNEA	DESCRIPTIVO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA
95.º				Publicidade em meios de locomoção terrestre e aéreos	
	1			Meios de locomoção terrestres independentemente da sua natureza:	
		a)		Por m2 ou fracção e por ano:	12,41 €
		b)		Por m2 ou fracção e por mês ou fracção:	2,06 €
	2			Meios aéreos:	
		a)		Por semana ou fracção:	4,15 €
		b)		Por mês:	15,51 €

SECÇÃO III

RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE PUBLICIDADE

ARTIGO	NÚMERO	ALÍNEA	SUB-ALÍNEA	DESCRIPTIVO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA
96.º				Pela renovação da licença de publicidade	
	1			Reapreciação	16,56 €
	2			Ao valor referido no n.º anterior acresce o valor variável apurado nos termos do artigo 94.º e seguintes	

CAPÍTULO IX

UTILIZAÇÃO, APROVEITAMENTO E OCUPAÇÃO ESPAÇOS E BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO E PRIVADO MUNICIPAL

SECÇÃO I

OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

SUB-SECÇÃO I



ARTIGO	NÚMERO	ALÍNEA	SUB-ALÍNEA	DESCRIÇÃO/DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA
--------	--------	--------	------------	--	------

OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO - COMPONENTE FIXA

ARTIGO	NÚMERO	ALÍNEA	SUB-ALÍNEA	DESCRIPTIVO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA
97.º				Pela apreciação de pedidos de ocupação do espaço público - Regime Geral de Ocupação do Espaço Público; OU	30,01 €
98.º				Pela apreciação de pedidos de Comunicação Prévia com Prazo para ocupação do espaço público; OU	25,87 €
99.º				Recepção de mera comunicação prévia - Ocupação de espaço público de acordo com os critérios legais e regulamentares fixados, conforme art.º 10.º do Decreto-Lei n.º 48/2011, 1 de abril	15,51 €

SUB-SECÇÃO II

OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO - COMPONENTE VARIÁVEL (ACRESCE À TAXA PREVISTA NO ART.º 99.º, ART.º. 100.º OU ART.º 101.º CONSOANTE SE TRATE, RESPECTIVAMENTE, DE REGIME GERAL DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO, COMUNICAÇÃO PRÉVIA COM PRAZO OU MERA COMUNICAÇÃO PRÉVIA)

ARTIGO	NÚMERO	ALÍNEA	SUB-ALÍNEA	DESCRIPTIVO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA
100.º				Ocupação do espaço público	
	1			Por motivo de obras	
		a)		Tapumes ou outros resgardos, por mês e por m2	1,28 €
		b)		Andaimes, por mês e por m2	1,03 €
		c)		Gruas, por mês e por m2	103,45 €
		d)		Outras ocupações por motivo de obras, por mês e por m2	2,58 €
	2			Outras ocupações, sendo mensurável em unidade de medida quadrática:	
		a)		Por metro quadrado ou fracção de ocupação/projecção sobre o espaço público, incluindo subsolo, e por ano	7,24 €
		b)		Por metro quadrado ou fracção de ocupação/projecção sobre o espaço público, incluindo subsolo, e por mês	0,60 €
	3			Outras ocupações, sendo mensurável em unidade de medida cúbica:	
		a)		Por metro cúbico ou fracção de ocupação do subsolo, e por ano	4,15 €
		b)		Por metro cúbico ou fracção de ocupação do subsolo, e por mês ou fracção	0,31 €
	4			Outras ocupações, sendo mensurável linearmente:	
		a)		Por metro linear ou fracção de ocupação/projecção sobre o espaço público, incluindo solo, subsolo e espaço aéreo, e por ano	0,52 €
		b)		Por metro linear ou fracção de ocupação/projecção sobre o espaço público, incluindo solo, subsolo e espaço aéreo, e por mês ou fracção	0,04 €

SECÇÃO II**ZONA DE CAÇA MUNICIPAL**

ARTIGO	NÚMERO	ALÍNEA	SUB-ALÍNEA	DESCRIPTIVO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA
101.º				Exercício de Caça na Zona de Caça Municipal	
	1			Caça menor sedentária e espécies migradoras	
		a)		Tipo A	10,35 €



ARTIGO	NÚMERO	ALÍNEA	SUB-ALÍNEA	DESCRIÇÃO/DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA
		b)		Tipo B	15,51 €
		c)		Tipo C	20,69 €
		d)		Tipo D	31,04 €
	2			Caça maior - Javali	
		a)		Tipo A	31,04 €
		b)		Tipo B	41,38 €
		c)		Tipo C	51,73 €
		d)		Tipo D	93,11 €
	3			Restantes espécies de Caça maior	
		a)		Tipo A	51,73 €
		b)		Tipo B	77,59 €
		c)		Tipo C	103,45 €
		d)		Tipo D	155,18 €
	4			A taxa devida pelos proprietários ou titulares de direitos de uso e fruição de terrenos cinegéticos inseridos na ZCM é de 50 % da estabelecida para os restantes caçadores inseridos no tipo A.	

SECÇÃO III

PESCA DESPORTIVA

ARTIGO	NÚMERO	ALÍNEA	SUB-ALÍNEA	DESCRIPTIVO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA
102.º				Licença especial diária	
	1			Pescadores do Concelho e federados na modalidade pesca	Gratuito
	2			Menores de 14 anos	Gratuito
	3			Restantes	1,56 €

SECÇÃO IV

UTILIZAÇÃO E SERVIÇOS CONEXOS DE INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS, CULTURAIS E DE LAZER

SUB-SECÇÃO I

PISCINAS MUNICIPAIS

ARTIGO	NÚMERO	ALÍNEA	SUB-ALÍNEA	DESCRIPTIVO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA
103.º				Taxas de ingresso nas instalações das piscinas municipais (<u>Piscina Coberta</u>)	
	1			Banhos Livres	
			i)	crianças de mais de 10 anos até aos 13 anos de idade	1,56 €



ARTIGO	NÚMERO	ALÍNEA	SUB-ALÍNEA	DESCRIÇÃO/DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA
			ii)	adultos	2,06 €
	2			Cartões Individuais com 20 Ingresso que dão acesso para qualquer dia da semana:	
		a)		Cartões para crianças de mais de 10 anos até aos 13 anos de idade	20,69 €
		b)		Cartões de adultos	25,87 €
	3			Ensino Da Natação	
		a)		Inscri�o para crianças a partir dos 3 anos até aos 18 anos de idade	7,91 €
		b)		Inscri�o para adultos	10,35 €
	4			Utiliza�o mensal (2 horas/semana) Adultos e crianças (taxa única)	15,82 €
	5			Utiliza�o mensal (1 horas/semana) Adultos e crianças (taxa única)	7,91 €
104.º				Taxas de ingresso nas instala�es das piscinas municipais (<u>Piscina Descoberta</u>)	
	1			Todo o dia	
		a)		Até aos 6 anos	0,00 €
		b)		Dos 7 aos 12 anos	1,03 €
		c)		Dos 13 aos 17 anos	1,81 €
		d)		Maiores de 18 anos	2,06 €
	2			Após as 17:30 Horas	
		a)		Até aos 6 anos	0,00 €
		b)		Dos 7 aos 12 anos	0,52 €
		c)		Dos 13 aos 17 anos	0,77 €
		d)		Maiores de 18 anos	1,03 €
	3			Cartões Individuais com 20 Ingresso que dão acesso para qualquer dia da semana:	
		a)		Cartões para crianças de mais de 7 anos até aos 12 anos de idade	12,94 €
		b)		Cartões para crianças de mais de 13 anos até aos 17 anos de idade	15,51 €
		c)		Cartões para maiores de 18 anos de idade	31,04 €
	4			Equipamentos	
		a)		Guarda-Sol	0,77 €
		b)		Espregui�adeira	1,56 €



ARTIGO	NÚMERO	ALÍNEA	SUB-ALÍNEA	DESCRIÇÃO/DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA
--------	--------	--------	------------	--	------

SUB-SECÇÃO II

BIBLIOTECA MUNICIPAL

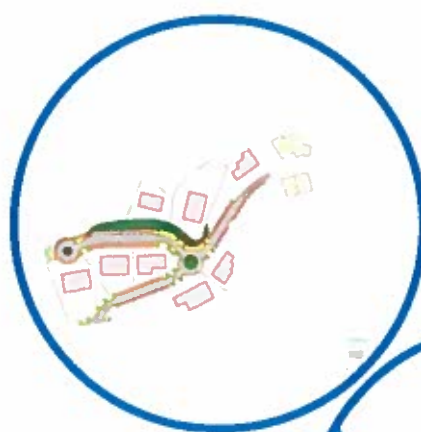
ARTIGO	NÚMERO	ALÍNEA	SUB-ALÍNEA	DESCRIPTIVO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA PROPOSTA
105.º				Emissão de cartão de utente	7,91 €

SUB-SECÇÃO III

OCUPAÇÃO AUDITÓRIO MUNICIPAL E OUTROS EQUIPAMENTOS, CULTURAIS E RECREATIVOS

ARTIGO	NÚMERO	ALÍNEA	SUB-ALÍNEA	DESCRIPTIVO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁVEL	TAXA PROPOSTA
106.º				Pela utilização por hora	15,51 €

MAPA DE PESSOAL 2020



Handwritten notes and signatures in blue ink, including the name "W. W." and a signature.



Proposta

Município de Mesão Frio

CÂMARA MUNICIPAL

"Mapa de Pessoal 2020"**I) Nota justificativa do Mapa de Pessoal para 2020**

O Município de Mesão Frio, como empregador público e numa lógica de gestão cada vez mais eficiente e de qualidade, em cada exercício orçamental, deve planear as atividades de natureza permanente ou temporária, considerando a missão, as atribuições, a estratégia, os objetivos fixados, as competências das unidades orgânicas e os recursos financeiros disponíveis, de acordo com o estipulado no n.º 1 do artigo 28.º e no artigo 29.º da Lei Feral do Trabalho em Funções Públicas, doravante designada por LTFP e aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação.

Neste quadro, os órgãos ou serviços preveem anualmente, de acordo com as atividades a desenvolver, o respetivo mapa de pessoal, com a indicação do número de postos de trabalho necessários, caracterizadas em função dos seguintes parâmetros:

- ✓ Da atribuição, competência ou atividade que o seu ocupante se destina a cumprir ou executar;
- ✓ Do cargo ou da carreira e categoria que lhes correspondam;
- ✓ Dentro da carreira e/ou categoria, quando imprescindível, da área de formação académica ou profissional de que seu ocupante deva ser titular;
- ✓ Do perfil de competências transversais da respetiva carreira ou categoria.

Na indicação dos postos de trabalho nele incluídos, o Mapa de Pessoal contempla ainda as diversas modalidades de relação de emprego público existentes no Município de Mesão Frio, nomeadamente os contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado e as comissões de serviço, não incluindo, no caso em concreto, as prestações de serviço.

O Mapa de Pessoal para 2020, que ora se pretende submeter à apreciação e aprovação dos órgãos autárquicos, designadamente, Câmara e Assembleia Municipal, resulta de um diagnóstico das necessidades verificadas nos diferentes serviços e unidades orgânicas, articulado com o cumprimento das regras orçamentais impostas pela legislação em vigor em matéria de gestão de pessoal, considerando a manifesta necessidade de reposição e reforço de recursos humanos em áreas determinantes da estrutura orgânica municipal.

Contudo e por outro lado, aos municípios vêm sendo, sucessivamente solicitados a intervir em áreas cada vez mais exigentes e de forma mais rigorosa, o que significa maiores desafios na tarefa de gestão dos seus recursos humanos e a qualificação dos mesmos. Tal facto impõe uma continuidade nas boas práticas administrativas e de gestão de pessoal que contrabalancem com as necessidades sentidas e que permitam o desenvolvimento de uma política de gestão de recursos humanos integrada, sustentável e com capacidade de resposta às necessidades identificadas.

O Mapa de Pessoal constitui, assim, um instrumento fundamental de planeamento e gestão estratégica de recursos humanos, permitindo uma visão integrada e dinâmica desses mesmos recursos, contribuindo para uma cultura organizacional orientada para o serviço público de acordo com critérios de racionalização, transversalidade, eficiência e economia de custos.

II) Análise dos postos de trabalho ocupados, a criar e a extinguir.

O resumo que ora se apresenta é indicativo dos postos de trabalho existentes, cativos, vagos, ocupados e a extinguir por referência às unidades consignadas na estrutura organizacional, nuclear e flexível dos serviços municipais, cujas alterações refletiremos, de forma discriminada, por unidade orgânica, para melhor perceção.

A saber:

✚ Gabinete de Apoio ao Presidente e Vereadores

Neste serviço, mantém-se a existência de 1 posto de trabalho na carreira/categoria de Assistente Técnico.

Carreira/categoria	Postos de trabalho ocupados	Postos de trabalho vagos	Postos de trabalho a criar	Postos de trabalho a extinguir	Total
Assistente Técnico	1	0	0	0	1

✚ Serviço Municipal de Proteção Civil

As atribuições/atividades/competências do Serviço Municipal de Proteção Civil, por despacho datado de 19/10/2017 foram atribuídas ao Técnico Superior Engenharia de Produção Agrícola, da Divisão de Administração e Conservação do Território. Contudo e atento ao facto de este ter encetado, em 01/09/2018, um período (18 meses) de mobilidade na categoria em outro órgão ou serviço, aquelas atribuições/atividades/competências, estarão temporariamente, auxiliados na sua execução pelo Técnico Superior de Sociologia, afeto à DAF, cfr despacho de 03/09/2018.

✚ Divisão Administrativa e Financeira

Nesta unidade orgânica flexível, liderada por titular de cargo de direção intermédia de 2.ª grau, para o ano de 2020, propõe-se:

a) Carreira de Técnico Superior/Chefe de Divisão

Manutenção de 7 postos de trabalho na carreira de Técnico Superior, sendo que 1 dos lugares se mantém vago em regime de cativação, em virtude do seu titular se encontrar no exercício de funções de Chefe de Divisão mediante comissão de serviço.

b) Carreira de Assistente Técnico

Manutenção de 14 postos de trabalho, na Carreira de Assistente Técnico, 10 postos de trabalhos ocupados na categoria de Assistente Técnico e 1 vago por força do mecanismo da mobilidade intercarreiras, 3 postos de trabalho ocupados na categoria de Coordenador Técnico (um deles ocupado por força do mecanismo da mobilidade intercarreiras) e atento ao apuramento das necessidades gerais da divisão a criação de 1 posto de trabalho na categoria de assistente técnico.

c) Carreira de Assistente Operacional

Manutenção e ocupação de 13 postos de trabalho na carreira/categoria de Assistente Operacional e atento à necessidade na área de serviços gerais da divisão, a criação de 1 posto de trabalho (que será ocupada por um trabalhador que transitará da UEDS), totalizando 14 postos de trabalho.

d) Carreiras não Revistas

Manutenção de 1 posto de trabalho ocupado na Carreiras não Revista de Técnico de Informática.

As alterações propostas resumem-se no quadro seguinte:

Carreira/categoria	Postos de trabalho ocupados	Postos de trabalho vagos	Postos de trabalho a criar	Postos de trabalho a extinguir	Total
Chefe de Divisão	1	0	0	0	1
Técnico Superior	6	1	0	0	7
Assistente Técnico/Coordenador Técnico	3	0	0	0	3
Assistente Técnico/Assistente Técnico	10	1	1	0	12
Assistente Operacional/Assistente Operacional	13	0	1	0	14
Técnico de Informática	1	0	0	0	1

➔ Divisão de Administração e Conservação do Território

Nesta unidade orgânica flexível tendo em conta o mapa de pessoal ainda em vigor e atento às necessidades demonstradas pelos serviços que a compõem, propõe-se para o ano de 2020 as seguintes alterações:

a) Carreira de Técnico Superior/Chefe de Divisão

Na carreira de Técnico Superior mantêm-se 5 postos de trabalho, 4 ocupados e 1 vago na área de Engenharia de Produção Agrícola, em virtude de o seu titular se encontrar na situação de mobilidade na categoria em outro órgão ou serviço, encetada em 01/09/2018 e com a duração de 18 meses. No que diz respeito ao Chefe de Divisão o posto mantém-se vago.

b) Carreira de Assistente Técnico

Na categoria de Coordenador Técnico mantêm-se 2 postos de trabalho ocupados, e na categoria de Assistente Técnico mantém 1 lugar ocupado, 1 vago e 1 a extinguir.

c) Carreira de Assistente Operacional

Nesta carreira no ano de 2019, encontravam-se previstos 48 postos de trabalho, sendo que 3 postos de trabalho ocupados diziam respeito à categoria de Encarregado Operacional e 45 postos de trabalho na

categoria de assistente operacional. Dos 45 postos de trabalho existentes, dois lugares serão considerados vagos em virtude dos seus titulares passarem à situação de aposentação. No que diz respeito aos postos remanescentes (43) encontram-se vagos 4 postos de trabalho e 39 ocupados, sendo que neste caso já se encontram refletidos 2 postos de trabalho ocupados por trabalhadores oriundos do acionamento da reserva de recrutamento do procedimento concursal comum de recrutamento para a ocupação de 14 postos de trabalho na carreira/categoria de assistente operacional e 1 trabalhador oriundo da finalização do procedimento concursal comum de recrutamento para a ocupação de 4 postos de trabalho na carreira/categoria de assistente operacional.

Atento a tal assim como ao apuramento das necessidades gerais apuradas para a divisão, propõe-se para o ano de 2020 a manutenção de 3 postos de trabalho ocupados na categoria de Encarregado Operacional e na categoria de assistente operacional, a manutenção de 39 postos de trabalho ocupados e a extinção dos 6 postos trabalho vagos existentes (4 por falta de provisão de trabalhadores para a sua ocupação e 2 postos por aposentação).

d) Carreiras Especiais (Fiscal) e Carreiras Subsistentes (Fiscal de Obras)

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 114/2019, de 20 de agosto, veio estabelecer o regime da carreira especial de fiscalização, extinguindo as carreiras de fiscal municipal, de fiscal técnico de obras, de fiscal técnico de obras públicas e de todas as carreiras de fiscal técnico adjetivada. A entrada em vigor do presente diploma veio confirmar como carreira subsistente a carreira de Fiscal de Obras. Atento às disposições legais em vigor, manter-se-á 1 posto de trabalho na carreira especial de fiscal e 1 posto de trabalho na carreira subsistente de fiscal de obras.

As alterações propostas resumem-se no quadro seguinte:

Carreira/categoria	Postos de trabalho ocupados	Postos de trabalho vagos	Postos de trabalho a criar	Postos de trabalho a extinguir	Total
Chefe de Divisão	0	1	0	0	1
Técnico Superior	4	1	0	0	5
Assistente Técnico/Coordenador Técnico	2	0	0	0	2
Assistente Técnico/Assistente Técnico	1	1	0	1	1
Assistente Operacional/Encarregado Operacional	3	0	0	0	3
Assistente Operacional/Assistente Operacional	39	6	0	6	39
Fiscal de Obras	1	0	0	0	1
Fiscal	1	0	0	0	1

✚ Unidade de Educação e Desenvolvimento Social

Nesta unidade orgânica flexível tendo em conta o mapa de pessoal ainda em vigor e atento às necessidades demonstradas pelos serviços que a compõem, propõe-se para o ano de 2020 as seguintes alterações:

e) Carreira de Técnico Superior

Nesta carreira prevê-se a manutenção de 6 postos de trabalho, (4 ocupados e 2 vagos).

f) Carreira de Assistente Técnico

Manutenção dos 5 postos de trabalho existentes na categoria de assistente técnico e atento ao apuramento das necessidades efetuadas à divisão, propõe-se a criação de 1 posto de trabalho.

g) Carreira de Assistente Operacional

Nesta carreira/categoria encontram-se previstos 45 postos de trabalho, sendo que se encontram ocupados 41 postos de trabalho, 1 posto vago, por força do mecanismo da mobilidade intercarreiras, e atento ao apuramento das necessidades efetuadas à divisão, propõe-se a criação de 3 postos de trabalho, sendo que a ocupação de 2 postos se dará por transição dos trabalhadores da DACT para esta unidade orgânica.

As alterações propostas resumem-se no quadro seguinte:

Carreira/categoria	Postos de trabalho ocupados	Postos de trabalho vagos	Postos de trabalho a criar	Postos de trabalho a extinguir	Total
Técnico Superior	4	2	0	0	6
Assistente Técnico/Assistente Técnico	5	0	1	0	6
Assistente Operacional/Assistente Operacional	41	1	3	0	45

III) Quadro da Transferência de Competências

Com a publicação da Lei n.º 50/2018, de 30 de agosto foi estabelecido o quadro de transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local. A transferência das novas competências, a identificação da respetiva natureza e a forma de afetação dos respetivos recursos são concretizadas através de diplomas legais de âmbito setorial relativos às diversas áreas a descentralizar da administração direta e indireta do Estado, os quais estabelecem disposições transitórias adequadas à gestão do procedimento de transferência em causa.

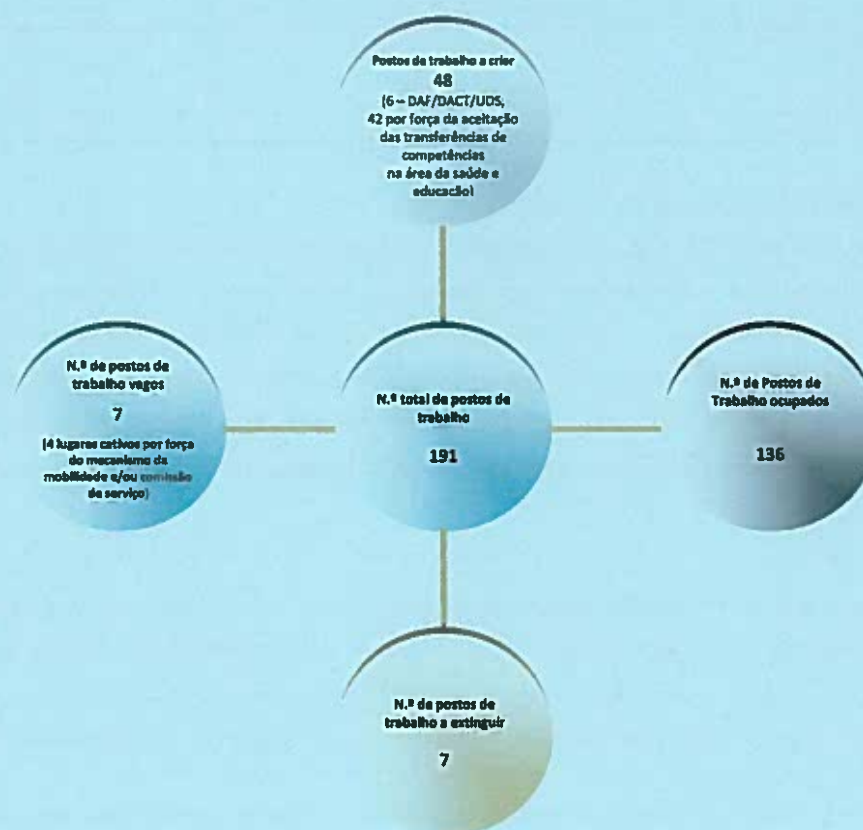
Nesse sentido e após a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro (transferência de competência na área da educação) e do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro (transferência de competência na área da saúde), implicam a alteração de mapa de pessoal de forma acomodar os trabalhadores que transitarão com a aceitação das mencionadas competências, mormente com a criação dos postos de trabalho em número de 37 (área da Educação) e 5 (área da Saúde).

As alterações propostas resumem-se no quadro seguinte:

Área da Educação					
Carreira/categoria	Postos de trabalho ocupados	Postos de trabalho vagos	Postos de trabalho a criar	Postos de trabalho a extinguir	Total
Coordenador Técnico	0	0	2	0	2
Assistente Técnico	0	0	7	0	7
Encarregado Operacional	0	0	1	0	1
Assistente Operacional	0	0	27	0	27

Área da Saúde					
Carreira/categoria	Postos de trabalho ocupados	Postos de trabalho vagos	Postos de trabalho a criar	Postos de trabalho a extinguir	Total
Assistente Operacional	0	0	5	0	5

IV) Resumo do Mapa de Pessoal 2020



V) NOTA DE APRECIÇÃO FINAL

A proposta de Mapa de Pessoal para 2020 reflete a ponderação das necessidades diagnosticadas nos diversos serviços, bem como a política municipal em matéria de recursos humanos que se pretende implementar, traduzida em ajustes imprescindíveis ao funcionamento de várias unidades orgânicas, fundamentada no interesse público e por razões de economia, eficácia e eficiência dos serviços, assim como o acolhimento dos recursos humanos resultantes da aceitação da transferência de competências na área da educação e da saúde.

A gestão de recursos humanos no Município de Mesão Frio tem tido como prioridade o recrutamento mediante a constituição de vínculos de natureza permanente, sendo exemplo de tal a abertura do procedimento concursal comum para o recrutamento de 4 assistentes operacionais concluído no ano de 2019, em detrimento dos vínculos precários.

Finalmente, nos termos do disposto na Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, pretende-se assegurar a compatibilização das propostas concretas apresentadas em matéria de gestão de pessoal para 2020 e as regras orçamentais em vigor, designadamente em sede de recrutamento de pessoal, mostrando-se garantido o cumprimento cumulativo das seguintes exigências legais, na elaboração do presente Mapa de Pessoal:

- a) As regras de equilíbrio orçamental;
- b) O respeito pelos limites de endividamento;
- c) Demais obrigações de sustentabilidade das finanças locais.

Assim, face ao exposto propõe-se:

A análise do mapa de pessoal para 2020, que se anexa como parte integrante desta proposta e que o mesmo seja submetido à aprovação da Assembleia Municipal nos termos da alínea ccc), do n.º 1 do artigo 33.º e alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro conjugada com n.º 4 do artigo 29.º da Lei nº 35/2014, de 20 de junho.

Mesão Frio, 25 de outubro de 2019

O Presidente da Câmara Municipal,



(Alberto Monteiro Pereira, Dr.)





MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE MESÃO FRIO - ANO DE 2020

Nos termos dos artigos 28º e 29º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho

Atribuições/Competências/Atividades (e as demais previstas no Regulamento da Organização dos Serviços Municipais)	Cargos/Carreiras/Categorias	Nº de Postos de Trabalho 25/10/2019	Área de Formação Académica e Profissional	Nº Postos de Trabalho				OBS		
				Ocupados		Vagos	A Criar		A Extinguir	Total
				CTTI	CTTD					
Gabinete de Apoio ao Presidente e Vereadores										
Assessoria administrativa aos eleitos locais, designadamente, nos domínios do secretariado, informação e relações públicas; ligação aos organismos e entidades em que o Município ou a Câmara participam; implementação dos procedimentos necessários para a realização de reuniões do Presidente e Vereadores, audiências e cumprimentos de acções agendadas.	Assistente Técnico	1		1				1		
	Sub-total	1		1				1		
Serviço Municipal de Proteção Civil										
Desenvolvimento de funções na área da proteção civil; plano municipal de emergência e dos planos especiais sobre riscos específicos; informação e formação das populações visando a sua sensibilização em matéria de autoproteção e de colaboração com as autoridades; colaboração na elaboração e execução de treinos e simulacros; elaboração de projetos de regulamentação de prevenção e segurança; coordenação desenvolvimento de outras acções no âmbito da proteção civil; promoção e cumprimento das medidas e acções a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios; responsabilidade sobre o perímetro florestal Municipal.	Técnico Superior	-		-				(a)		
	Sub-total	-		-				-		
Divisão Administrativa e Financeira										
Expediente e arquivo, atendimento integrado ao Município (inclui função de portaria e telefones), secretaria geral (inclui reprografia e apoio aos Órgãos Autárquicos), gestão de Pessoal, gestão e manutenção das instalações, comunicação e imagem, protocolo, relações internacionais e cooperação externa, sistemas de informação e novas tecnologias, assessoria jurídica, patrocínio judicial, contencioso tributário, turismo e prospeção. Contabilidade geral e analítica, aprovisionamento (contratação pública - aquisição de bens e serviços, armazéns e economato), Património, Arquivo Municipal.	Chefe de Divisão	1	Gestão de Empresas	1				1		
		2	Direito	2				2		
		1	Gestão de Empresas			1		1 (b)		
	Técnico Superior	1	Sociologia	1				1		
		1	Turismo	1				1		
		1	Ciências Históricas	1				1		
		1	Ciências da Comunicação	1				1		
	Coordenador Técnico	3		3				3 (c)		
	Assistente Técnico	11		10		1	1	12 (f)		
	Assistente Operacional	13		13			1	14		
	Técnico Informática	1		1				1		
	Sub-total	36		34		2	2	38		



MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE MESAÃO FRIO - ANO DE 2020

Nos termos dos artigos 28º e 29º da Lei nº 35/2014, de 20 de junho

Atribuições/Competências/Atividades (e as demais previstas no Regulamento da Organização dos Serviços Municipais)	Cargos/Carreiras/Categorias	Nº de Postos de Trabalho 25/10/2019	Área de Formação Académica e/Profissional	Nº Postos de Trabalho				OBS		
				Ocupados		Vagos	A. Criar		A. Extinguir	Total
				CTI	CTD					
Transferência de Competências na Área da Saúde na dependência da DAF										
Postos de trabalho a ocupar pelos trabalhadores das carreiras de Assistente Operacional das unidades funcionais da ACES que integram o Sistema Nacional de Saúde (Centro de Saúde de Mesão Frio) resultante da aceitação da transferência de competências na área da Saúde, prevista no artigo 13º da Lei nº 50/2018, de 30 de agosto e concretizada com a publicação do Decreto-Lei nº 23/2019, de 30 de janeiro.	Assistente Operacional	-					5		5	
	Sub-total	-					5		5	
	Sub-total da DAF	36			34		2	7		42
Divisão de Administração e Conservação do Território										
Licenciamento no âmbito do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, licenciamentos diversos, fiscalização, topografia, informação geográfica, obras públicas, administração direta, fiscalização, abastecimento de água, saneamento de águas residuais, parque de máquinas e viaturas, manutenção de zonas verdes, parques, jardins e outras infraestruturas e equipamentos municipais, contratação pública - empreitadas.	Chefe de Divisão	1	Engenharia Civil			1			1	
	Técnico Superior	1	Engenharia Produção Agrícola			1			1 (d)	
		3	Engenharia Civil/Arquitetura	3					3	
		1	Eng. do Ambiente e do Território	1					1	
	Coordenador Técnico	2		2					2	
	Assistente Técnico	2		1		1		1	1	
	Encarregado Operacional	3		3					3	
	Assistente Operacional	45		39		6		6	39	
	Fiscal	1		1					1	
	Fiscal de Obras	1		1					1	
	Sub-total	60		51		9		7	53	
Unidade de Educação e Desenvolvimento Social										
Ação social, educação, património histórico, cultural e museus, animação cultural, desportiva e tempos livres, associativismo, gestão de equipamentos e infraestruturas conexas com as atividades descritas.	Técnico Superior	1	Serviço Social	1					1	
		2	Psicologia	1		1			2	
		1	Português/Francês	1					1	
		1	História variante arqueologia			1			1	
		1	Educação Física	1					1 (e)	
	Assistente Técnico	5		5			1		6 (e)	
	Assistente Operacional	42		41		1	3		45 (h)	
		53		50		3	4		57	
	Sub-total									



MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE MESAÇÃO FRIO - ANO DE 2020

Nos termos dos artigos 28º e 29º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho

Atribuições/Competências/Atividades (e as demais previstas no Regulamento da Organização dos Serviços Municipais)	Cargos/Carreiras/Categorias	Nº de Postos de Trabalho 25/10/2019	Área de Formação Académica e/Profissional	Nº Postos de Trabalho					OBS	
				Ocupados		Vagos	A Criar	A Extinguir		Total
				CTI	CTD					
Transferência de Competências na Área da Educação na dependência da UEDS										
Postos de trabalho a ocupar pelos trabalhadores das carreiras de Assistente Operacional e Assistente Técnico (pessoal não docente) pertencentes ao mapa de pessoal dos Estabelecimentos de Ensino Locais (Agrupamento de Escolas Prof. António da Natividade) resultante da aceitação da transferência de competências na área da Educação, prevista no artigo 11º da Lei nº 50/2018, de 30 de agosto e concretizada com a publicação do Decreto-Lei nº 21/2019, de 30 de janeiro.	Coordenador Técnico	-		-			2		2	
	Assistente Técnico	-		-			7		7	
	Encarregado Operacional	-		-			1		1	
	Assistente Operacional	-		-			27		27	
	Sub-total						37		37	
	Sub-total da Unidade	53		50		3	41		94	
	TOTAL	150		136		14	48	7	191	

(a) O posto de trabalho será assegurado transitóriamente pelo Técnico Superior de Sociologia, afeto à DAF.

(b) Posto de trabalho não ocupado respeitante a trabalhadora a exercer funções dirigentes.

(c) Posto de trabalho ocupado em regime de mobilidade intercarreiras na categoria de coordenador técnico.

(d) Posto de trabalho não ocupado respeitante ao facto do trabalhador se encontrar em regime de mobilidade na categoria na CIMDouro.

(e) Posto de trabalho ocupado por trabalhadora em regime de mobilidade no âmbito de Proximidade de Mesação Frio.

(f) Posto de trabalho não ocupado por força do regime de mobilidade intercarreiras na categoria de coordenador técnico.

(g) Posto de trabalho ocupado em regime de mobilidade intercarreiras na carreira de técnico superior.

(h) Posto de trabalho não ocupado por mobilidade na carreira de técnico superior.

O Órgão Executivo

Em 31 de outubro de 2019

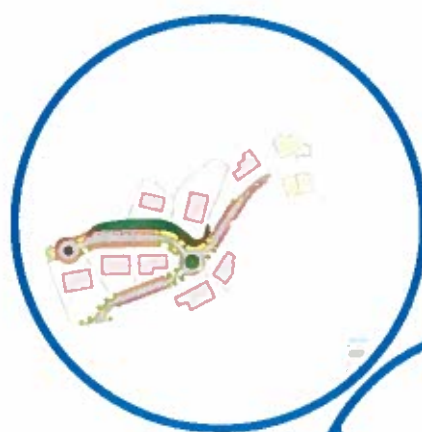
[Assinatura]
CRISTINA STAGEL DE ALMEIDA GUERIN PAPA
PREFEITA MUNICIPAL

O Órgão Deliberativo

Em 03 de 12 de 2019

[Assinatura]
Luis Ricardo Silva Junior
Presidente da Câmara Municipal

EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO 2020



Handwritten notes in blue ink, including a large 'u' at the top, a signature, and other illegible scribbles.



Município de Mesão Frio

PROPOSTA

CÂMARA MUNICIPAL

"Contratação do Empréstimo de Curto Prazo, até 300.000,00€, para o exercício económico de 2020"
- Análise das Propostas

A conjuntura económica nacional aliada às restrições orçamentais, pese embora tenham sofrido significativas melhorias, ainda não permite um crescimento económico sustentado do país, mormente do seu setor público/local, sendo estes factos geradores e potenciadores de desequilíbrios financeiros que importa prevenir, por forma a garantir uma liquidez regular assim como para ocorrer a dificuldades de tesouraria.

É para acorrer a essas dificuldades de tesouraria que as autarquias locais se socorrem dos empréstimos de curto prazo. A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, inscreve no n.º 1 do artigo 50.º, que o financiamento bancário de curto prazo como instrumento para lidar com os constrangimentos de tesouraria, sagrando a obrigatoriedade do seu integral reembolso até ao final do exercício económico em que são contratados.

Neste contexto, foi efetuada a avaliação dos meios necessários a uma boa gestão de tesouraria, desde logo por referência às flutuações de saldo mensal de recebimentos e pagamentos, tendo-se constatado a conveniência em assegurar, para o ano de 2020, uma linha de curto prazo de até 300.000,00€, submetida a análise na reunião da Câmara Municipal de 03 de outubro corrente e onde obteve deliberação favorável (Ata 21/2019).

No estrito cumprimento da proposta apresentada e nos termos do n.º 5 do artigo 49.º do RFALEI, procederam os serviços financeiros ao convite das 3 entidades bancárias propostas (Caixa Geral de Depósitos, Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Trás-os-Montes e Alto Douro, CRL e Banco Santander Totta), para a contratação de um empréstimo no montante de até 300.000,00€, com início a 01 de janeiro e término a 31 de dezembro de 2020, nos termos e condições da deliberação camarária do passado dia 03 de outubro, tendo sido estabelecido como critério de adjudicação a "proposta economicamente mais vantajosa para o município, tendo como único parâmetro de avaliação, o preço mais baixo sem inclusão de comissões".

As entidades bancárias apresentaram as suas propostas, através dos documentos que foram registados nos serviços administrativos, sob a referência n.ºs 8126, 8127 e 8128/2019, no prazo estipulado na mencionada deliberação.

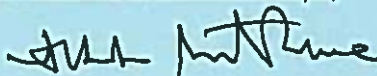
Da análise efetuada pelo júri e tendo em conta o critério de adjudicação aprovado, resulta que a proposta mais favorável para o Município é a apresentada pela Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Trás-os-Montes e Alto Douro, CRL (Taxa Euribor a 12 meses acrescida do Spread de 0,40%, sem adição de quaisquer comissões), como resulta patenteado no Anexo que é parte integrante da presente proposta.

Face ao exposto, *proponho* à Câmara Municipal para que delibere, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, conjugado com o disposto no n.º 2 do artigo 50.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual,

no sentido de submeter à aprovação da Assembleia Municipal, na sua sessão anual de aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2020, a contratualização do empréstimo de curto prazo até ao montante de 300.000,00€, para o ano de 2020, com a instituição bancária Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Trás-os-Montes e Alto Douro, CRL, enquanto proposta mais vantajosa para o Município.

Mesão Frio, 14 de setembro de 2019.

O Presidente da Câmara Municipal,



(Alberto Monteiro Pereira, Dr.)

ANEXO**ABERTURA DE LINHA DE CRÉDITO ATÉ 300.000,00€****EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO 2020****Análise das Propostas****1) Consulta**

No âmbito da deliberação camarária do passado dia 03 de outubro foram convidadas três instituições bancárias (Santander, CCAMTMAD e CGD) a apresentar proposta para a contratação de um Empréstimo de Curto Prazo, para o ano de 2020 até ao montante de 300.000,00 €, para ocorrer a dificuldades de Tesouraria, cuja amortização ocorrerá até ao final do exercício económico em regime de conta corrente, tendo as instituições apresentado proposta ao convite efetuado, como se demonstra no quadro abaixo.

BANCOS	CONSULTADOS	PROPOSTAS
SANTANDER	X	X
CCAMTMAD	X	X
CGD	X	X

2) Verificação das condições de admissão das propostas

Com abertura das propostas, o Júri irá aferir se aquelas estão elaboradas de acordo com os termos e condições aprovados na deliberação camarária de 03/10/2019:

- **Natureza:** Abertura de crédito, em regime de conta corrente;
- **Finalidade:** Ocorrer a dificuldades de tesouraria;
- **Montante:** Até 300.000,00€;
- **Prazo:** De 01/01/2020 a 31/12/2020;
- **Amortização:** A efetuar até 31/12/2020;
- **Taxa de Juro:** Indexada à Euribor a 12 meses, em vigor no início de cada período de contagem de juros;
- **Pagamento de juros:** Os juros serão calculados dia a dia sobre o saldo devedor e pagos, postecipadamente, em prestações mensais, iguais e sucessivas;
- **Reembolso de capital:** No termo do prazo, no entanto, poderá haver lugar a reembolsos e reutilizações durante toda a vigência do empréstimo. O saldo devedor no termo do prazo será reembolsado juntamente com os juros devidos nessa data;
- **Comissões:** Sem cobrança de quaisquer comissões;
- **Garantias:** Receitas Municipais que não se encontrem legalmente consignadas;
- **Cláusula particular:** O mutuário poderá reembolsar antecipadamente o empréstimo, parcial ou integralmente, sem que daí advenha qualquer penalização ou comissão;
- **Variantes:** Não serão admitidas propostas com variantes;
- **Prazo para a entrega das propostas:** 10.00h do dia 14 de outubro de 2019;
- **Critério de adjudicação:** Proposta economicamente mais vantajosa para o Município, tendo como único parâmetro de avaliação, o preço mais baixo sem inclusão de comissões;
- **Critério de desempate das propostas:** será dada preferência à proposta da instituição que tenha maior número de contratos de financiamento à autarquia, nos últimos 5 anos (2014 a 2018);

Transpondo para o quadro abaixo a citada verificação:

Quadro A										
DATA HORA	BANCOS	MONTANTE	INDEXANTE	SPREAD	CUMULSSÕES	PRAZO	REGIME	PAG. JUROS	UTIL. REEMBOLSO	GARANTIAS
14/10/2019 09H06 (E. n.º 8126-C)	Santander Totta	300.000,00 €	EURIBOR a 12 meses	0,54%	Isento de todas as comissões	01/01 a 31/12/2020	Conta Corrente Caucionada	Mensal Postecipada	Desembolsos e reembolsos livres sem qualquer encargo	As que decorrem da lei
14/10/2019 09H50 (E. n.º 8127-C)	CCAMTMAD			0,40%	Isento		Conta Corrente Caucionada	Prestações de juros mensais	Não faz referência	Não faz referência
14/10/2019 09H59 (E. n.º 8128-C)	CGD			0,875%	Isenção de comissões e/ou encargos inerentes à contratação		Conta Corrente	Os juros serão calculados dia a dia sobre o saldo devedor e pagos, postecipadamente, em prestações mensais.	Poderá haver lugar a reembolsos e reutilizações durante toda a vigência do empréstimo, sendo que o saldo devedor no termo do prazo será reembolsado juntamente com os juros devidos nessa data. Em caso de reembolso antecipado da totalidade ou parte do capital em dívida serão apenas devidos os juros relativos ao período de contagem então em curso.	Consignação das receitas municipais nos termos da legislação em vigor

3. Análise das Propostas

Da análise das propostas apresentadas foi possível extrair a seguinte informação relevante para o ato de adjudicação:

BANCO	MONTANTE	SPREAD	INDEXANTE APRESENTADOS (Euribor)	TAXA DE JURO A 14/10/2019 (Euribor a 12 meses)	OBS
Santander Totta	300.000,00 €	0,54%	Euribor a 12 meses (*)	-0,301% (taxa de juro disponível, no site: https://at.euribor-rates.eu/taxas-euribor-actual.asp)	(*) O valor da Euribor a 12 meses com Floor de zero resultante da média aritmética simples das cotações diárias da "Euribor a 12 meses", do mês de calendário anterior aquele em que tenha lugar a sua aplicação ou revisão, arredondada à milésima, acrescida de Spread de 0,54%.
CCAMTMAD		0,40%	Euribor a 12 meses (*)		(*) Taxa nominal calculada nesta data tendo por base a Euribor nos respetivos prazos indicados, acrescida de um Spread de 0,40%, sendo que, em qualquer circunstância, a taxa de juro nominal aplicável nunca será inferior ao valor do "spread".
CGD		0,875%	Euribor a 12 meses (*)		(*) O capital em juros vence à taxa de 0,875% , acrescida de uma componente variável, sempre que positiva, correspondente à média aritmética simples das Taxas Euribor a 12 meses, apurada com referência ao mês imediatamente anterior ao do início da cada período de referência.

As três instituições bancárias convidadas, procederam à entrega das suas propostas antes da data e hora previamente estabelecida, ou seja, até às 10H do dia de hoje, conforme informação constante do Quadro A.

Da análise às mesmas constata-se que o Banco Santander Totta SA, condiciona a proposta ao valor da Euribor a 12 meses com Floor de zero, resultante da média aritmética simples das cotações diárias da "Euribor a 12 meses", do mês de calendário anterior aquele em que tenha lugar a sua aplicação ou revisão, arredondada à milésima, acrescida de Spread de 0,54%, isento de quaisquer comissões.

Quanto à proposta da Caixa de Crédito Agrícola Mutuo de Trás-os-Montes e Alto Douro, CRL, verificamos que o pagamento de juros está ajustada à taxa nominal calculada nesta data tendo por base a Euribor nos respetivos prazos indicados, acrescida de um Spread de 0,40%, sendo que, em qualquer circunstância, a taxa de juro nominal aplicável nunca será inferior ao valor do spread, sem aplicação de quaisquer comissões.

No que diz respeito à proposta da Caixa Geral de Depósitos, retrata que o capital em juros vence à taxa de 0,875% , acrescida de uma componente variável, sempre que positiva, correspondente à média aritmética simples das Taxas Euribor a 12 meses, apurada com referência ao mês imediatamente anterior ao do início da cada período de referência.

A avaliação das propostas deverá estender-se pela verificação de todas as condições impostas pela deliberação camarária, com especial enfoque na análise daquela que apresente a taxa nominal mais baixa, (taxa de juro + spread), com indexante a 12 meses, que será a base do ato de adjudicação.

Na determinação da proposta mais vantajosa, tendo como único parâmetro de avaliação, o preço mais baixo sem inclusão de comissões, procedemos ao cruzamento dos *spreads* apresentados com a taxa Euribor a 12 meses, com data de 14/10/2019, consultável no site: <https://pt.euribor-rates.eu/taxas-euribor-actuais.asp>.

Exemplificando,

Taxa Euribor a 14/10/2019 Indexante – 12 meses				
- 0,301%				
Ordenação	Denominação da instituição bancária	Spread Proposto	Juro Total (com indexante a 12 meses) (taxa de juro + spread)	Comissão
1	CCAMTMAD	0,40%	0,40%	Isento
2	Santander Totta, SA	0,54%	0,54%	
3	CGD	0,875%	0,875%	

Assim sendo, podemos concluir que a proposta mais vantajosa para o Município, tendo em conta o critério de adjudicação é a apresentada pelo Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Trás-os-Montes e Alto Douro, CRL, que em fase de conclusão será efetivada a um spread de 0,40%, acrescido da taxa Euribor a 12 meses, sendo que, em qualquer circunstância, a taxa de juro nominal aplicável nunca será inferior ao valor do spread, sem aplicação de quaisquer comissões.

O Júri do Procedimento,

(Dalila Maria de Sousa Ferreira, Dr.ª)

(Maria do Rosário Guedes Ferreira, Dr.ª)

(Cassiano Pereira Monteiro, Dr.)

